



# EXAMÃPAKU

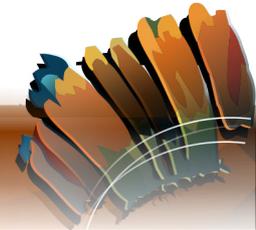
VOL. 7 - Nº 3

Revista Eletrônica de Ciências Sociais,  
História e Relações Internacionais

ISSN 1983-9065



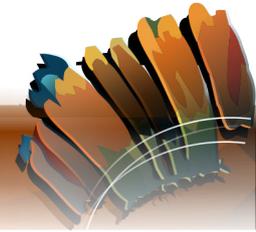
UFRR



## APRESENTAÇÃO

Uma terceira edição de Examãpaku em um ano? Isso pode? Claro que pode desde que seja fruto e desejo de uma equipe que recebe por ano mais de uma centena de textos, apoio irrestrito de pareceristas espalhados pelo país, apoio hoje de bolsista dedicado a revista, técnica de sistemas, tradutor, espaço físico do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima, financiamento da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/ UFRR e em breve TODOS artigos com DOI, pois acabamos de receber apoio institucional para identificação digital internacional. Esse terceiro número de 2014 celebra o sucesso de um sonho nascido há 15 números atrás e os festejos começam com AS REFORMAS NEOLIBERAIS NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO: condicionantes externas, influência dos organismos econômicos internacionais e agravamento dos índices sociais de Jan Marcel de Almeida Freitas Lacerda; a pesquisa sobre Boa Vista e a Pós-Modernidade: Os Jovens e os sites de redes sociais de Germano Lopes Ângelo; a relação entre arte e estética nas relações internacionais de Diego Santos Vieira de Jesus e Claudio Andrés Téllez; O Lugar do Estado Democrático de Direito Laico e sua pretensa neutralidade de Antonio Baptista Gonçalves; a Contribuição de Fábio Martinez sobre conceitos de região e regionalização enquanto processo de construção de territórios em Roraima; e por fim a análise do sistema prisional de Roraima e sua deteriorada Penitenciária Agrícola do Monte Cristo de Anderlândia Nóbrega e seu orientador. Aproveitem a leitura e nos vemos em breve.

Comitê Editorial



## **PRISÕES DA FRONTEIRA (SEM) NORTE: OBSERVAÇÕES SOCIOLÓGICAS SOBRE O SISTEMA PRISIONAL EM RORAIMA**

*Anderlândia Nobrega da Silva<sup>1</sup>*

*Linoberg Barbosa de Almeida<sup>2</sup>*

### **RESUMO**

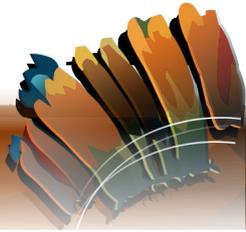
Este trabalho visa analisar o sistema prisional do Estado de Roraima, sua situação fronteiriça (geográfica e social), tendo como observatório a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo – PAMC – maior estabelecimento prisional do Estado. Metodologicamente, falas de agentes penitenciários; matérias na imprensa local e referencial norteador sustentam o estudo. Roraima tem a menor população carcerária do país; possui sistema prisional desorganizado e conflitivo, no qual presos de vários regimes se misturam durante período de pena. A Penitenciária Agrícola de Monte Cristo foi construída no final da década de 1980 para atender presos do regime semi-aberto no intuito que os mesmos desenvolvessem a prática agrícola. Contudo, devido ao aumento da população carcerária e a falta de estrutura do Estado para comportar o aumento do número de presos, a Penitenciária foi passando por adaptações recebendo preventivos e condenados a pena de regime fechado, sem agrícola ser. A PAMC transformou-se em motivo de reclamações por operadores dos direitos humanos e ações do Ministério Público solicitando providências na estrutura. Ao considerarmos o agente como um personagem ponte do sistema prisional para além dos muros ao falar de seu trabalho, percebemos inconsistências no que diz respeito à ressocialização/reeducação do indivíduo encarcerado. Assim, estudamos as inconsistências do sistema prisional e seus danos para os sujeitos/objetos nas prisões dessa fronteira norte.

**Palavras-Chave:** Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, Sociologia, Fronteiras

---

1 Cientista social/Sociologia formada pela Universidade Federal de Roraima

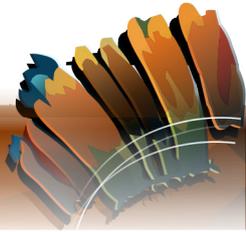
2 Professor Dr. do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima; Coordenador do curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania UFRR/SENASP/MJ e pesquisador.



## ABSTRACT

This work aims to analyze the prison system of the State of Roraima, their border situation (geographical and social), having as the observatory Agricultural Penitentiary of Monte Cristo - PAMC - largest prison in the State. Methodologically, reports of prison officers; materials in the local press and a guiding framework supporting the study. Roraima has the lowest prison population in the country; Have a disorganized and conflicting prison system, where prisoners of various regimes are mixed during penalty period. The Agricultural Penitentiary of Monte Cristo was built in the late 1980 to cater the prisoners of the semi-open regime in order that they develop agricultural practices. However, due to the increase of the prison population and the lack of structure of the state to accommodate the increasing number of prisoners, the Penitentiary was passing through adjustments, receiving people sentenced to closed regime and people with preventive detention, without being agricultural. The Agricultural Penitentiary of Monte Cristo became a cause of complaints by operators of human rights and actions of the Public Prosecution requesting improvements in the structure. When we consider the agent as a bridge character of the prison system beyond the walls to talk about their work, we realize inconsistencies with regard to the resocialization / reeducation of the incarcerated individual. Therefore, we studied the inconsistencies of the prison system and its harm to the individuals / objects in this northern border prisons.

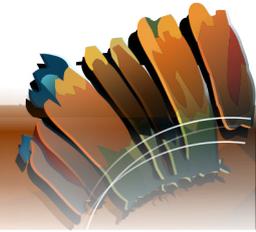
**Keywords:** Agricultural Penitentiary of Monte Cristo, Sociology, Borders



## RÉSUMÉ

Ce travail a comme objectif l'analyse sur le système carcéral de l'état de Roraima, sa situation frontalière (géographique et sociale), ayant comme observatoire la Prison Agricole de Monte Cristo – PAMC – le plus grand établissement de prison de l'État. Méthodologiquement, les témoignages des agents pénitentiaires, des articles de la presse locale, et des lectures guidées soutiennent l'étude. Roraima a l'inférieure population carcéral du pays. Il y a un système carcéral désorganisé et conflictuel, où des prisonniers des plusieurs régime se mélangent pendant les jours du prison. La Prison Agricole de Monte Cristo est allée construite au fin de la décennie de 1980 pour attendre les prisonniers du régime semi-ouvert avec l'intention que eux-mêmes développement de la pratique agricole. Cependant, avec le grand nombre du prisonniers et la faute du structure de l'État pour comporter le grand nombre du prisonniers, la Prison de Monte Cristo était allé passant par adaptations accueillant prévenus et condamnés au régime fermé, ce ne sont qu'agricole. La PAMC s'a transformé en motif du réclamations faits par les maîtrise des droits humaine et aussi de Ministère Publique à cause des dispositions à son structure. Si consederons-nous l'agent comme un personnage qui fait le pont entre le système carcéral pour plus loin des murs quand parle du son travail, comprenons incohérence quand se parle en revenir à la convivialité sociale et « reeducação » du sujet en carcéral. Ainsi, étudions les incohérences du système carcéral et ses dommages par les sujets/objets dans les carcéraux de cette frontière nord.

**Mots-clé:** Prison Agricole de Monte Cristo, Sociologie, Frontière.



## INTRODUÇÃO

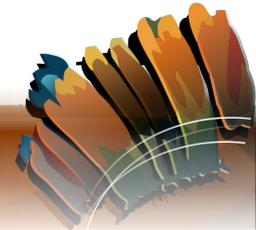
O sistema prisional é tema instigante, intrigante e um campo extenso de pesquisa que possibilita ao pesquisador se debruçar sobre inúmeras questões com relação a direitos humanos, administração pública, segurança, relações sociais entre outras. E mesmo uma das várias pequenas partes que compõe o sistema, pode se tornar uma pesquisa. Assim, Este trabalho é parte do resultado obtido na pesquisa para o trabalho de conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima.

Ao contexto do “objeto” da pesquisa pertence também o sujeito. Ciências Sociais são simplesmente o produto lógico e social da atividade científica dos cientistas sociais. É um produto impensável sem a marca do produtor. Isto explica porque, embora todos procurem a mesma verdade, há tantas concepções diferentes e divergentes dela. Para Demo (1995) não é possível ver a realidade sem um ponto de vista, sem um ponto de partida, porque não há vista sem ponto, nem partida sem ponto. Este ponto é do sujeito, não da realidade. A ciência somente é objetiva se o sujeito consegue sair de si e ver-se de fora.

Os dados utilizados foram adquiridos no portal do Ministério da Justiça, na Lei de Execuções Penais – LEP – 7.210/84, no Anuário Brasileiro de Segurança Pública/2013, publicações na imprensa local de modo geral e nas informações adquiridas por meio de entrevista com os agentes penitenciários plantonistas, agentes carcerários e profissionais que trabalham no sistema prisional.

Optamos por falar do sistema prisional utilizando autores que já fizeram a leitura de Foucault como Rafael Godoi (2010), Goffman (2010), entre outros. Assim, para analisarmos o sistema prisional roraimense tendo como observatório referencial a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo – PAMC – buscamos auxílio em Godoi (2010) que nos diz que as prisões agregam mais do que segregam; Goffman (2010) nos lembra que as instituições penais, as famílias, a escola, o bairro, o manicômio, o convento, os presídios, a pobreza, a riqueza, o poder não são organizações separadas umas das outras, mas partes de uma mesma engrenagem.

O sistema penitenciário é composto pelo conjunto de todas as unidades prisionais. O Estado de Roraima conta com cinco estabelecimentos penais dos quais quatro se localizam na capital e um no sul do Estado, e ainda uma unidade administrativa a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – Sejuc – a qual todos os estabelecimentos prisionais são ligados.



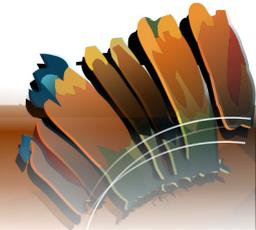
A penitenciária masculina, localizada na zona rural de Boa Vista, é a unidade prisional que abriga o maior número de detentos no Estado de Roraima, por volta 1.050 homens, número que de antemão já é superior ao de vagas disponíveis visto que é quase o número de vagas existente em todo sistema prisional roraimense.

De acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional contidos no Anuário Brasileiro da Segurança Pública/2013 onde os dados referentes ao Estado de Roraima são de junho de 2012, o sistema penitenciário roraimense está com déficit de 663 vagas, ou seja, mais que a metade do total que o Estado disponibiliza que é de 1.106 entre masculinas e femininas. Esses números demonstram, portanto que as condições na qual se encontra o sistema penitenciário do Estado de Roraima não é diferente do resto o país. O Brasil atualmente possui 303.741 vagas para uma população carcerária de 515.482 presos tendo assim um déficit de 211.741 vagas no sistema prisional segundo dados do mesmo manual.

Conforme pode se observar na tabela 1, Roraima é o Estado brasileiro que possui a menor população prisional do país. No entanto, este fato não o isenta de ter um sistema prisional deficiente e desorganizado. Tendo em vista que a única Penitenciária do Estado foi passando por adaptações para suportar o aumento da população carcerária passando então a receber presos preventivos e condenados a pena de regime fechado.

Tabela 1 – População carcerária por Estado brasileiro e suas respectivas taxas de encarceramento.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO CARCERÁRIA	
	Números Absolutos 2012	Taxa de Encarceramento por 100/mil hab.
Acre	3.545	780,8
Alagoas	4.153	202,7
Amapá	2.045	486,4
Amazonas	6.814	314,0
Bahia	10.251	105,3
Ceará	17.622	300,8
Distrito Federal	11.399	604,1
Espírito Santo	14.733	573,5
Goiás	11.218	258,0
Maranhão	4.241	100,6
Mato Grosso	10.613	496,0



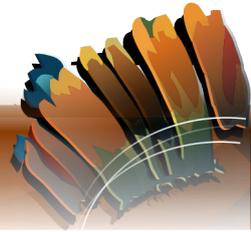
Mato Grosso do Sul	11.298	649,3
Minas Gerais	45.540	317,10
Pará	10.989	224,4
Paraíba	8.723	331,0
Paraná	22.022	290,2
Pernambuco	28.769	468,4
Piauí	2.927	137,1
Rio de Janeiro	30.906	257,2
Rio Grande do Norte	5.845	260,1
Rio Grande do Sul	29.243	365,8
Rondônia	7.448	701,2
<b>Roraima</b>	<b>1.769</b>	<b>622,0</b>
Santa Catarina	16.311	350,0
São Paulo	190.828	617,4
Sergipe	4.130	291,0
Tocantins	2.100	227,4
<b>Total</b>	<b>515,482</b>	<b>376,6</b>

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública/2013

De modo geral, é o agente penitenciário o responsável pela proteção e reeducação dos presos, pois de acordo com a Lei de Execuções Penais, este tem por finalidade proteger e impedir que os presos fujam das unidades penais assim como resguardar a sociedade do perigo iminente que estes representam em liberdade, além de preservar e manter a ordem e a disciplina dentro da instituição prisional.

E para que os agentes penitenciários possam desenvolver suas atividades enquanto profissionais do sistema prisional, estes necessitam de capacitação e valorização para que se sintam aptos a lidar no dia a dia dentro das unidades prisionais com os inúmeros desafios que lhes são expostos dentro das instituições prisionais.

Hoje, o encarceramento dos indivíduos transgressores das leis não é garantia de solução para o problema, embora a sociedade pense que somente a prisão é o meio de solucionar os problemas provocados por estes indivíduos, uma vez que o sistema prisional no qual o indivíduo é privado de sua liberdade para deixar de ser um risco para a sociedade é tido como uma forma de vingança social.



A prisão passa então a funcionar como um local de privação não só para o preso, mas também para o agente penitenciário que tem as suas atividades profissionais também comprometidas pelas condições precárias na qual se encontra o sistema prisional.

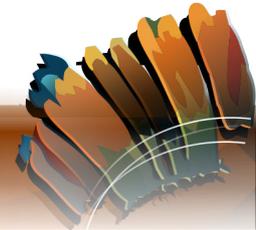
Para obtenção das informações utilizadas neste trabalho foram realizadas ainda entrevistas com agentes penitenciários plantonistas na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, um agente carcerário que trabalhou nove anos como chefe de plantão na Penitenciária, na Cadeia Pública de Boa Vista e na Casa do Albergado. E também uma entrevista com um policial militar que trabalha na guarda externa da penitenciária.

As entrevistas com perguntas abertas já que visávamos informações sobre a experiência e conhecimentos dos participantes em relação ao sistema prisional e a profissão de agente penitenciário. Foram realizadas na residência dos entrevistados, na Universidade Federal de Roraima e no local de trabalho do entrevistado. Os nomes e idades fictícios foram atribuídos aos entrevistados para resguardar a identidade dos mesmos, mas escolhidos com faixa etária e gênero referenciáveis para uma melhor observação e análise.

## RORAIMA: UM ESTADO NA FRONTEIRA NORTE E SEU SISTEMA PRISIONAL

**R**oraima é o Estado brasileiro que está localizado mais ao norte do Brasil. Faz fronteira a norte e oeste com a Venezuela e a leste e norte com a Guiana. Ao sul faz divisa com os Estados brasileiros Amazonas e Pará. Por Roraima estar situado entre dois países contribui para a incidência de presos estrangeiros no sistema prisional local. Segundo dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InforPen – existem três presos venezuelanos e seis presos guianenses cumprindo pena no sistema prisional do Estado.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Roraima é o Estado menos populoso do país com uma população de 469.524 habitantes. Na capital Boa Vista está concentrada a grande parte da população total (296.959 habitantes). E é também em Boa Vista se encontra a maioria dos estabelecimentos prisionais do Estado, quatro dos cinco existentes.



Neste trabalho observamos o sistema prisional do Estado de Roraima tendo como observatório a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo segundo a definição de “instituição total” para Goffman (2010) em *“Manicômios, Prisões e Conventos”*. Segundo o autor

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (GOFFMAN, 2010, p. 11).

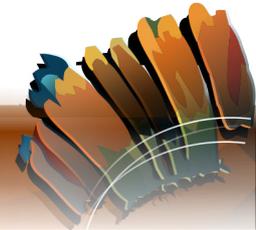
E ainda os agentes penitenciários segundo a definição de “equipe dirigente” Goffman (2010) e “mediadores” de acordo com Godoi (2010).

Para Goffman (2010) em instituições totais como os hospitais psiquiátricos, sanatórios, cadeias, campos de prisioneiros e penitenciárias ocorre uma divisão básica entre o grupo controlado, os internados, e uma pequena equipe de direção. Assim, estas instituições dispõem de um grupo de pessoas designadas para supervisionar em forma de vigilância os conjuntos de indivíduos para que façam o que lhes for imposto. A esse grupo de pessoas que constitui a organização burocrática das instituições totais o autor denomina como “equipe dirigente”. Segundo o autor:

Quando as pessoas se movimentam em conjuntos, podem ser supervisionadas por um pessoal, cuja atividade principal não é orientação ou inspeção periódica (tal como ocorre em muitas relações empregador-empregado), mas de vigilância... Nas instituições totais, existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado, que podemos chamar de grupo dos internados, e uma pequena equipe de supervisão. Geralmente, os internados vivem na instituição e tem contato restrito com o mundo existente fora de suas paredes; a equipe dirigente muitas vezes trabalha num sistema de oito horas por dia e está integrada no mundo exterior (GOFFMAN, 2010, p. 18-19).

Para Godoi (2010) os agentes que entram e saem do sistema prisional por motivos profissionais, como é o caso dos agentes penitenciários, advogados, assistentes sociais, voluntários militantes de direitos humanos e voluntários de organizações não-governamentais, motivos científicos como os estudantes e pesquisadores de universidades e outros centros de pesquisa são chamados de “mediadores”.

Em sua dissertação de mestrado, “Ao redor e através da prisão”, Godoi atribui parte significativa da sua pesquisa aos



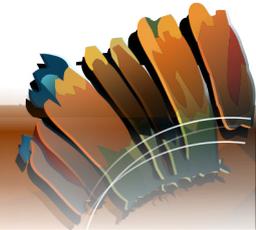
... mediadores que, pela natureza das suas atividades, ligam a prisão a diversas outras dimensões do social. Trata-se de operadores do direito, profissionais da saúde, educação, e segurança penitenciária, de militantes de direitos, assistentes sociais, voluntários de organizações não-governamentais, estudantes e pesquisadores de universidades e centros de pesquisa. Estes, mesclados a egressos, familiares e amigos de presos se articulam num campo político que se estrutura em torno das prisões, e que ultrapassam suas delimitações jurídico-institucionais (GODOI, 2010, p.16).

Assim, os agentes penitenciários plantonistas que trabalham na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - PAMC, colaboradores nesta pesquisa, podem ser identificados segundo Godoi (2010) como mediadores do sistema prisional, pois, estes são profissionais que transitam dentro e fora da prisão e segundo Goffman (2010) como equipe dirigente, mais precisamente como equipe de guarda uma vez que estes são integrantes da equipe que ficam em contato direto com os internos da penitenciária evitando que os presos mantenham comunicação com os níveis mais elevados da equipe dirigente.

Encontra-se aí uma diferença entre Goffman e Godoi em relação aos profissionais do sistema prisional, já que para Goffman a equipe dirigente é formada somente por aqueles indivíduos que tem vínculo oficial com a instituição, ou seja, foram contratados para trabalhar especificamente naquela instituição, ao passo que para Godoi os mediadores são todos aqueles profissionais, sejam operadores do direito, trabalhadores da instituição, estudantes pesquisadores, militantes e voluntários de ONGs, não sendo necessariamente ter vínculo direto com a instituição.

De acordo com Goffman (2010) a medida que uma instituição toma parte do tempo do indivíduo esta lhe oferece algo em troca, ou seja, um mundo particular em decorrência da sua predisposição ao “fechamento” que são caracteristicamente as barreiras impostas como portas fechadas, muros altos, arame farpado, etc. e proibições aos indivíduos internados com o propósito de impedir que estes mantenham relações sociais com o mundo exterior, assim são as instituições totais para o autor.

A penitenciária é classificada segundo Goffman (2010) no terceiro tipo de instituições totais, dentre os cinco que ele tipifica, por esta ser uma instituição que visa proteger a comunidade dos perigos intencionais mantendo os indivíduos que constituem um problema para a sociedade mais ampla isolados.



No entanto, não se pode deixar de considerar que a eficiência das instituições totais públicas depende em parte dos governantes e que como bem lembra Goffman “... *uma instituição total funciona mais ou menos como um estado, sua equipe dirigente sofre um pouco com os problemas enfrentados pelos governantes*” (p. 72). Assim, se a instituição não vai bem ao propósito de alcançar seus objetivos, não se pode responsabilizar apenas a equipe dirigente.

Embora Goffman deixe claro em “*Manicômios, Prisões e Conventos*” que seu objetivo é uma análise da instituição total do ponto de vista do internado, o mesmo evidencia a necessidade e importância do grupo de pessoas encarregadas da sua organização burocrática visto que estas fazem parte de um dos fatos básicos da instituição, ou seja, o controle de algumas necessidades humanas dos internos.

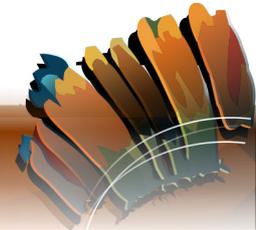
Mesmo com a visível inaptidão das instituições prisionais a equipe dirigente tem que estar sempre preparada para evitar fugas, rebeliões ou motins independentemente das condições estruturais e de trabalho que possam dispor.

Por se tratar de um trabalho com pessoas e não coisas e pela proximidade em que este ocorre, o agente penitenciário fica exposto à aproximação facilita aos presos fazerem pedidos podendo predispondo a criação de certos vínculos de amizade possibilitando assim uma troca de favores entre agentes e presos, o que Goffman (2010) caracteriza como “ajustamentos secundários”. Segundo o autor,

Nas instituições totais há também um sistema que poderia ser denominado de ajustamentos secundários, isto é, práticas que não desafiam diretamente a equipe dirigente, mas que permitem que os internados consigam satisfações proibidas ou obtenham, por meios proibidos, as satisfações permitidas. Tais práticas recebem vários nomes: “os ângulos”, “saber que apito tocar”. “conivências”, “tratos”. Tais adaptações aparentemente atingem seu florescimento completo nas prisões, mas, evidentemente, outras instituições totais também as possuem (GOFFMAN, 2010, p. 54).

De acordo com a Lei de Execuções Penais – LEP – a qual dispõe as diretrizes para a execução da pena de restrição de liberdade em regime fechado, semi-aberto e aberto dos indivíduos condenados por sentença ou decisão criminal, estabelecendo condições, deveres e direitos aos condenados durante o período que constitui a pena. A penitenciária destina-se ao condenado a pena de reclusão, em regime fechado<sup>3</sup>. Sen-

3 Conforme dispõe o Capítulo II, Art. 87 da Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984.



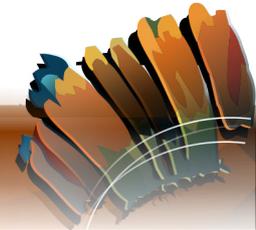
do assim, considerada um estabelecimento oficial ao qual são recolhidos os condenados à pena de reclusão ou detenção. No decorrer de sua sentença, ficam sujeitos ao trabalho remunerado e, mediante medidas progressivamente aplicadas, recebem assistência para sua reeducação e readaptação social.

Essa deveria ser a penitenciária segundo a LEP e as definições encontradas nos dicionários, um local que após um período de tempo (cumprimento da pena) devolvesse um indivíduo melhor ao convívio da sociedade mais ampla. Contudo, a prisão funciona como um espaço não só de privação para os presos, mas também para os agentes penitenciários que ali trabalham, já que atualmente o sistema prisional é tido como um ambiente desprovido de condições materiais e estruturais tanto para a prática profissional dos agentes quanto para a estada dos detentos enquanto cumprem pena.

Conforme já exposto anteriormente, os dados do relatório do Anual Brasileiro de Segurança Pública de 2013 mostram que a população carcerária do Estado de Roraima é a menor do Brasil com 1.769 presos no sistema penitenciário. No entanto, mesmo tendo o menor número de presos no país a taxa de encarceramento em Roraima (622,0 presos por 100/mil habitantes) é superior a nacional (376,2 presos por 100/mil habitantes).

O fato de ser o Estado brasileiro com a menor população carcerária do sistema prisional brasileiro o sistema prisional roraimense não foge a regra do caos enfrentado pelo sistema por todo o país e enfrenta hoje crises salientadas por fugas constantes que demonstram falhas por falta de estrutura física e profissional inerente a ausência de investimentos no setor.

O Estado de Roraima hoje dispõe ao todo de cinco unidades prisionais ambas subordinadas a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, são elas a Cadeia Pública de Boa Vista, a Cadeia Pública de São Luís do Anauá localizada no município de São Luiz do Anauá, a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo e a Cadeia Pública Feminina classificada no Departamento Penitenciário Nacional como Penitenciária Feminina de Monte Cristo. Todas estas unidades abrigam presos sentenciados e provisórios. Nesta última após oito anos de sua criação foi registrada em 2013 pela primeira vez a fuga de uma de suas internas, fato inédito até então. Diferentemente da penitenciária masculina onde a ocorrência de fugas é constante.



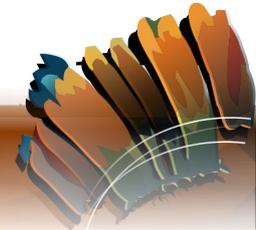
O quinto estabelecimento e também a exceção entre as unidades prisionais roraimenses quanto ao tipo de presos é a Casa do Albergado Professora Aracelis Souto Maior; esta abriga apenas os apenados em regime aberto enquanto todos os outros estabelecimentos misturam entre a massa carcerária indivíduos sentenciados em regime fechado, em regime semi-aberto e indivíduos preventivados, ou seja, que ainda aguardam julgamento.

De acordo com informação publicada na página da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania – Sejud – encontra-se em fase de construção o sexto estabelecimento prisional do Estado de Roraima, com capacidade para 143 vagas. A chamada Cadeia Pública de Rorainópolis está localizada no município de Rorainópolis ao sul do Estado. No entanto, sem previsão para finalização das obras e tão pouco para sua inauguração.

A Cadeia Pública de São Luiz do Anauá, assim como a maioria dos estabelecimentos prisionais do Estado de Roraima também é motivo de ações judiciais por parte do Ministério Público exigindo melhorias na estrutura física, hidráulica e elétrica, no entanto sem sucesso uma vez que atualmente o estabelecimento prisional também se encontra com o número de presos acima de sua capacidade, sendo 30 vagas para 88 reeducandos.

A Penitenciária Agrícola de Monte Cristo por sua vez é a recordista em relação a manifestações jurídicas por parte do Ministério Público Estadual e de visitas da Comissão dos Direitos Humanos da OAB. Há cerca de sete anos o Ministério Público vem protocolando inúmeras ações judiciais solicitando entre outras coisas a recuperação da estrutura física, construção de alas para separação dos condenados quanto ao tipo de regime, compra de veículos para transportar os detentos entre outras. No entanto, mesmo com decisão judicial favorável aos pedidos do Ministério Público o Estado não cumpriu as determinações motivando o órgão a ingressar com novas ações judiciais.

Em Roraima quase todos os estabelecimentos prisionais tem presos de regimes distintos cumprindo pena, ou seja, o Estado não segue a classificação quanto ao tipo de preso estabelecido na LEP e no disposto pelo Ministério da Justiça propiciando fundamentos para que se chame o sistema penitenciário roraimense de “bagunçado” como bem declarou o promotor do Ministério Público do Estado de Roraima Carlos Paixão em entrevista ao site de notícias G1.



Em seu último exemplar de 2013, o jornal folha de Boa Vista publicou uma matéria na qual pesquisador, religioso, operadores do direito e o secretário da Sejud fazem um balanço da segurança pública em Roraima e principalmente do sistema prisional que teve um fim de ano marcado por fugas em massa, rebeliões e confronto entre policiais e presos na Penitenciária Agrícola de Monte. Segundo a reportagem o sistema prisional em Roraima é o mais desorganizado do país.

O início de 2014 foi a vez da juíza titular da 3ª Vara Criminal de Boa Vista Graciete Sotto em entrevista ao jornal folha de Boa Vista<sup>4</sup> falou entre outras coisas da dificuldade de se fazer cumprir a execução penal de acordo com a LEP devido ao nível de encarceramento nas unidades prisionais e no caso da PAMC ela afirma que *“se algo de pior acontece lá dentro, teremos muita dificuldade em controlar mais de mil presos de todos os regimes misturados”*.

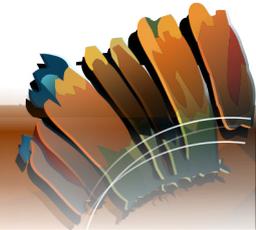
Localizada as margens da BR 174, na zona rural de Boa Vista a 12 quilômetros da capital, a Penitenciária Agrícola do Monte foi construída no final da década de 1980. Inicialmente destinada para atender presos condenados a pena de reclusão que estivesse no estágio do regime semi-aberto. No entanto, após mudanças e reformas foi “transformada” em penitenciária agrícola e atualmente destina-se aos mais de mil apenados acomodados em celas coletivas, em cumprimento a suas sentenças em regime fechado, semi-aberto e ou a espera de julgamento fato este que ocorre devido à falta de estrutura no Estado para alojar os presos custodiados durante o período em que aguardam seus respectivos julgamentos.

De acordo com a LEP, um mesmo complexo arquitetônico, desde que devidamente separados, pode abrigar estabelecimentos prisionais para diversas destinações, ou seja, regimes de cumprimento de pena distintos. No entanto, em Roraima segundo agentes penitenciários que trabalham na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, presos do regime fechado cumprem pena na ala do regime semi-aberto, preso preventivo aguarda julgamento na ala destinada ao regime semi-aberto e preso do regime semi-aberto cumprindo pena a ala do fechado, transformando a instituição prisional em uma “bagunça”.

Atualmente, a PAMC tem a sua estrutura carcerária composta por 8 alas destinadas aos presos condenados em regime fechado, 3 alas para

---

4 Juíza diz que Lei de Execução Penal não é cumprida devido à superlotação. Disponível em: <http://folhabv.com.br/noticia.php?id=164223> acesso em 22 de janeiro de 2014.



presos preventivados que aguardam julgamento, 1 ala para os doentes, 1 para presos idosos, 1 ala especial destinada a presos ameaçados e presos policiais, 1 ala para presos que chegam de madrugada uma vez que depois da meia noite os agentes não entram para colocar preso na carceragem, e o espaço destinado aos presos no regime semi-aberto também chamado de “parquinho” devido ao espaço de recreação construído para os filhos dos presos utilizarem nos dias em que visitassem seus pais.

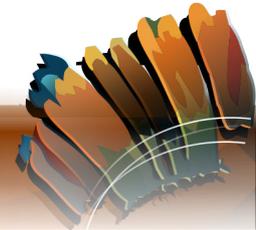
De acordo com os agentes entrevistados algumas das instalações na PAMC são provenientes de adaptações de espaços que eram de uso coletivo como o parlatório que atualmente é a ala destinada aos doentes e a cozinha que foi transformada em ala especial. Quanto as construções existentes na penitenciária, segundo os agentes elas estão inacabadas e servem de esconderijo para materiais ilícitos dos presos.

Recentemente a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo vivenciou mais uma crise com fugas e rebeliões. Como resposta a essa crise a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania anunciou que uma nova ala já está sendo construída para amenizar o problema da superlotação no estabelecimento. Essa nova ala segundo a Sejuc será destinada aos presos que aguardam julgamento, os preventivados, na pretensão de separar os detentos segundo os regimes do cumprimento das penas.

A situação em que se encontra o sistema prisional do Estado de Roraima demonstra que o mesmo não acompanhou o crescimento da população carcerária assim como não foi projetado para receber presos condenados em regime fechado visto que a única penitenciária do Estado foi construída para apenados em regime semiaberto, por se tratar de uma penitenciária agrícola. As cadeias públicas por sua vez com vagas reduzidas destinadas a presos provisórios e a casa do albergado para presos em regime aberto.

Em Roraima a profissão de agente penitenciário é recente sendo criada em 2010 quando o então governador do Estado José de Anchieta Junior sancionou a Lei Complementar número 166/2010 a qual institui a carreira e o cargo de agente penitenciário do Estado. Esta lei prevê o número de cargos, a remuneração, as obrigações e onde estas serão desenvolvidas além de outras providências.

É interessante ressaltar que, antes da instituição em lei da categoria de agente penitenciário no Estado de Roraima, encontrava-se a disposição da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania policiais civis na função de agentes carcerários os quais deveriam retornar a Secreta-



ria de Estado da Segurança Pública após trinta dias da investidura no cargo dos aprovados no concurso de agentes penitenciários.

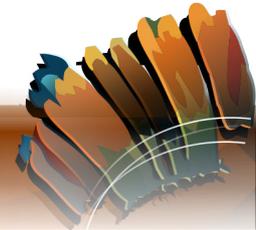
Os referidos agentes carcerários desempenhavam as mesmas funções que os agentes penitenciários hoje, variando em relação ao número de profissionais que atuavam no sistema e a especificidade do concurso público uma vez que os agentes carcerários foram aprovados para concurso da polícia civil que previa a função de agentes carcerários sendo dessa forma policiais civis. Contudo, após o concurso específico para agente penitenciário e a posse dos aprovados a categoria de agente carcerário foi extinta e os policiais civis retornaram a Secretaria de Segurança Pública a qual são vinculados.

Os agentes penitenciários roraimenses são homens e mulheres, alguns graduados outros graduandos que por vários motivos e entre os mais citados está o salário atrativo, viram a oportunidade de estabilidade que um emprego público proporciona ao indivíduo aliada ainda ao considerável número de vagas ofertadas de uma única vez para um único cargo público no Estado. No entanto, ainda assim para alguns aprovados a carreira de agente não é definitiva, ou seja, vislumbram outra profissão.

Em Roraima a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania conta com cerca de 300 agentes penitenciários trabalhando nos cinco estabelecimentos prisionais do Estado. Todos aprovados em concurso público para esse fim começaram a desempenhar a função de agente penitenciário em janeiro de 2013.

A resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária número 09 de 13 de novembro de 2009 considerando o aumento da população carcerária e a necessidade de um maior número de agentes penitenciários nos estabelecimentos destinados a presos em regime fechado e presos provisórios estabelece a proporção de 1 agente penitenciário para cada 5 presos. Determinando assim que o Departamento Penitenciário Nacional exija dos representantes dos estados adequação a referida resolução a fim de efetuar uma melhor assistência aos presos.

Em Roraima com os 300 agentes penitenciários lotados na Sejud estariamos próximos do recomendado pela resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Segurança Pública, 5 (cinco) presos para cada 1 (um) agente, se não fosse o fato relatado pelos próprios agentes penitenciários de que tem agente penitenciário trabalhando em outros lugares que não são os estabelecimentos prisionais.



Mesmo tendo pouco tempo de serviço, pouco mais de um ano, os agentes penitenciários apontaram em seus relatos diversas inconsistências no sistema prisional roraimense. Tanto na parte de estrutura física quanto nas condições de trabalho disponível para as suas práticas profissionais.

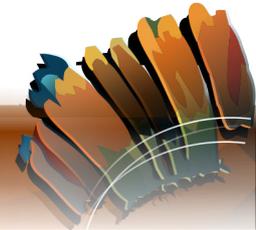
Em seu plantão na unidade prisional o agente penitenciário desenvolve diversas atividades profissionais, entre as citadas pelos mesmos estão a escolta de reeducandos, a revista de visitantes e a contagem de presos. De acordo com os agentes a escolta é realizada frequentemente por agentes femininas e ainda conta com a ausência do equipamento de proteção individual – EPI – colete a prova de balas, arma longa, spray de pimenta entre outros.

A revista é realizada nos visitantes e materiais que entram na penitenciária. Segundo os agentes a maneira como a revista é efetuada ocasiona falhas visto que os visitantes que ainda vão passar pela revista tem acesso ao seu material já revistado assim como os visitantes revistados ao saírem da revista tem contato com os que ainda irão ser revistados. É neste momento que segundo os agentes podem ocorrer dos visitantes colocarem algo não é permitida a entrada no estabelecimento.

A contagem dos detentos é uma tarefa essencialmente realizada pelos agentes masculinos visto que as agentes femininas são aconselhadas a não entrar na área correspondente as alas para evitar contado direto com os presos. De acordo com os agentes a contagem é dificultada pela estrutura física da instituição prisional e por presos de diferentes regimes estarem cumprindo pena numa mesma ala.

Assim que os agentes penitenciários substituíram os agentes carcerários eram cerca de trinta agentes por plantão. Após uns meses de trabalho o número diminuiu e agora há uma média de dezoito agentes por plantão. Para os agentes essa baixa no quantitativo de agentes nos plantões é resultado dos agentes penitenciários estarem trabalhando em outros lugares que não sejam os estabelecimentos prisionais. Segundo um agente penitenciário “tem agente em tudo que é buraco, tem agentes em outras funções que deveriam estar ajudando na PAMC onde é o principal defeito da segurança do Estado”.

No relato do agente plantonista da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo a redução no número de agentes plantonistas gerou o aumento na carga de trabalho e com isso o cansaço e o estresse pós plantão “você sai estressado, você sai pesado, você sente aquela coisa pesada no seu corpo quando você sai do plantão”



## CONSIDERAÇÕES

Em Roraima a Segurança Pública se apresentou como o maior problema do Estado em 2013. Fugas em massa e rebeliões colocaram o sistema prisional como centro do problema. O Brasil está entre as cinco maiores populações prisionais do mundo e Roraima é a menor população carcerária do Brasil. No entanto, como vimos nas falas temos um dos sistemas mais desorganizados do país com a mistura de vários regimes dentro de uma mesma instituição.

A sociedade quer segurança. Matou? Prende. Roubou? Prende. Estupro, corrupção, sequestro? Prende. E aí? Até quando vamos prender sem pensar em reeducar, ou melhor, educar ressocializando. Até quando o governo de Roraima vai omitir dados sobre o Sistema ou dificultar o acesso? Até quando teremos uma Penitenciária Agrícola que nada produz e nada ensina a produzir?

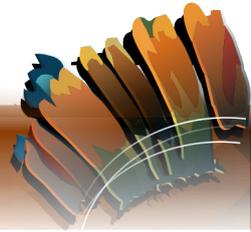
A verdade é que a sociedade não parece estar preocupada com a situação em que se encontra o sistema prisional, contando que o indivíduo criminoso saia de circulação tanto faz se para onde ele vai, tem vaga ou não, se tem funcionário capacitado ou não, para o seu processo de ressocialização.

A sociedade espera que o sistema de justiça criminal do Estado resolva os problemas da criminalidade. No entanto, a medida que os problemas crescem, o sistema não consegue dar conta de resolvê-los, vindo a gerar na própria sociedade a sensação de impunidade.

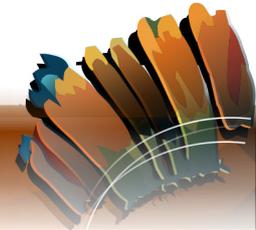
Assim, ao estudarmos o sistema prisional em Roraima e considerarmos o agente como um personagem ponte deste sistema prisional para além de seus muros ao falar de seu trabalho, percebemos inconsistências no que diz respeito à ressocialização/reeducação do indivíduo encarcerado bem como, para os sujeitos/objetos nas prisões dessa fronteira norte.

A situação não é difícil apenas na questão de estrutura física, mas de mão de obra também visto que em Roraima os responsáveis pelo trabalho penitenciário têm pouca experiência e como se pôde perceber ao longo da pesquisa, inúmeros fatores contribuem para a redução no número de agentes penitenciários trabalhando nos plantões da PAMC.

Nas falas dos agentes entrevistados percebemos que foi comum eles relatarem problemas na estrutura do sistema prisional; vida social mudada após o trabalho como agente penitenciário; o grande risco da profissão pelo contato direto com os presos, que a sociedade ajudada



pela mídia tem uma visão descrente do agente penitenciário. Mas, que além das mazelas que o sistema prisional do Estado de Roraima possa ter, conseguem ver como coisas boas da profissão os três dias de folgas e o salário, infelizmente.



## REFERÊNCIAS

Anuário Brasileiro de Segurança Pública. ISSN 1983-7364. Ano 7, 2013. Disponível em <http://www2.forumseguranca.org.br/novo/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/7a-edicao> acesso em 23 de dez. de 2013.

BRASIL, Lei n. 7.210 de 11 de julho de 1984. Institui a lei de execução penal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 11 de jul. de 1984.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: **História da violência nas prisões**. Tradução: Raquel Ramalhe. 39. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e história de Roraima**. Ed. rev. e ampl. Boa Vista, DLM, 2000

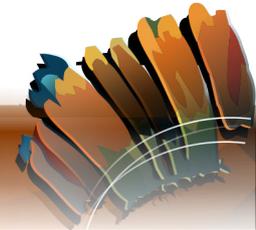
GODOI, Rafael. **Ao redor e através da prisão**: cartografia do dispositivo carcerário contemporâneo. 2010. 203p. Dissertação (Pós-Graduação de Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP. Resolução n 09, de 13 de novembro de 2009. **Diário Oficial da União**, 16 de novembro de 2009. Seção 1, pp 54-55.

Plano Diretor de Melhorias para o Sistema Prisional. Disponível em: [www.mj.gov.br/depen](http://www.mj.gov.br/depen)

SANTOS, Marivaldo de Oliveira; CONCEIÇÃO, Nilton César; BACELAR, Paulo Roberto. **Prevenção da violência e segurança pública**: um olhar sobre a atividade do agente penitenciário em Salvador – BA. 2009. 20p. Trabalho de conclusão de curso – Escola de Administração – UFBA/PROGESP/RENAESP. Universidade Federal da Bahia. Bahia, 2009.



VARELLA, Drauzio. **Carcereiros**. São Paulo: Companhia da Letras, 2012.

### **Fontes do Meio Eletrônico**

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

BRASIL, Ministério da Justiça. [www.mj.org.br](http://www.mj.org.br)

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. [www.stf.com.br](http://www.stf.com.br)

Jornal Folha de Boa Vista. [www.folhabv.com.br](http://www.folhabv.com.br)

Portal de Notícias G1Roraima

### **Fontes impressas**

Jornal Folha de Boa Vista. Edição do dia 31 de dezembro de 2013, 1 e 2 de janeiro de 2014.

### **Fontes orais – Entrevistas**

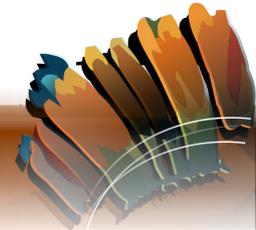
Humberto, 25 anos. Entrevista realizada pela autora no atual local de trabalho do entrevistado em 26 de novembro de 2013. O entrevistado foi agente carcerário durante cinco anos na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo.

Shirley, 24 anos. Entrevista realizada pela autora, na residência da entrevistada em 11 de novembro de 2013. A entrevistada é agente penitenciário desde janeiro de 2013.

Paulo, 25 anos. Entrevista realizada pela autora, na residência do entrevistado em 11 de novembro de 2013. O entrevistado é agente penitenciário desde janeiro de 2013.

Luis, 26 anos. Entrevista realizada pela autora, na UFRR em 15 de janeiro de 2014. O entrevistado é agente penitenciário desde fevereiro de 2013.

Antonio, 36 anos. Entrevista realizada pela autora na Universidade Federal de Roraima em 27 de novembro de 2013. O Policial Militar trabalha a quatro anos na guarda externa da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo.



## **AS REFORMAS NEOLIBERAIS NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO: CONDICIONANTES EXTERNAS, INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS ECONÔMICOS INTERNACIONAIS E AGRAVAMENTO DOS ÍNDICES SOCIAIS**

### **NEOLIBERAL REFORMS IN LATIN AMERICAN CONTEXT: EXTERNAL CONSTRAINTS, INFLUENCE OF INTERNATIONAL ECONOMIC INSTITUTIONS AND THE WORSENING OF SOCIAL INDICATORS**

*Jan Marcel de Almeida Freitas Lacerda<sup>5</sup>*

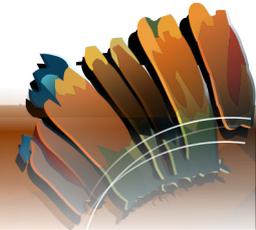
#### **RESUMO**

O objetivo do presente artigo é relevar a importância da economia política internacional como temática central na reflexão sobre a necessidade de obtermos uma convivência entre a democracia e o desenvolvimento econômico. Desta feita, atentamos para diversos problemas econômicos presentes na América Latina, no período Pós-Guerra Fria e em meio à globalização, que problematizaram uma possível relação “desejável” entre a democracia e o desenvolvimento. Coube aos teóricos neoclássicos a tarefa de celebrar as núpcias entre a teoria econômica e a visão democrática. Desse modo, é importante analisarmos as condicionantes externas – contextos nacionais, regional e internacional – da implementação das políticas neoliberais e, dentro desse contexto, é importante refletirmos sobre o agravamento das problemáticas econômicas e sociais dos países da América Latina em decorrência das reformas estruturais (neoliberais). Conseqüentemente, atentamos para a influência e autoridade, de início, de forma negativa, das agências financeiras internacionais na implementação dessas políticas e suas subseqüentes reformulações. Por fim, refletiremos sobre o quadro dos índices sociais na América Latina, cujo agravamento teve resultado com as reformas neoliberais.

**Palavras-chave:** Reformas Neoliberais. Organizações Internacionais. Desenvolvimento Econômico. Índices Sociais. América Latina.

---

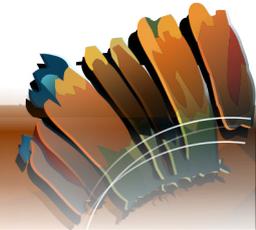
<sup>5</sup> Doutorado em Ciência Política (UFPE); Mestre e graduado em Mestre e Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



## ABSTRACT

The objective of this article is to emphasize the importance of international political economy as a central theme in the debate about the need to obtain coexistence between democracy and economic development. This time, we look for various economic problems in Latin America, in the post-Cold War and in the midst of globalization, which explored a possible “desirable” relationship between democracy and development. The task of celebrating the nuptials between economic theory and democratic vision was up to neoclassic theories. Thus, it is important to analyze the external factors - national, regional and international contexts - of the implementation of neoliberal policies and, within that context, it is important to reflect on the deepening economic and social problems of Latin American countries as a result of structural reforms (neoliberal). Consequently, we look at the influence and authority, at beginning, negatively, of the international financial agencies in implementing these policies and their subsequent reformulations. Finally, we will reflect on the framework of social indicators in Latin America, which has resulted in worsening the neoliberal reforms.

**Keywords:** Neoliberal reforms. International Organizations. Economic Development. Social indexes. Latin America.

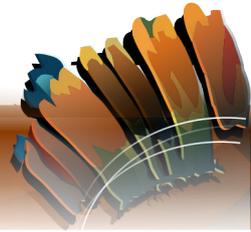


## INTRODUÇÃO

**E**m meio à globalização, o neoliberalismo e o Consenso de Washington – ou “consenso neoliberal” – abrangem o futuro do mercado mundial, as políticas de desenvolvimento e, principalmente, o papel do Estado. O neoliberalismo surge por diversas questões, como: protesto de empresários contra pressões fiscais, apresentadas como insuportáveis; denúncias de políticos conservadores contra políticas re-distributivas, caracterizadas como paternalistas e desastrosas; campanhas de organizações empresariais contra a extensão de atividades do setor público a domínios tidos como “naturalmente” privados; e, resistência contra a regulamentação supostamente hipertrofiada dos contratos entre particulares (normas sobre aluguéis, direito do trabalho e previdência, etc.). Imposto para os países da América - Latina nos anos 80, como condição para negociações das dívidas desses países, e ficaram sob a vigilância do Banco Mundial e do FMI.

Conforme Pinheiro (1995), em meio à globalização e a regionalização na economia mundial, há uma perda da autonomia do Estado<sup>6</sup> em relação à condução da economia e, dessa forma, é relevado que: “os Estados que não seguem uma linha ortodoxa de política econômica sejam penalizados pela fuga de capitais necessários para financiar o período de transição de modelos” (PINHEIRO, 1995, p. 77). Neste contexto, em contraposição a esse último, surge um novo debate sobre a governabilidade em meio à crise econômica e a redemocratização, pois “ao invés do Estado mínimo ou do Estado desenvolvimentista, temos o Estado capaz [...] que reúne as condições de governabilidade para promover os ajustes requeridos na estrutura produtiva, redirecionando a economia para um novo modelo de desenvolvimento” (*idem*, p. 80). Com isso, em meio a crises econômicas financeiras e a condicionalidade do Estado ao mercado, o autor aponta que: [...] O Estado encontra-se diante da necessidade de direcionar as suas políticas sociais para os bolsões de miséria [...] e o combate à pobreza passa a ser a principal linha de intervenção do Estado na vida social (*idem*, p. 84).

Neste contexto, é importante verificar o conceito “vazio de conteúdo econômico-social” (STUART, p. 50) imposto pelo Consenso de Washington, já que conforme síntese de Bandeira (2002, p; 236), consistia basicamente na recomendação de que o Estado se retirasse da economia e, assim, a América Latina passasse a ser submetida às forças do mercado. Vale ressaltar que, em síntese, o consenso nasceu em 1989, criado pelo economista inglês John Williamson, e conforme decisão do 6 Pinheiro destaca que: [...] Tal Estado tem o papel de implementar os ajustes econômicos necessários para a estabilização monetária, a transformação produtiva e o rendimento das economias da região para um modelo voltado para o mercado externo. Nesse contexto, as políticas sociais ganham caráter compensatório para amortecer os impactos do tecido social, causados pela reorganização do sistema produtivo, assegurando a estabilidade do regime de transição (1995, p. 65).



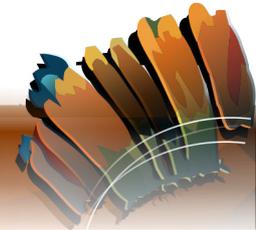
Congresso americano, as medidas propostas por esse economista<sup>7</sup> seriam utilizadas para impor as negociações da dívida dos países latino-americanos, em destaque: equilíbrio das contas públicas; liberalização da economia, por meio da abertura comercial e desregulamentação; e, a privatização de empresas públicas. Dessa forma, a ordem espontânea dos mercados subtrai dos governos nacionais grande parte de seu poder, como a liberdade de cunhar e criar dívida pública. No entanto, como contrapõe Boaventura de Sousa Santos: “este consenso está hoje relativamente fragilizado em virtude de os crescentes conflitos no interior do campo subalterno ou contra-hegemônico. Isto é tanto assim que o período é designado por pós- Consenso de Washington” (SANTOS, 2005, p. 27).

Portanto, é importante fazermos uma reflexão sobre os contextos nacional, regional e global de implementação do modelo neoliberal. Em seguida, analisar o agravamento das problemáticas sócio-econômicos dos países da América Latina após as reformas estruturais (neoliberais) e a ligação “perversa”<sup>8</sup> com o conceito de democracia, como destaca Lopes (2007): “coube aos economistas neoclássicos, já no avanço do século XIX, ‘celebrar as núpcias entre teoria econômica e visão democrática’ (MERQUIOR, 1982:134)” (p. 612). Observar, também, a influência negativa das agências financeiras internacionais na implementação dessas políticas e a mudança de diretrizes dessas organizações. Por fim, refletir sobre os índices sociais recorrentes das reformas estruturais na América Latina.

---

7 Dez propostas apresentadas por Williamson: “ 1 – disciplina fiscal; 2 – mudanças das prioridades no gasto público; 3 – reforma tributária; 4 – taxas de juros positivas; 5 – taxas de câmbio de acordo com as lei do mercado; 6 – liberalização do comércio; 7 – fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8 – privatização das empresas estatais; 9 – desregulamentação das atividades econômicas; 10 – garantia dos direitos de propriedade” (BANDEIRA, 2002, P. 136).

8 A autora Evelina Dagnino (2004) traz o argumento que a confluência entre os projetos de construção democrática e o modelo liberal seria uma confluência perversa, pois: “A perversidade estaria colocada, desde logo, no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva” (p. 96 e 97). Contudo, essa participação da sociedade civil é meramente aparente, traçada por dilemas que modificam as noções de sociedade civil, participação e cidadania na política e na democracia. Conseqüentemente, no projeto neoliberal, há a necessidade de despolitização do Estado, da política e da democracia, sendo esses realocados a um papel minimalista (idem, p. 108).



## CONTEXTOS NACIONAIS, REGIONAL E GLOBAL: CONDICIONANTES EXTERNAS

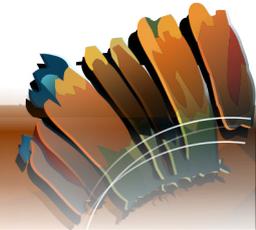
**E**m meio às mudanças de modelos de desenvolvimento – do modelo de substituição de importações para um novo modelo embasado em políticas neoliberais -, o plano interno é perpetrado pelas “heranças” do modelo de substituição de importações, pois, conforme Lopes (1995): “herdou uma elevada dívida externa e interna, alto desemprego combinado com estagnação da produção e um processo inflacionário crônico” (p. 76), além de no “ponto de vista social, ocorreu o aumento da pobreza e o acirramento da concentração de renda” (idem). Conseqüentemente, a crise econômica leva os países a pressionar os cofres públicos e diminuir, consideravelmente, o financiamento das políticas sociais.

Neste contexto, na América Latina, além de constrangimentos externos, que embasaremos mais adiante, temos a eclosão de dois processos complexos:

De um lado, como assinalado, houve a crônica afirmação da crise econômica, manifestando-se como sinal do esgotamento do modelo de substituição de importações. De outro, assistiu-se à progressiva redemocratização e abertura política do continente, pulverizando-se o poder autoritário central dos anos 70 (PINHEIRO, 1995, p. 78).

Em outras palavras, os países da América Latina vivenciavam um período de mudança de regimes de governos, passando de regimes autoritários para regimes democráticos, e o que não significa que esses últimos não tenham se “aproveitado” do contexto de crise para adotar medidas autoritárias, visto que:

Dada a constatação de Torre (1996), da existência de uma debilidade histórica das instituições estatais no continente, este conclui que “a centralidade que assumiu a autoridade do executivo no manejo do ajuste estrutural foi proporcional às limitações da autoridade do Estado” (Torre, 1996: 72). Daí, segundo o autor, a existência de um “padrão” de atuação dos governos democráticos pautado pelo perfil “discricionário”. Ou seja, no decorrer do processo de reabertura, mediado pela crise, **os regimes nascentes atuaram com a utilização em larga escala de dispositivos autoritários como forma de responder aos novos problemas** [grifo nosso] (ALVES, p.5).



Já o segundo processo apontado por Pinheiro (2005) – crise econômica e redemocratização política –, essa relação teve como resultado a emergência de novos atores no âmbito político, que estavam marginalizados no período autoritário. Bem como evidenciou que o Estado desenvolvimentista foi incapaz de atender às demandas sociais. Entretanto, é importante lembrar que: “o processo de distensão do regime autoritário, depois denominado de abertura democrática, veio acompanhado da progressiva fragilização financeira do Estado” (PINHEIRO, 1995, p. 78).

Destaca Pinheiro (1995) que pode se constatar resultados desfavoráveis nos países da América Latina pela adoção abrupta ao modelo neoliberal, mesmo assim, o autor releva que houve preocupação com duas questões: a sustentação da democracia e o resgate da dívida social. Dessa forma, o autor aponta para a necessidade de atentar para a necessidade de continuidade da democracia e de focar no resgate da problemática social<sup>9</sup>, pois:

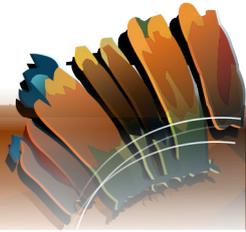
O advento da democratização em conjunto com a crise econômica poderia comprometer a viabilidade da transição entre os modelos econômicos sob o véu da democracia. Em tal ambiente, tornar-se-ia extremamente factível a associação do autoritarismo com o desenvolvimento econômico, como ocorreu no Chile, enquanto a democracia estaria conectada ao caos produtivo e ao catastrofismo inflacionário. Da mesma forma, o aumento da miséria poderia provocar a deslegitimação do regime. [...] Nesse sentido, os elementos relacionados às condições políticas de implementação e sustentação das políticas de estabilização econômica e ajuste estrutural, e a ênfase nas políticas sociais compensatórias, começam a ganhar relevância, principalmente nas orientações das instituições financeiras internacionais [...] (Ibid., p. 78).

Sendo assim, o excerto acima revela o que está ocorrendo na atualidade, já que os dados do *Latinobarómetro*<sup>10</sup> verificam essa deslegitimação do regime democrático em face ao desenvolvimento econômico, como iremos analisar mais detalhadamente mais a frente, juntamente à mudança dos órgãos financeiros globais.

No aspecto regional, as primeiras experiências do Neoliberalismo ocorreram no Chile, no Uruguai e na Argentina, e tinham como objetivo implementar as políticas norte-americana e inglesa, dos pensamentos liberal-conservador de Reagan e Thatcher. No entanto, torna-se predominante apenas nos anos 90 e, em consequência, do consenso de Washington. Com o fim da Guerra Fria, havia o pensamento de que, com a globalização, o modelo neoliberal seria o vencedor e era visto como pre-

9 Que será denominada, pelo autor, como políticas sociais compensatórias.

10 Segundo informações do site dessa organização, o Latinobarómetro<sup>10</sup> é um estudo de opinião pública que aplica anualmente cerca de 19.000 entrevistas em 18 países da América Latina, representando mais de 400 milhões de habitantes. Mais informações: <http://www.latinobarometro.org/>.



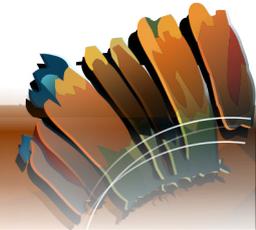
condição para a globalização financeira mundial, visto que, conforme já fora dito anteriormente, as reformas liberais se tornam supostamente necessárias e condicionantes para os países periféricos. Ou seja, esses países deveriam inserir-se em uma globalização, com abertura política, econômica e cultural, como também na interdependência assimétrica entre os Estados.

No aspecto global das reformas, segundo a construção textual dos autores Reis, Oliveira e Pinheiro (2007), ressaltar-se-á o avanço na projeção da América Latina no cenário internacional, mesmo com fragilidades internas e externas. Além de que os propósitos das reformas neoliberais, refutados pelo autor e também por essa análise, não foram alcançados. Com isso:

Independentemente de posturas ideológicas pragmáticas, é inequívoco que a região vem avançando em seu projeto de inserção em um contexto econômico globalizado. Esse avanço é permeado por marchas e contramarchas, que são explicadas ora pelas fragilidades internas, ora pelas vulnerabilidades políticas e econômicas da região frente à concorrência mundial [...]. Recentemente, na quase-totalidade dos seus países, um vigoroso conjunto de reformas estruturais foi implantado, tendo por finalidade estabilizar, fortalecer e criar condições macroeconômicas consistentes para a efetivação de suas respectivas inserções num ambiente de produção tecnológica avançada, no âmbito do processo de reestruturação do capital internacional. (p. 2).

Como já mencionado anteriormente, o modelo neoliberal não conseguiu cumprir as suas promessas tanto no aspecto do crescimento econômico quanto na diminuição da pobreza e das desigualdades sociais na região. Além de ainda vivenciarmos, posteriormente, a vulnerabilidade dos Estados da América Latina frente a crises econômicas (basicamente financeiras) já que há a volatilidade dos capitais em um sistema financeiro global.

Para concluir esse tópico é importante destacar as pressões das forças econômicas internacionais na implementação das reformas estruturais, pois, segundo pensamento de Lopes (2007, p. 64), se não fossem essas pressões, as condicionantes internas não seriam decisivas a ponto de mudar o modelo institucional do Estado latino-americano. Ou seja, devido à grande dependência do financiamento externo nas economias dos países da América Latina, diversos aspectos foram impostos no intuito de controlar as economias, conforme vimos nas propostas do Consenso de Washington. Contudo, aspectos como a pressão por contenção da inflação era “condicionalmente imposta pelos receituários econômicos dos bancos multilaterais – os financiadores emergenciais das crises de liquidez na América Latina” (LOPES, 2007, p. 620).



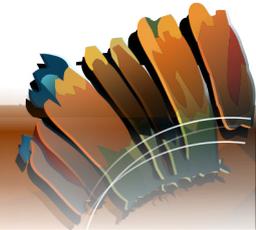
Ainda, conforme o autor: “em outras palavras: com as reformas estruturais do Estado latino-americano, aprofundou-se a dívida externa dos países, sem haver, no entanto, a esperada contrapartida social” (idem). Enfim, é importante relevar que, em consonância com pressupostos da Teoria Realistas das Relações Internacionais, os Estados da região são pressionados por organizações e pelos Estados industrializados (potências), os quais muitas vezes se camuflam nas próprias organizações financeiras globais, já que:

Vasta literatura sobre a coerção internacional aponta que o papel de agências multilaterais – controladoras dos recursos financeiros de que carecem muitos dos países pobres da América Latina – goza de legitimidade, e até do apoio, dos estados ricos – os que mais contribuem para o seu sustento (LOPES, 2007, p. 620).

## INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS

**A**s pressões das agências financeiras mundiais são entendidas, nesse artigo, como forma de influência de Organismos Internacionais. Assim, como destaca os autores Reis, Oliveira e Pinheiro (2007), o contexto de pobreza, desigualdade social e baixo crescimento econômico vem sendo motivo de preocupação para os organismos financeiros internacionais (ou como chamados pelos autores: “patrocinadores da globalização”), já que as estratégias neoliberais para a região latino-americana não foram promissoras. Ou seja, como destaca os autores, essa mudança de posição dessas organizações é um paradoxo, pois:

Os mesmos organismos internacionais que vêm levantando indicadores econômicos e sociais, sobre os quais diagnosticam vulnerabilidades, riscos, miséria, desigualdade, etc., são aqueles que propuseram e controlam a execução do ajuste estrutural, que analisam a pobreza e propõem alternativas de sua “erradicação”. “Se fizéssemos uma analogia de nossa situação social com uma ‘doença’, tanto o diagnóstico e, sobretudo a receita prescrita implicariam em agravamento da mesma” (REIS; OLIVEIRA; PINHEIRO, apud SOARES, 2007, p. 17).



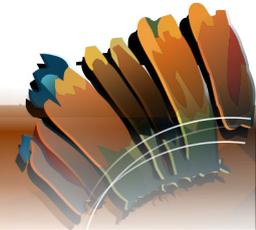
Conforme o excerto acima, os autores relevam que esses “patrocinadores da globalização” mostram-se dispostos a ajudar os países da América Latina, mas apresentam uma análise e propostas que aprofundam as reformas neoliberais, já que ainda há o pensamento de que essa é a política adequada. Ou seja, ainda há o pensamento de que as reformas não tiveram sucesso, pois foram incompletas, ou seja:

As “causas baseiam-se” na incompletude das reformas; na pouca flexibilização do mercado de trabalho; no processo incompleto de privatização, principalmente o bancário, uma vez que ainda existem “muitos bancos estatais”; na heterogeneidade de reações dos diferentes agentes regionais, quando da implementação das reformas, o que repercutiu negativamente em emprego, crescimento e equidade; na carência normativa para complementar as privatização e a liberalização financeira; na história regional de instabilidade, distorções econômicas, taxas de crescimento baixas e problemas de corrupção e governabilidade; além de, é claro, na sucessão de crises nos países emergentes (problemas que, na opinião desses analistas, não têm absolutamente nenhuma causa externa, muito menos a sociedade e o mercado) (Ibid., p. 16 e 17).

Além disso, diversas formas de combate aos problemas da região são apontadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) – nesse trabalho destaca-se o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) –, pelo Banco Mundial e pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), com o objetivo de propiciar uma “distribuição de renda mais equitativa” (*idem*, p. 15) . Ou seja, como pudemos analisar no texto dos autores, os “conselhos” das organizações internacionais, principalmente o Banco Mundial, ainda constroem um pensamento ligado ao pensamento neoliberal. Vale ressaltar que, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) foram agências internacionais que empunharam aos países da América Latina às condições fundamentais das necessidades de reformais estruturais, na década de 1990.

Com isso, o cientista político Douglas Santos Alves nos remete à adoção de um modelo de novas perspectivas das organizações financeiras, de pesquisa e de apoio técnico, que foi implementado pelos Estados:

Assim, a atuação dos governos na implementação das políticas neoliberais ocorreu através de um processo que definiu contornos específicos às instituições da democracia, o que lhes garantiu as condições necessárias para tal tarefa. Chama a atenção, ainda, o fato de que sua implementação ocorre mediante a criação de mecanismo “democráticos” de participação e controle social. A redução do gasto do Estado em serviços públicos, por exemplo, sofreu por um lado, uma profunda reestruturação, através de descentralização, propagandeada como alternativa de maior eficiência e desburocratização, e uma maior economia de recursos, principalmente



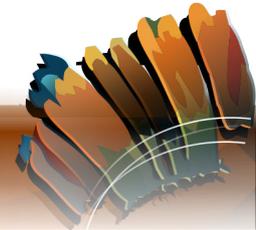
com a focalização das políticas sociais, o que garantiria a destinação das verbas para “os que realmente necessitam”, deixando de fora do atendimento aqueles que poderia pagar pelos serviços. Por outro lado, **essa reestruturação veio acompanhada de um forte discurso democrático, como instrumento de legitimação, a partir da ampliação da participação com a atribuição de funções públicas à entidades privadas, maior controle social, com a criação de diversos conselhos e a aproximação das verbas da população à qual ela se dirige, o que permitiria uma maior adequação às necessidades às especificidades locais** [grifo nosso] (ALVES, p. 5)

Nesse ínterim, destacamos excerto dos autores Reis, Oliveira e Pinheiros (2007), pois nos apresenta a importância da melhora dos índices sociais e ressaltam a importância da mudança de concepção dos organismos internacionais, visto que:

Sem dúvida, apenas crescimento econômico não basta para garantir padrões de minimização da pobreza, são necessários a diminuição dos altos índices de desigualdade, a de vários riscos sociais (mortalidade, fecundidade, envelhecimento, etc.), o aumento de postos de trabalho e da qualificação dos existentes, assim como a distribuição de recursos públicos aos setores sociais. Mas condição imprescindível é o reconhecimento, não exposto em nenhum dos relatórios dos organismos internacionais, de que esse retrato de retrocesso social é resultado da aplicação do projeto político veiculado pelo ajuste estrutural que consolida e generaliza a estratégia econômica para a periferia capitalista, implementada de forma mais orgânica a partir dos anos 90 (p. 21).

Alguns aspectos aqui relevados, sobre a influência das Organizações Internacionais no sistema internacional, nos chamam a atenção quanto a aspectos da teoria realista das relações internacionais. Ou seja, essa perspectiva é baseada nas premissas de que: “as organizações são fundamentalmente instrumentos usados pelos Estados mais poderosos para atingir seus objetivos” (HERZ; HOFFMANN, 2004, p. 50), e, ainda: “elas só exercem funções importantes quando expressam a distribuição de poder no sistema internacional” (*idem*).

Contudo, esses aspectos serão confrontados e desconstruídos pelos autores construtivistas Barnnet e Finnemore (2004), sobretudo, quanto à pressão que os organismos financeiros fizeram sobre os Estados latino-americanos, já que há o pensamento realista de que esses Estados eram controlados pelos países ricos. Segundo a crítica e desconstrução de Barnnet e Finnemore (2004):



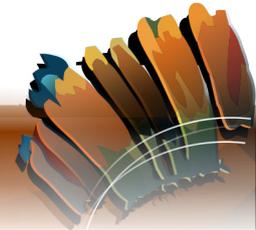
Understanding IOs as bureaucracies opens up an alternative view regarding the sources of their autonomy and what they do with that autonomy. **Bureaucracies are not just servants to whom states delegate. Bureaucracies are also authorized in their own right, and that authority gives them autonomy vis-à-vis states, individuals, and other international actors.** [...] Our claim that IOs possess authority puts us at odds with much of IR theory, which presumes that only states can possess authority because sovereignty is the only basis of authority. We suggest otherwise. When societies confer authority on the state, they do not do so exclusively. Domestic societies contain an array of authorities, differing in degree and kind. The state is an authority, but academics, professionals and experts, heads of nongovernmental organizations, and religious and business leaders can also be conferred authority. **So, too, in international life authority is conferred in differing degrees and kinds on actors other than states. Prominent among these are IOs**<sup>11</sup>. [grifo nosso] (p. 5).

Os supracitados autores também relatam que as Organizações Internacionais podem falhar em suas missões, mas, com isso, elas podem mudar (idem, p. 3): “they are expand, taking on new missions, mandates, and responsibilities in ways not imagined by their founders”<sup>12</sup>(idem), conforme verificamos anteriormente na mudança dos organismos financeiros frente à necessidade de incorporar problemas sociais nas formas econômicas. Para concluir, segundo os autores:

Thus, the World Bank and IMF have repeatedly discovered that their models of development and economic stabilization have omitted variables and that the omissions have compromised success. Failure to attend to subsidies, income policies, good governance, and program ownership have led these IOs to expand their work into new sectors of the economy and society. [...] To understand this impressive expansion requires understanding the constitution of international organizations. The social stuff of which they are made – specifically, their rules and the nature of their authority –

11 “Entendendo OIs [Organizações Internacionais] como burocracias abre uma visão alternativa sobre as fontes de sua autonomia e o que elas fazem com essa autonomia. As burocracias não são apenas os funcionários a quem estados delegam. As burocracias são também autoridade, por direito próprio, e essa autoridade lhes dá autonomia vis-à-vis aos Estados, indivíduos e outros atores internacionais. [...] **A nossa alegação de que as OI têm autoridade nos coloca em desacordo com muitas teorias das RI [Relações Internacionais], que pressupõe que apenas os Estados podem dispor de autoridade, pois a soberania é a única base de autoridade.** Sugerimos o contrário. Quando as sociedades conferem autoridade do Estado, elas não o fazem exclusivamente. Sociedades domésticas contêm um conjunto de autoridades, diferindo em grau e espécie. O Estado é uma autoridade, mas acadêmicos, profissionais e especialistas, chefes de origens não-governamentais, e líderes religiosos e empresariais também podem ser conferidos de autoridade. **Assim, também, na vida internacional, a autoridade é conferida em diferentes graus e tipos de atores que não sejam Estados. Entre estes estão as OIs**”. [Grifo nosso] [tradução livre] (BARNETT; FINNEMORE, 2004, p. 5).

12 “Eles estão expandindo, aceitando novas missões, mandatos, e responsabilidades de formas não imaginada por seus fundadores” [tradução livre] (BARNETT; FINNEMORE, 2004, p. 3).



yields insight into the ways that they exercise power and how their good intentions can sometimes lead to unfortunate and tragic outcomes<sup>13</sup>. (idem, p. 44).

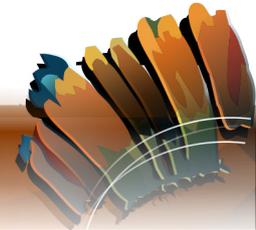
## AGRAVAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL: POBREZA, DESIGUALDADE SOCIAL, BAIXA ESCOLARIDADE, TRABALHO DE BAIXA QUALIDADE E OUTROS ÍNDICES SOCIAIS

Com o decorrer da construção textual desse trabalho, fica claro que as reformas estruturais (ou neoliberais) não proporcionaram o que pretendia, já que não houve crescimento econômico nem os índices sociais foram amenizados. Dessa forma, é importante analisar alguns indicadores sociais, como: o aumento em números absolutos de pobres; aumento da desigualdade social; crescimento econômico baixo; baixa escolaridade da população da região; entre outros índices importantes. Análise essa feita através do texto de Reis, Oliveira e Pinheiro (2007), já que os autores refletem sobre os dados obtidos pelas análises da CEPAL, além de confrontar-nos com as análises de Lopes (2007), pois esse último analisa os dados obtidos pelos relatórios do PNUD.

Neste contexto, podemos elencar os problemas e os índices sociais negativos da seguinte forma:

1. Embasados em dados da CEPAL, a pobreza na América Latina durante os anos de 1990 até 2006 teve redução em números percentuais (de 48,3% para 38,5%), o que gerou certa alegria aos apoiadores das reformas. No entanto, como destaca os autores Reis, Oliveira e Pinheiro (2007), devemos destacar alguns aspectos negativos desses dados, pois o percentual foi reduzido, mas o número absoluto de população pobre foi crescente (de 200,2 milhões, em 1990, para 226,0, em 2003. Sendo projetados pela CEPAL uma redução para 205 milhões, em 2006). Dessa forma, cabe interpretar que, as propostas de reformas estruturais tenham como objetivo erradicar a pobreza e só conseguiram reduzir minimamente em dados percentuais, ou seja, o percentual em torno de 40%

<sup>13</sup> “Assim, o Banco Mundial e o FMI têm repetidamente descoberto que seus modelos de desenvolvimento e de estabilização econômica têm omitido variáveis e que as omissões têm comprometido o sucesso desses modelos. Falhas em atender subsídios, rendimentos políticas, boa governação e de programa de propriedade levaram essas OIs a expandir o seu trabalho em novos setores da economia e da sociedade. [...] Para entender essa impressionante expansão, requer a compreensão da constituição das organizações internacionais. O material social de que são feitas - especificamente, as suas regras e a natureza de sua autoridade - produção de rendimentos dentro das maneiras que elas exercem poder e como suas boas intenções podem, às vezes, levar a resultados infelizes e trágicos” [tradução livre] (BARNNET; FINNEMORE, 2004, p. 44).



da população ainda é muito alto para as pretensões das reformas.

2. Outro índice importante para o combate a pobreza são as taxas de desocupação da população, pois remete aos dados sobre o mercado de trabalho e criação de empregos de qualidade. Contudo, o que os dados evidenciaram foi a concentração de famílias de baixa renda em setores de baixa produtividade (em 12 países<sup>14</sup> da região, 70% ou mais das pessoas pobres trabalham em setores de baixa produtividade<sup>15</sup>). Além do mais, segundo dados da CEPAL, ocorreu o aumento da brecha salarial entre os trabalhadores de alto e baixo nível de escolaridade, o que, conforme destacado pelo autor, contradiz o que fora dito pelos organismos financeiros internacionais, pois eles diziam que: “nos países com mão-de-obra não qualificada, a liberalização comercial traria um aumento de demanda e, dessa maneira, das rendas relativas desses trabalhadores” (REIS; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2007, p. 8). Outro aspecto dos índices de trabalho é o aumento dos postos de trabalho informais, pois a “precarização dos postos de trabalho “[...] têm mantido sua tendência expansiva; desde 1990, as 66% novas ocupações se têm integrado ao trabalho informal, e apenas 44% conta com benefícios da seguridade social” (OIT *apud* CEPAL *apud* REIS, OLIVEIRA e PINHEIRO, 2007, p. 19 e 20).

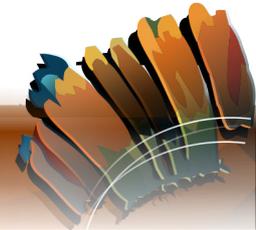
3. Os índices de aumento na expectativa de vida e a diminuição da taxa de mortalidade podem ser pensando como os autores refletiram, pois esses fatores, em meio a não existência de proteção social, refletem em um “maior número de pessoas à mercê da sorte e da caridade, além disso, há uma alta concentração urbana, altas taxas de gravidez na adolescência e problemas não resolvidos com a migração internacional” (REIS; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2007, p. 8).

4. Os baixos índices de escolaridade também é um agravante da situação da América Latina, pois alguns aspectos negativos são observados como: “uma média de quase 40% dos latino-americanos não chega ao nível médio” (Ibid., p. 10); e, no caso do ensino superior: “apenas 22,6% da população chegará aos bancos universitários” (CEPAL *apud* REIS; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2007, p. 10). Além de que: “quase 10% da população é analfabeta, não sendo, portanto [...] capaz de ler e escrever, com entendimento, um relato simples e breve sobre sua vida cotidiana” (*idem*). Por fim, a importância da educação vai bem mais além do que pensamos, pois

Além disso, vários estudos e pesquisas demonstram a importância da educação qualificada no desenvolvimento cognitivo e intelectual da população, elementos contribuidores nos processos de melhoria das condições de vida, de desenvolvimento ecológico sus-

14 Bolívia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

15 Empregados domésticos, trabalhadores por conta própria sem qualificação profissional ou técnica.



tentável, de desenvolvimento/efetivação da democracia e garantia dos direitos humanos, de minimização da corrupção, de controle das ações dos governos, não sendo por acaso que a educação é o elemento central nas políticas de “enfrentamento” à pobreza (*idem*, p. 10).

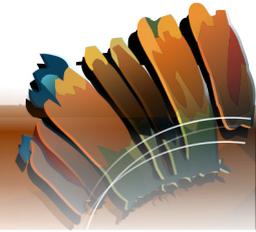
5. Os altos índices de desigualdade de renda crescem rapidamente, o que caracteriza “o ajuste estrutural como fenômeno restrito, excludente e polarizante de riqueza entre as classes e as nações” (REIS; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2007, p. 10, p. 11). Bem como, a América Latina figura no cenário internacional como a região do mundo com maior índice de desigualdade, pois conforme estudo do Banco Mundial: “[...] essa afirmação é verdadeira em relação a quase-totalidade dos indicadores estabelecidos, desde renda ou gastos com consumo até a dimensão da influência e participação política, além da maioria dos resultados referentes à educação e saúde” (BANCO MUNDIAL *apud* REIS; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2007, p. 6). Enfim, como alega os autores: “em síntese, as decorrências das desigualdades produzem enormes fraturas, geradoras de tensão e pobreza. Diante disso, explicita-se parte do retrato da desigualdade na América Latina” (REIS; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2007, p. 12).

6. Por fim, um índice novo de desigualdade é o acesso ao mundo da informática e internet, que reflete que a maioria da população da América Latina não tem acesso ao mundo cibernético, gerando, assim, a nova configuração de analfabetismo digital (ou cibernético, conforme nomenclatura dos autores)<sup>16</sup>.

Ou seja, a partir do quadro dos índices apresentados acima, mostra-nos o agravamento das questões sociais com a implementação das reformas neoliberais, assim como faz-nos refletir sobre o porquê dos dados obtidos pelo *Latinobarómetro* e interpretados pelo PNUD terem destacado o crítico estado de saúde da democracia na América Latina. Ou seja, há uma estreita relação entre os baixos índices sociais e a pouca atratividade da democracia pela população, já que, conforme já fora dito nesse artigo, “[...] 56,3% acreditam que o desenvolvimento toma precedência sobre a democracia – o que não constitui grande surpresa –, mas 54,7% afirmaram que chegariam a apoiar regimes autoritários que trouxessem o desenvolvimento [...]” (LOPES, 2007, p. 632). Contudo, o mais importante aqui é destacar o pensamento subsequente do teórico, pois: “aqui, sim, temos configurada uma ameaça à integridade democrática na América Latina, tendo-se em vista os insatisfatórios indicadores econômicos das duas últimas décadas [...]” (*idem*). Dessa forma, de acordo com Lopes (2007), podemos refletir sobre as possíveis hipóteses que explicam o desinteresse da população pela democracia:

---

16 Essa análise dos índices sociais foi construída a partir do texto de Reis, Oliveira e Pinheiro (2007), intitulado de A Pobreza na América Latina após as Reformas Estruturais: a permanência da iniquidade.



Algumas hipóteses são aventadas por Paramio para explicar a desvalorização de nossa política democrática: (a) na América Latina, apenas os resultados práticos de um governo são levados em conta na avaliação da democracia, e não o seu mérito como regime político. Sendo assim, quando não se vêem os resultados, contesta-se a democracia; (b) a crescente personalização da política na América Latina – o que alguns chegaram a considerar como o renascimento do caudilhismo; (c) o peso da tradição latino-americana de patrimonialismo e clientelismo, obstando o florescimento da cultura democrática; (d) a percepção generalizada da crise na América Latina e a associação com o processo de redemocratização; (e) a percepção de que, diante das forças da globalização, pouco podem os governos nacionais; (f) **a enorme frustração dos cidadãos com os resultados das reformas estruturais na América Latina, que prometiam ser a tábua de salvação do subcontinente** [grifo nosso] (PARAMIO apud LOPES, 2007, p. 634).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: NOVAS LIDERANÇAS NO PODER COMO RESPOSTA ÀS POLÍTICAS NEOLIBERAIS FRACASSADAS

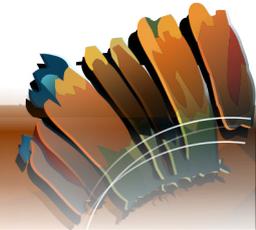
Como analisa Vigevani e Oliveira (2005), o presidencialismo se consolidou como o formato institucional mais adequado para os países da América Latina, segundo os autores:

[...] A figura do presidente consolidou-se como ator central do processo político na região tanto frente aos outros poderes do Estado nacional – Legislativo e Judiciário – quanto junto aos cidadãos e organizações da sociedade civil. Em outros termos, as prerrogativas e ações do Poder Executivo são uma referência necessária (p. 229).

Com isso, devido às recorrentes crises financeiras e os baixos e agravados índices sociais, há o fortalecimento de figuras carismáticas e com diferentes perspectivas (VIGEVANI; OLIVEIRA, 2005, P. 232). De acordo com análises da historiadora Mäder (2007), podemos refletir que as conseqüências negativas do modelo neoliberal, na região, seria uma das causas das vitórias eleitorais de novas lideranças políticas, já que: **“uma virada democrática para a esquerda de muitos governos da América Latina demonstra que uma nova inflexão sincrônica está em pleno curso no continente”** [grifo nosso] (MÄDER, 2007, p. 2).<sup>17</sup>

---

17 Governos estes que foram observados na região da seguinte forma: “A eleição para presidente da Bolívia, no final de 2005, do líder indígena, Evo Morales, da militante socialista chilena, Michele Bachelet, no início de 2006, de Daniel Ortega, na Nicarágua, e Rafael Correa, no Equador, em novembro de 2006, foram apenas eventos de uma tendência que teve início com as eleições de Hugo Chávez em 1998, na Venezuela, Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, em 2002, Nestor Kirshner na Argentina e Tabaré Vasquez no Uruguai”. (MÄDER, 2007, p. 2).



Além do mais, a autora ainda destaca que é perceptível que há uma forte reação contra as políticas neoliberais dos governos anteriores, exemplificando: as reações contrárias às “[...] reformas de livre comércio e a convergência com os EUA em relação a diversas questões” (MÄDER, 2007, p. 2). Até podemos relacionar com a perceptível reação desses governos contra os intentos dos EUA no que tange à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que foi outrora viabilizada pelas reformas estruturais implementadas na América Latina, como destaca Bandeira (2002).

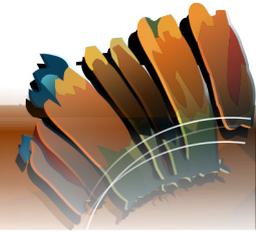
Assim, o que é importante destacar é o que une o presidencialismo ao que chamaremos de democracia delegativa<sup>18</sup>, em consonância com os aspectos desse estudo, é:

[...] a inclinação política do presidente ganha relevância. Quanto mais absorvidos os valores democráticos na prática política das lideranças, principalmente do presidente e do núcleo central do poder, menor a possibilidade das paixões públicas tenderem para o autoritarismo. Inversamente, quanto mais centralista, bonapartista ou tendencialmente plebiscitária a liderança, maior a tendência das paixões públicas aceitarem práticas não convencionais (idem, p. 233 e 234).

Portanto, é evidente a ligação entre o insucesso das reformas neoliberais e as mudanças políticas na América Latina, cabendo aqui concluirmos com o excerto conclusivo do texto de Mäder (2007) e, dessa forma, justificar-se-á o nosso enfoque no estudo da dinâmica da democracia na América Latina e suas diversas áreas de influências, pois:

A América Latina já foi chamada de “o continente perdido”, não obstante, mais além das explicações simplistas que falam de um retorno ao populismo ou de giros políticos e econômicos à esquerda ou à direita, segue sendo um continente cheio de possibilidades e de oportunidades para aqueles que se disponham a olhar e compreender o processo novo e distinto que se está experimentando aqui e as possibilidades que ele pode oferecer. **Talvez estejamos vivendo uma oportunidade sem precedentes para que o continente se apresente não só como protagonista, mas como tema da nova agenda do sistema geopolítico regional e mundial neste início do século XXI** [grifo nosso] (MÄDER, 2007, p. 7).

18 Segundo Vigevani e Oliveira (2005): “Democracias delegativas se caracterizariam pela funcionalidade de uma concepção parcialmente cesarista, bonapartista ou plebiscitária. [...] O governante eleito se percebe investido do poder de governo em vista do grau de apoio popular que lhe dá sustentação, constrangido apenas pelas relações de poder existentes e o tempo constitucionalmente limitado do seu mandato. [...] Este modelo combinaria eleições livres, competitivas e formalmente institucionalizadas com instituições políticas relativamente fracas” (p. 233).



## REFERÊNCIAS

ALVES, Douglas Santos. **Neoliberalismo, democracia e as origens da instabilidade política na América Latina**. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Douglas\\_Alves.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Douglas_Alves.pdf)>. Acesso em: 20 de jun. de 2010.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **As políticas neoliberais e a crise na América do Sul**. *Rev. bras. polít. int.* vol.45 n.2 Brasília July/Dec. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292002000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200007)>. Acesso em: 20 de jun. de 2010.

BARNETT, Michael; FINNEMORE, Martha. **Rules for the World: International Organizations in Global Politics**. Ithaca, London: Cornell University Press, 2004.

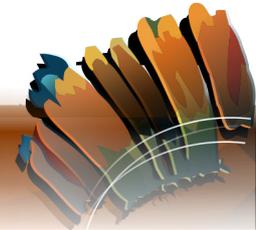
DAGNINO, Evelina (2004). ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: MATO, Daniel (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110, 2004. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/venezuela/faces/mato/Dagnino.pdf>> Acesso em: 25 de set. de 2011.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andréa Ribeiro. **Organizações Internacionais: História e Práticas**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. Perspectivas para a América latina no século XXI. *Revista História Agora*. Rio de Janeiro. v.1, 2007. p.1-7.

PINHEIRO, Vinícius C. (1995). **Modelos de Desenvolvimento e políticas na América Latina em uma perspectiva histórica**. Disponível em: <[http://www.pgdra.unir.br/edital\\_pgdra/TEXT0%204.pdf](http://www.pgdra.unir.br/edital_pgdra/TEXT0%204.pdf)>. Acesso em: 20 de jun. de 2010.

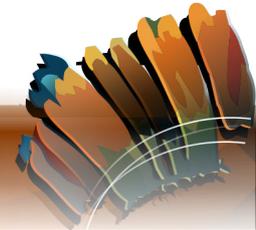
REIS, Carlos Nelson; OLIVEIRA, Mara de; PINHEIRO, Lessi. **A pobreza na América Latina após as reformas estruturais: a permanência da iniquidade**. Pesquisa feita com o apoio do CNPq, 2007. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/07/POBREZA%20NA%20AMERICA%20LATINA%20NO%20POS%20REFORMAS%20ESTRUTURALS.htm>> Acesso em: 20 de jun. de 2010.



SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F. América Latina: vulnerabilidade social e instabilidade democrática. In: Gilberto Dupas. (Org.). **América Latina no Início do Século XXI: Perspectivas econômicas, sociais e políticas**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.



## **BOA VISTA E A PÓS-MODERNIDADE: OS JOVENS E OS SITES DE REDES SOCIAIS**

*Germano Lopes Ângelo<sup>19</sup>*

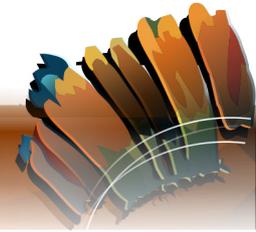
### **RESUMO**

Este artigo mostra a transição do modernismo para o pós-modernismo em Boa Vista, o marco zero deste acontecimento é o uso dos sites de redes sociais pelos jovens como ferramentas para se relacionar. Focaliza os problemas que estas podem ocasionar no futuro caso não se tome as devidas providências.

**Palavras-chave:** Boa Vista, jovens, pós-modernismo

---

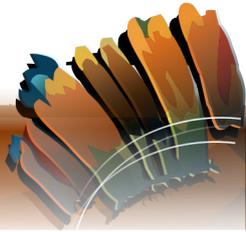
<sup>19</sup> Acadêmico e pesquisador/Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Roraima—Brasil



## ABSTRACT

This article shows the transition from modernism to postmodernism in Boa Vista, ground zero of this event is the use of social networking sites by young people as tools to relate to. It focuses on the problems they can cause in the future if not take appropriate action.

**Keywords:** Boa Vista, young, post-modernism



## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é identificar o desenvolvimento dos processos de relações sociais dos jovens boa-vistenses por meio de *sites* de relacionamento no período de 2007 a 2012. Através do método quantitativo e qualitativo, partiremos do pressuposto das mudanças comportamentais influenciadas pelos sites de relacionamento, por parte dos jovens que acompanham em tempo real tudo o que é moda imposta pela globalização do tipo capitalista, na qual impera a tecnologia virtual como uns dos avanços mais requisitados pela juventude que é a *internet* e seus *sites* de redes sociais. Os quais são aprovados pela imensa maioria dos jovens do pós-modernismo, como a melhor ferramenta de relacionamento do século XXI.

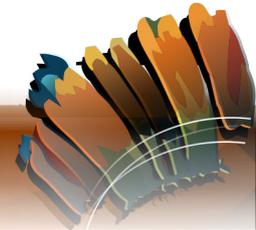
Este trabalho, descritivo de motivação, será desenvolvido por meio de pesquisa quantitativa com questionário semi-estruturados e perguntas abertas, através de amostragem probabilística casual simples. Com objetivo claro e formulação da hipótese inicial; a transição do modernismo para o pós-modernismo em Boa Vista, e os *sites* de redes sociais. Modalidade de observação direta: individual realizada por um pesquisador apenas.

Na primeira fase dissertaremos sobre a origem, e características dos *sites* de relacionamento que fizeram sucesso na comunidade juvenil boavistense. Na segunda analisaremos e qualificaremos os dados coletados, para identificar os prós e contras sobre o uso das redes sociais feitos pelos jovens de Boa Vista.

A maior invenção de todos os tempos foi a escrita, logo após foi considerada a videoconferência, ferramenta da *internet*. A sociedade juvenil boa-vistense não é alheia a estas invenções, prova disso são os sites de redes sociais que são usadas como ferramentas prediletas pelos jovens como meio de fazer novas amizades.

A juventude pós moderna boa-vistense repete as tendências mundiais desenvolvidas pelo capitalismo. Este sistema usa de todos os meios de comunicação para poderem vender seus produtos em qualquer região do planeta onde tenha chegado a globalização. Os jovens roraimenses estão sempre na moda seguindo o modismo que o mundo moderno lhes oferece, prova disso é o uso das chamadas redes sociais, pelo fato de elas mesmas serem um produto e ao mesmo tempo um meio de promover outros produtos.

Partindo de 2007, há exatamente cinco anos a juventude boavistense começava a experimentar as ferramentas oferecidas pela *internet*, no quesito redes de relacionamento tais como: o Flogão, este *site* foi o



mais usado como meio para conhecer e se relacionar com outras pessoas, no início do segundo semestre do mesmo ano apareceu o *Orkut*, esta ferramenta perdurou um pouco mais de três anos entre os jovens, o MySpace teve uma passagem rápida no segundo semestre de 2009, no final do terceiro trimestre de 2010 foi a vez do Twitter, e preciso frisar que esta ferramenta não caiu muito no gosto da massa juvenil boa-vistense, paralelo a este *site*, apareceu outro que rapidamente caiu no gosto da maioria, cresceu e se converteu no boom do momento, ficou na moda ter um perfil no *Facebook*, ferramenta usada atualmente pela totalidade da população juvenil da cidade de Boa Vista, do Brasil e praticamente pelo mundo inteiro.

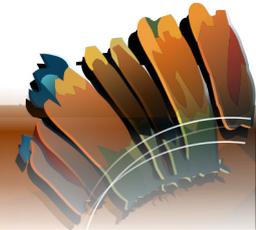
As formas de relacionamento do indivíduo não são próprias da atualidade como vemos no texto:

As Redes Sociais não surgiram com a tecnologia, há tempos nossa sociedade é subdividida em grupos sociais, o próprio nazismo foi uma rede social que reunia membros específicos com uma ideologia em comum, (...) As Redes Sociais nasceram para integrar membros com interesses e ideologias ligados pela relevância de um determinado assunto e para proporcionar integração e interatividade através de comunicação e compartilhamento de conteúdo (...) O Homem é um ser social por natureza (...) Não sabemos o futuro da sociedade, mas o futuro da comunicação, sem dúvida está nas redes sociais.(MESTRESEO, 2011)

Os impactos que causaram os avanços tecnológicos foram de tamanha importância que acabaram influenciando muitos campos na sociedade capitalista, no que diz respeito ao desenvolvimento das novas formas de se relacionar entre indivíduos cada vez mais individualistas. “A tecnologia da informação integrando a televisão, o telefone e o computador (...) transformou o mundo em uma verdadeira aldeia global. Um impacto comparável ao da Revolução Industrial em sua época (...) A tecnologia da informação forneceu as condições básicas para (...) globalização da economia.” (CHIAVENATO, 2010, P.37).

Agora somos uma verdadeira aldeia global porque, de um jeito ou outro, estamos ligados em tempo real através das muitas ferramentas e, em especial a *internet*. Por meio dela, os jovens boa-vistenses ficam sempre a espera das novas tendências a serem seguidas pelo seu gênero.

O que envolve este grande salto no mundo virtual é o tipo de empreendimento empresarial, agora com um novo perfil que, na maioria das vezes, são desenvolvidas por jovens com talentos intelectuais apurados. Eles são considerados no mundo pós-moderno como novo capital intelectual.



O jeito de medir o capital de uma empresa não é mais pelo capital do empresário e sim pelo capital humano. Então se formaram empresas com este perfil e as mesmas alcançaram um alto grau de desenvolvimento na última década. Vivemos na era da revolução intelectual no mundo pós-moderno, e esta é uma das principais características pela qual se pode identificar esta nova era. As idéias materializadas pelos indivíduos que trabalham nestas empresas são os que determinam o valor real do capital das mesmas.

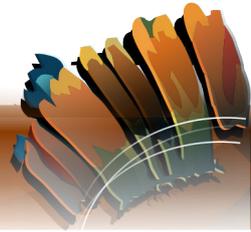
Assim como o capitalismo a cada crise se regenera a informática evolui e impõe moda pelo poder de persuasão que tem frente ao indivíduo que a usufrui, e em especial a comunidade juvenil do mundo inteiro que faz parte desta grande aldeia global, no qual se encontra o jovem boa-vistense.

Acompanhando as novas tendências do mundo globalizado a comunidade juvenil de Boa Vista não é alheia a todas as modas ditadas pelo capitalismo que usam como meio a *internet* na figura das chamadas redes sociais, para ditar moda e consumismo, utilizando estas novas ferramentas. “(...) anunciantes conseguem ajustar as mensagens publicitárias para atingir as pessoas com o perfil mais adequado de consumidor de seus produtos e serviços — ainda que as pessoas não se dêem conta disso (...) “a confiança do consumidor é essencial para o crescimento contínuo da economia digital”, disse o presidente Barack Obama.” (ESTADÃO, 2012)

Os jovens simplesmente acessam estes *sites* de relacionamento com a inocência de uma criança, com o único intuito de fazer novas amizades, e curtir do espaço junto aos amigos. Porém são vigiados e influenciados, através das redes sociais. “A Coca-Cola é a marca com maior presença em redes sociais do Brasil, segundo aponta um estudo do Grupo ECC, realizado em todo o país de março a julho deste ano, em parceria com a E-Consulting.” (CONSULTING, 2011)

Os sites de relacionamento usados ao longo do período de cinco anos pelos jovens boa-vistenses fizeram sua escalada nesta ordem: Flogão (primeiro semestre de, 2007), *Orkut* (segundo semestre de 2007 até o terceiro trimestre de 2010), *MySpace* (segundo semestre de 2009), *Twitter* (início do terceiro trimestre de 2010-2011), *Facebook* (2011-2012).

Ao longo do primeiro semestre de 2007, o Flogão, *site* que se resumia a postar fotos dos usuários sujeitos a comentários sempre e quando se forma enquanto parte desta comunidade. Porém qualquer usuário



podia comentar sem precisar ser amigo do dono do perfil. Era de um formato bem simples, rápido e fácil no manuseio. Este *site* de relacionamento fez muito sucesso dentro da sociedade juvenil de Boa Vista, neste período simplesmente o mais popular. Nascendo assim uma nova forma de se relacionar com outros jovens dentro da comunidade.

O modismo tinha chegado e a ordem a ser cumprida era acompanhar as tendências do mundo virtual. Mesmo com alguns obstáculos dentro da realidade local, como a baixa velocidade de transferência de dados, custo altíssimo do serviço e as poucas casas que alugavam máquinas com serviço de internet *Lan Houses*, instaladas nesse período na cidade de Boa Vista.

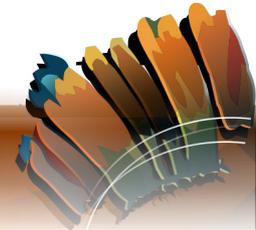
Cabe frisar que os sites de relacionamento que fizeram sucesso dentro da comunidade juvenil de Boa Vista foram fundados quase em tempos paralelos e muitos deles no mesmo ano. Prova disso é o nascimento do *MySpace* no 2003, em 2004 nasceram o Flogão, Orkut e o *Facebook* e por último o *Twitter* no 2006.

Após a hegemonia do Flogão veio o *Orkut*, site fundado em 2004. Porém só “estourou” (palavra usada na linguagem juvenil quando se refere a sucesso) a partir do segundo semestre de 2007 na comunidade juvenil de Boa Vista.

Este site foi criado por *Orkut Büyükkökten* engenheiro de origem turca funcionário do *Google*, criou o *Orkut* com a proposta de possibilitar aos usuários a criação de novas amizades. O público alvo seriam os internautas dos Estados Unidos da América, porém, o maior sucesso alcançado por este site se deu no Brasil e na Índia. A rapidez pela qual esta rede social se difundiu no início foi pelo tipo de processo que tinha que passar o indivíduo para ser parte deste site, a mesma consistia na necessidade de ser convidado por alguém que já pertencia a esta comunidade, para poder usar o *Orkut*.

A sensação de pertencer a um grupo seleto onde só é possível entrar por meio de um convite, seduz o indivíduo pós-moderno, principalmente o jovem, e quando é imposta a moda tem que ser seguida. O jovem boa-vistense não foi alheio a esta tendência, que era a adoção do novo modo de desenvolver suas relações sociais.

Não era novidade *site* que reuniam indivíduos com interesses comuns. No entanto tinha características diferentes ao do Flogão, na qual possibilitava ao usuário a montagem de uma página com seu perfil é



esta inovação que o *Orkut* promovia, servindo assim de plataforma para os futuros site de relacionamento.

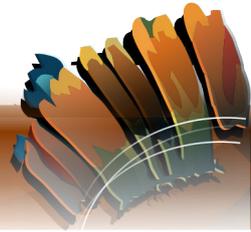
Com o sucesso do Orkut dentro do mercado brasileiro como meio para promover e vender produtos dos mais variados fez com que outras empresas do ramo viessem ao Brasil. Tudo isso pelo fato de ter se mostrado como um mercado em potencial e em total crescimento. Pois os jovens de cada região, estado e cidade do Brasil, faziam destes seus preferidos como meio para se relacionar com outros indivíduos. E é neste quadro que se encontram o *MySpace* e o *Twitter*, estes sites não fizeram o mesmo sucesso em Boa Vista, como em outras cidades, estados e regiões do Brasil, pois os mesmos demandavam uma qualidade de *internet* fato que naquele momento Boa Vista não contava. Além disso, tinham particularidades diferentes ao dos sites que fizeram sucesso entre os jovens boa-vistenses, como não estar em versão brasileira no início.

O *MySpace*, foi considerado o maior precursor das redes modernas, foi criado em 2003.

O MySpace (...) misturava fotos, blogs e perfis de usuário em um lugar só. E mesmo sem uma versão brasileira (criada posteriormente em 2007), a rede se popularizou por aqui com o MySpace Music, perfil voltado para músicos, uma inovação que guinou a carreira de diversas bandas e cantores do cenário independente como a brasileira Mallu Magalhães. Ele possibilitava incluir até 10 músicas e habilitava o download inclusive (...) foi a primeira rede social a se tornar mundialmente famosa e hoje conta com 110 milhões de usuários em todo mundo, o Myspace além de ser uma rede social possui um blog totalmente personalizável, onde é possível escrever posts, adicionar, vídeos, fotos e músicas.(MESTRESEO, 2011)

Outro ícone foi o *Twitter*, que” tentou mais não pegou” no gosto e muito menos caiu na moda dos jovens boa-vistenses.

No ano de 2006 criado pela Obvios Corp, seria lançada a rede social Twitter, até então considerada a mais inovadora no que se refere à velocidade da informação. O termo Twitter foi inspirado no som de um pássaro que emite sons para comunicar os demais pássaros sua atual localização e atividade(...)Com características bem diferentes das demais redes sociais, e com apenas 140 caracteres para publicação de algum conteúdo o Twitter passou alguns anos no anonimato. O Orkut até meados de 2008 era grande preferência da maioria dos brasileiros, mas, a partir do ano de 2009 o Twitter foi conquistando cada vez mais espaço se tornando hoje uma das principais redes sociais do mundo.(ALEXA,2007)



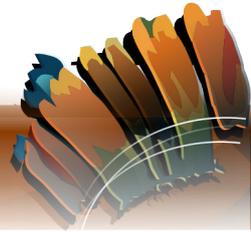
Tudo isso não se refletiu em Boa Vista, por razões já mencionadas. Por tudo, era uma preferência regional/estadual e não local. Tanto é assim que no vocabulário da comunidade juvenil boa-vistense, passou a existir numa baixa escala fato pela qual não fez nem faz parte da grande maioria como ferramenta usada para se relacionarem. O *Orkut* ainda predominava na comunidade juvenil de Boa Vista até o terceiro trimestre de 2010.

Mesmo com as investidas do *MySpace* e o *Twitter*, o *Orkut* não saiu da preferência dos jovens boa-vistenses, pois este ainda se manteve firme até a chegada do período pós-moderno a sociedade de Boa Vista. Chegou atrasado em comparação a outras regiões do país justamente pela sua localização geográfica dentro da Federação. Com a chegada do período pós-moderno, a comunidade juvenil boa-vistense se deu através da tendência mundial que era o site de relacionamento *Facebook*. Por fim estávamos ligados como um só organismo. Este mais complexo, nos colocando como membros à aldeia mundial. Com o advento do *Facebook*, entramos numa nova era na qual não existia moda regional/estadual o local, agora era de uma tendência geral. A comunidade juvenil boa-vistense fazia parte deste organismo complexo. Tudo isto se resume a característica principal desta nova era que é o modismo ou padronização de uma tendência.

A invenção do relógio mecânico e sua difusão entre virtualmente todos os membros da população foram de significação-chave na separação entre o tempo e o espaço (...) O tempo ainda estava conectado com o espaço e o lugar até que a uniformidade de mensuração do tempo pelo relógio mecânico correspondeu à uniformidade na organização social do tempo. Esta mudança coincidiu com a expansão da modernidade (...) um de seus principais aspectos é a padronização em escala mundial dos calendários. (GIDDENS, 1991, p.24)

Esta é uma característica que marca o passo do pré-modernismo para uma era moderna no final do século XVIII. Assim como o *Facebook* é um marco para nossa era, com a padronização de um jeito de se relacionar. Os *sites* de relacionamento mudam a comunidade juvenil boa-vistense, marcando assim nosso passo a era pós-moderna.

A rede social *Facebook* surgiu em 2004. Começou oferecendo soluções de relacionamento para universitários. Depois de certo período obteve características inovadoras como, por exemplo, poder chatear com outros membros ao mesmo tempo; permite procurar pessoas, partilha mensagens, pode-se deixar *scrap*, postar vídeos, e outros.



Até então o mercado virtual não estava sendo explorado na sua magnitude no Brasil e por consequência em Boa Vista. Motivo pelo qual se demorou em assimilar os outros sites que já existiam, e que de um modo ou outro já faziam sucesso mundo a fora. Só se experimentou isto a partir da segunda década do século XXI, com a chegada do pós-modernismo à sociedade boa-vistense. Ela passou a ser parte da grande aldeia global. Acompanhando assim o desenvolvimento mundial dentro do mercado virtual em tempo real, graças à melhoria dos serviços que envolvem a internet.

O pós-modernismo chegou à sociedade juvenil boa-vistense na figura do site de relacionamento *Facebook*, neste período realmente se tem uma clara visão do que é acompanhar uma tendência mundial.

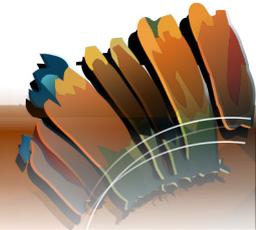
Não se pode afirmar nos casos anteriores como *Fotolog*, *Flogão* o *Orkut* o *Twitter*, *MySpace*, como uma tendência mundial e sim regional. Diferente do *Facebook* que realmente era um fenômeno mundial, próprio de um mundo globalizado.

Aproximadamente sete anos após sua criação, é o símbolo que marca a ruptura de um tempo para outro, saímos do modernismo para o pós-modernismo. Fica explícito na quantidade de usuários alcançado por esta rede social que esta em torno de 750 milhões como afirma o *site* (PONTOCOMTEUDO, 2011)

As redes sociais conquistaram ao longo desses 10 anos a atenção de internautas do mundo inteiro. Aqui no Brasil, não poderia ser diferente o brasileiro anseia por interação e relacionamento. Seleccionamos o top 10 das redes sociais mais acessadas no mundo e no Brasil (...) referente ao mês de dezembro de 2011: no mundo; 1° Facebook.com, 2° Youtube.com, 3° Twitter.com, (...) 8° Orkut.com, 9° tagged.com, 10° NIng.com. No Brasil; 1° Facebook.com, 2° Youtube.com, 3° Orkut.com, 4° Twitter.com, (...) 10° Foursquare.com. (ADRIANO, 2011)

A juventude boa-vistense, como outros jovens do mundo inteiro foram levados a adotar modos que regem o mundo, como a ferramenta chamada internet. Este é um novo tipo de alienação ao quais os jovens estão submetidos nesta nova fase do capitalismo.

Neste estado que o jovem fica mais vulnerável para o consumismo. Fator principal para alavancar o desenvolvimento do sistema capitalista. Este é o maior negócio de todos os tempos, dentro de um mercado que faz lucrar muito os donos destas empresas e os que usam para promover



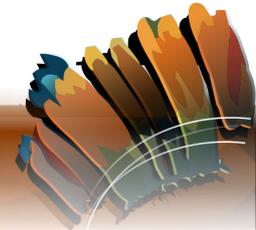
seus produtos. “As redes sociais ganharam vida, e conquistaram um espaço enorme na vida de cada membro e também das empresas (...) Sem dúvida alguma, o Facebook foi a rede que mais se destacou. Conseguiu ‘desbancar’ o Orkut em número de usuários, passou por transformações de layout e de funcionalidades, e conquistou muitos fãs.”(COISAETALE, 2011)

O aumento de aplicativos é a principal característica pela qual faz sucesso, inventa moda a todo instante para manter enganchado os jovens, pois depende muito dos usuários para se manter operando em tempo real. “O Facebook não para (...) A mais nova inquietude da turma de Mark Zuckerberg chama-se “Messages” e já está sendo vista como a nova proposta de revolução no meio digital (...) Os contatos – não as mensagens – passariam a ser o valor mais importante dessas conversações.”(EMEDIATA, 2010)

Nesta segunda fase, partindo do pressuposto modista, vamos qualificar os dados levantados através de um questionário aplicado aos jovens de Boa Vista numa faixa etária entre 20 e 30 anos. Foi aplicado um questionário com 17 perguntas, com o intuito de colher dados a respeito ao tipo de redes sociais usados pelos mesmos, a partir de 2007. Vamos analisar os dados coletados para identificar até que ponto os sites de relacionamento influenciam a comunidade juvenil no modo de se relacionar entre eles, além de identificar os prós e contras sobre o uso das redes sociais feitos pelos jovens de Boa Vista.

A pesquisa descritiva (...) de motivação: busca saber as razões inconscientes e ocultas que levam (...) o consumidor a utilizar determinado produto ou que determinam certos comportamentos ou atitudes (...) a pesquisa descritiva (...) trabalha sobre dados ou fatos colhidos da própria realidade (...) são utilizados, como principais instrumentos, a observação, a entrevista, o questionário e o formulário (Técnica de coleta de dados) (...) probabilística: Amostragem casual simples: também chamada de simples ao acaso, aleatória, casual, simples, elementar, etc., é equivalente a um sorteio lotérico. Nela, todos os elementos da população têm igual probabilidade de pertencer à amostra (...) As questões podem ser “abertas” ou “fechadas”; as primeiras não restringem a resposta do entrevistado; e as segundas fornecem certo número de opções codificadas (incluindo “outras”).(MANZATO; BARBOSA, 2012).

Aludi-se que foram entrevistados 30 jovens em 4 bairros diferentes da cidade. Por meio dos entrevistados, tem-se que: (83%) usaram o Flogão, (100%) Orkut, (6,7%) MySpace, (6,7%) Twitter, (10%) outros, antes da chegada do Facebook. (66,7%) responderam que o MySpace e o

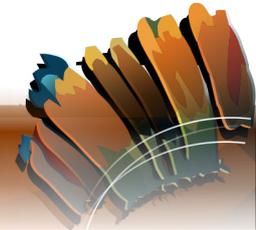


Twitter não fizeram o mesmo sucesso que o Flogão, Orkut e o Facebook pelo motivo língua (inglês) já para os outros (33%) foi a pouca versatilidade. (77%) consideram os sites de relacionamento uma ferramenta que facilita conhecer e fazer novas amizades comparadas ao modo tradicional (23%) prefere o modo tradicional. Quando questionados pelas respostas, a maioria dos que responderam “sim” declarou é mais simples fazer um clic e adicionar a alguém como amigo que apertar a mão olhando para a face do indivíduo. A minoria dizia que era mais interessante ter aquele corpo a corpo com o novo amigo que simplesmente tê-lo do outro lado de uma tela de um computador. Quando questionados se consideravam ter mais amigos hoje graças às redes sociais, tem-se que: Sim (73%) Não (27%). No entanto só mantém uma relação pessoal com os que já conheciam. Outra questão era os motivos pela qual eles usufruíam estes sites, como a pergunta era aberta foi necessária fazer um balanço quanto idéia central do por que ou uso das mesmas. Foram unânimes quanto à questão conhecer novas pessoas e estar atualizados. Você tem uma rede social favorita? (100%) responderam que “sim” qual? (100%) responderam Facebook. Quando questionados o motivo pela qual fazem o uso da mesma, (100%) dos entrevistados concordaram que possuir um perfil no Facebook, era de suma importância, pois todos possuíam um. Era o meio pela qual estavam sempre ligados uns aos outros ao mesmo tempo em que acompanham todas as novidades do âmbito local (como festas, e outros) nacional e internacional (lançamentos de novas músicas, filmes, e outros).

Uma das perguntas era. Você considera que um dos itens para estar na moda hoje é possuir um perfil no Facebook? (10%) responderam que “sim”, (90%) responderam “não”

Os jovens boa-vistenses parecem um pouco paradoxos quanto a suas respostas num momento concordam noutra discordam quanto ao conceito sobre os sites de relacionamento, se são bons ou ruins como meio para desenvolver suas relações com os outros indivíduos. Dizem não serem influenciados a aderir modas por meio destes, o que difere das respostas dadas pelos mesmos no questionário aplicado. Não têm uma idéia clara do significado de amizade e muito menos sabem que fazem parte de um mercado consumidor de grande potencial, “Nunca foi tão fácil manter contato e conhecer gente nova pela internet. Graças às redes sociais, nunca tivemos tantos amigos. Mas isso está transformando a própria definição de amizade.” (COSTA, 2011)

O conceito de amizade segundo especialista é muito complexo e vai mais além de trocar mensagens. O processo de se relacionar é algo



de suma importância no desenvolvimento do indivíduo. O conceito de amizade hoje está banalizado. O significado de amizade para os jovens do pós-modernismo está resumido simplesmente ao ato de clicar de conversar através de uma tela de um computador. A essência de uma relação de amizade é sentir o calor do teu semelhante é ver seu semblante ao falar contigo é saber quem é teu “amigo”.

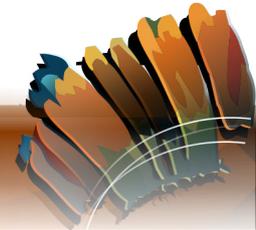
Os processos de escolha de uma amizade dentro das redes sociais têm uma particularidade quanto à definição de um amigo. O indivíduo pode escolher suas amizades mediante os mecanismos que as redes sociais te oferecem. Dentro das quais estão: amizade simétrica e assimétrica.

**Amizade pós-moderna** (...) a internet e as redes sociais se baseiam em dois tipos de relação: Amizade simétrica. É recíproca: se eu quiser ter você como amigo e acessar o seu perfil, você precisa autorizar o pedido e se tornar meu amigo também. **Pró:** Privacidade. Você decide quem terá acesso às suas informações. **Contra:** Reduz a possibilidade de conhecer gente nova. Exemplos: Facebook / Orkut / Flickr / LinkedIn / MSN / Last.fm. Amizade assimétrica. Não é recíproca: eu posso adicionar ou seguir você sem precisar pedir permissão (e posso inclusive fazer isso sem que você saiba) **Pró:** Torna muito mais fácil a formação de laços e comunidades. **Contra:** Mais difícil de virar amizade íntima, pois a interação é pública. Exemplos: Twitter / Buzz / Tumblr / Blip.fm .(COSTA, 2011)

A vantagem que as redes sociais te oferecem para ampliar seu círculo de amizade realmente é muita, mas, isso acarreta outros problemas.

O físico e especialista em redes Augusto de Franco (...). O problema (...) é que a maioria das redes na internet é simétrica: se você quiser ter acesso às informações de uma pessoa ou mesmo falar reservadamente com ela, é obrigado a pedir a amizade dela, que tem de aceitar. Como é meio grosseiro dizer “não” a alguém que você conhece, mesmo que só de vista, todo mundo acabava adicionando todo mundo. E isso vai levando à banalização do conceito de amizade. “As pessoas a quem você está conectado não são necessariamente suas amigas de verdade”, diz o sociólogo Nicholas Christakis, da Universidade Harvard (...) “A internet faz com que você consiga desacelerar o processo, mas não salva as relações”, acredita o antropólogo Robin Dunbar. (COSTA, 2011)

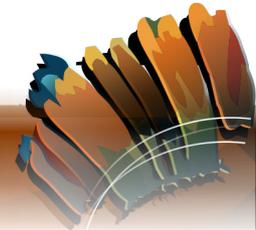
Analisando as respostas dos jovens entrevistados detecta-se que existe certo grau de alienação, a maioria se dizia não ser influenciados pelas redes sociais, porém eles acompanhavam as novidades por meio delas.



Jovens alienados ao computador têm prejuízos tão graves quanto aos que usam drogas (...) Escrever sobre as conseqüências da internet parece está fora de moda, mas enganam-se quem pensa isso, ainda mais quando estamos falando sobre o efeito que elas causam sobre os jovens, afinal, eles são os maiores usuários dessa tecnologia (...) Sexo, álcool e drogas deixaram de ser as únicas dependências entre os jovens (...) Segundo uma pesquisa realizada pela University College of London (...) Quando os jovens brasileiros foram questionados sobre o uso da internet, notou-se que o lazer, é o principal atrativo deles nas redes. O uso para o conhecimento está longe de ser o motivo para procurá-la. (TRIBUNA AMAPAENSE, 2011)

De fato é de suma importância acompanhar o processo de desenvolvimento na relação dos nossos jovens, pois existem comportamentos que precisam ser mudados, do contrário corremos sérios riscos de perder a essência do que realmente significa ser amigo de alguém o mesmo não saber mais como se relacionar com alguém pessoalmente. As futuras gerações não conheceram mais o jeito tradicional de se fazer novas amizades. O que vai acontecer dentro das escolas, universidades e outros meios onde antes tinham um papel de socialização, chegará ao ponto em que cada jovem terá seu próprio mundo, com fones de ouvido e aparelhos nas mãos com acesso a internet, cada vez mais acontecerá um individualismo emocional de cada indivíduo. Tudo isto acarretará sérios problemas dentro das futuras gerações. Mesmo sendo muitos indivíduos dentro de um espaço deixaremos de ser seres sociais, pois não manteremos mais uma relação direta entre os atores que formam uma sociedade, dizia Durkheim que as escolas serviam como meios para desenvolver o processo de socialização do indivíduo. “Os jovens estão cada vez mais se isolando do mundo, passando a maior parte do seu tempo em Cyber Cafés ou dentro dos seus quartos na frente de seus computadores, eles se tornam pessoas anti-sociais para com as outras ao seu redor. Estão imergindo nesse ‘mundo virtual’ e esquecendo-se do real.” (TRIBUNA AMAPAENSE, 2011)

Ter milhares de amigos virtuais não deixa ninguém menos solitário. Recentemente, sociólogos, psicólogos e antropólogos (...) concluíram a comunicação via redes sociais não conseguem suprir as necessidades afetivas mais profundas dos indivíduos. A internet tornou-se um vasto ponto de encontro de contatos superficiais. (...) diferente de uma praça, um clube ou um bar, esse é o espaço no qual as pessoas trocam informações sobre as novidades cotidianas de sua vida (...) Os sites podem ser úteis para manter amizades separadas pela distância ou pelo tempo e para unir pessoas com interesses comuns (...) Em excesso, porém, o uso dos sites de relacionamentos pode ter um efeito negativo: as pessoas se isolam e tornam-se dependentes de um mundo de faz de conta, em que só se sentem à vontade para interagir com os outros protegidas pelo véu da impessoalidade. (SHERRY, 2012)

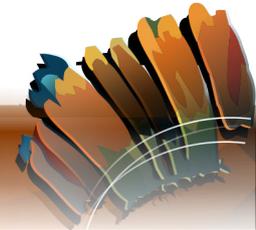


Uma palavra de muita relevância nesta situação é a solidão, estado emocional do cunho depressivo ao qual o jovem inconscientemente se está submetendo ao praticar em excesso este tipo de atividade como a ferramenta principal para se relacionar com seus semelhantes.

O processo de se relacionar com outro indivíduo é algo a mais que um simples ato de trocas de mensagens virtualmente.

Portanto o modo de se relacionar da comunidade juvenil boa-visual, não é das mais apropriadas do ponto de vista de muitos especialistas, deve-se tomar providências imediatas antes de cair num problema maior no futuro em relação à sociedade. Pois os jovens de cada sociedade são o futuro da mesma. E um dos motivos é o afastamento entre eles, por meio desta ferramenta chamada sites de relacionamento. Aos poucos iremos perdendo a sensibilidade e os verdadeiros sentimentos ficarão de lado, não saberemos distinguir mais a alegria da tristeza e a expressão dos gestos de um amigo real. Daí a suma importância de se cultivar as antagônicas e boas formas de se relacionar com outro indivíduo, não se pode perder totalmente a parte humana de cada ser, para cair simplesmente num modismo.

Afinal, o caminho traçado pelo sistema de sociabilidade atual é puramente comercial, tendo como alvos principais os jovens os quais se tornam presas fáceis pelo fato de não ter ainda experiência de vida. Alienados desde cedo a um mundo onde impera o desrespeito à condição humana e a falta de amor ao próximo e a si mesmo onde tudo é sintético e artificial de passagem rápida. Fica um alerta para todos os jovens que fazem parte desta aldeia global, que num tempo não muito longínquo as formas tradicionais do “corpo a corpo” de se relacionar com outras pessoas vão ser perdidas, ficará nas lembranças dos mais velhos como era diferente se relacionar com outros indivíduos a mesma era através do calor humano no aperto de uma mão no abraço e num beijo olhando sempre para o semblante da pessoa. Que isto não fique só como uma mera lembrança de tempos outrora. O mais importante é que não se pode resumir todo um processo de suma simplesmente a um modismo. Enfim, o que caracteriza uma amizade no pós-modernismo é o processo realizado através da internet por meio dos sites de relacionamento chamados também de redes sociais.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIANO. **Top 10 mais**, 2011. Disponível em: <http://top10mais.org/top-10-sites-de-redes-sociais-no-brasil-e-no-mundo/>> Acesso em: 3 jun. 2012

ALEXA, 2011. Disponível em: <http://www.alexa.com>> Acesso em: 24 maio. 2012

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

COISAETALE, **Retroespectiva 2011 as redes sociais**, 2011. Disponível em: <http://www.coisaetale.com.br/2011/12/retroespectiva-2011-as-redes-sociais>> Acesso em: 2 de jun. 2012

CONSULTING, 2011. Disponível em: <http://www.e-consultingcorp.com.br/midia/e-consulting-na-midia/coca-cola-lidera-em-redes-sociais-no-brasil-1>-> Acesso em: 23 de maio de 2012

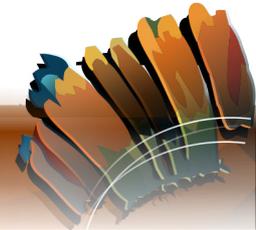
COSTA, Camila. **Como a internet está mudando amizade**, 2011. Disponível em: <http://super.abril.com.br/cotidiano/como-internet-esta-mudando-amizade-619645.shtml>> Acesso em: 06 jun. 2012

COTIDIANO, 2011. Disponível em :<http://super.abril.com.br/cotidiano/como-internet-esta-mudando-amizade-619645.shtml>> Acesso em 16 maio.2012

EMEDIATA, 2010. Disponível em: <http://emediata.com.br/2010/11/15/messages-a-nova-proposta-de-revolucao-do-facebook/>> Acesso em: 25 maio. 2012

ESTADÃO. **Obama propõe novo código de privacidade**, 2012. Disponível em:<http://blogs.estadao.com.br/link/obama-propoe-novo-codigo-de-privacidade>> Acesso em: 15 jun. 2012

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*; tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.



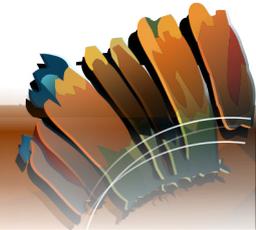
MANZATO; BARBOSA, 2012. Disponível em: [www.dcce.ibilce.unesp.br/~adriana/ensino/quest.doc](http://www.dcce.ibilce.unesp.br/~adriana/ensino/quest.doc) 2012> Acessado em

MESTRESEO. A evolução das redes sociais e a publicidade 2, 2011 Disponível em: <http://www.mestreseo.com.br/redes-sociais/a-evolucao-das-redes-sociais-e-a-publicidade-2>> Acesso em: 24 maio. 2012

PONTOCOMTEUDO, 2011. Disponível em: <http://pontocomteudo.com/2011/07/29/infografico-a-historia-do-facebook-e-f-commerce>> Acessado em: 24 maio 2012

SHERRY, Turkle. Redes sociais, 2012. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/link/tag/redes-sociais/>> Acesso em: 25 maio 2012

TRIBUNAAMAPAENSE. **Internet-excessiva-jovens-alienação**, 2011. Disponível em: <http://tribunaamapaense.blogspot.com.br/2011/08/internet-excessiva-jovens-alienacao.html>> Acesso em: 25 maio 2012



## CONCERTO PARA NENHUMA VOZ ? ARTE E ESTÉTICA NO ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

*Diego Santos Vieira de Jesus<sup>20</sup>*

*Claudio Andrés Téllez<sup>21</sup>*

### RESUMO

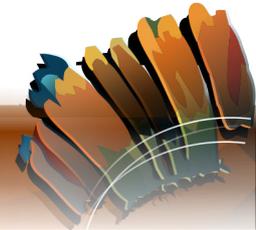
O objetivo é examinar os fatores que levaram à marginalização do estudo da estética na área de Relações Internacionais antes da década de 2000 e as contribuições que a “virada estética” pode trazer a um novo entendimento sobre as relações internacionais contemporâneas. O argumento central indica que os empreendimentos teórico-analíticos do mainstream da área de Relações Internacionais foram desenvolvidos com base em uma forma mimética de representação, na qual a representação da política internacional foi tida como um processo de replicação que idealmente apagou os traços de interferência humana e haveria uma perfeita semelhança entre significante e significado. Em face disso, a chegada da estética nos estudos de Relações Internacionais promove mudanças na sensibilidade por meio de abstrações e de figurações e desafia a construção do “senso comum”. Expressa-se uma relação estética não somente com um objeto específico, mas com a “história de seu efeito” por meio da sensibilidade e da imaginação, e se reorienta o pensamento humano: a estética gera fluxos produtivos entre sensibilidade, razão, memória e imaginação e traz insights alternativos que dão voz e destaque a perspectivas e atores marginalizados nas abordagens dominantes e à natureza e às conseqüências emocionais dos eventos político-sociais mundiais.

**Palavras-chave:** Arte; Estética, Relações Internacionais

---

20 Doutor em Relações Internacionais e professor da Graduação e da Pós-Graduação lato sensu em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI / PUC-Rio) e da Graduação em Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro (ESPM-RJ). [dsvj@puc-rio.br](mailto:dsvj@puc-rio.br) ; [dvieira@espm.br](mailto:dvieira@espm.br)

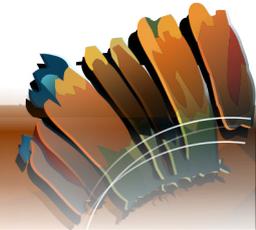
21 Doutorando em Relações Internacionais e professor da Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI / PUC-Rio). [ctellez@puc-rio.br](mailto:ctellez@puc-rio.br) .



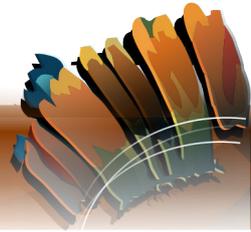
## INTRODUÇÃO

A disciplina de Relações Internacionais lida com a análise de eventos, fenômenos e práticas políticas que ocorrem no cenário internacional e que são tratados como fatos do mundo real, para serem submetidos ao escrutínio analítico. De acordo com a concepção de conhecimento científico apresentada por Gary King, Robert O. Keohane e Sydney Verba (1994), o objetivo de um desenho de pesquisa bem definido é permitir que o cientista social alcance inferências descritivas ou explicativas adequadas a partir da aplicação de determinados procedimentos de investigação sobre as informações empíricas disponíveis. Dessa maneira, a disciplina tem privilegiado a tentativa de lidar com os fenômenos da política internacional de maneira precisa e realista, enfatizando a correspondência objetiva entre o representado e a representação, a partir de um pressuposto de racionalidade substantiva (Keohane, 1988). A partir da década de 1980, entretanto, os fundamentos epistemológicos, metodológicos, ontológicos e axiológicos da concepção racionalista dominante a respeito da produção e acumulação de conhecimento científico na disciplina têm sido reexaminados criticamente, no âmbito do que se conhece como Terceiro Debate (Lapid, 1989; George, 1989).

Na esteira do Terceiro Debate e partindo de uma perspectiva informada pela crítica pós-moderna e pós-estrutural, diversos autores têm procurado novas abordagens e aproximações para o estudo da política mundial, contribuindo assim para a ampliação do escopo analítico da disciplina através da incorporação de *insights* oriundos de outras categorias narrativas. Sem necessariamente entrar em conflito com as formas mais convencionais de investigação nas ciências sociais, os estudos acadêmicos sobre as relações internacionais passaram a contemplar também elementos da literatura, artes visuais, cinema, música e outras formas de expressão artística. Pode-se constatar que tais abordagens de cunho estético têm permitido um entendimento mais abrangente dos fenômenos políticos que ocorrem no âmbito internacional (Bleiker, 2001, p. 510). A contribuição dos estudos culturais à disciplina de Relações Internacionais incorpora a importância das expressões e manifestações artísticas para a criação e difusão de modos de representação do político que refletem a legitimação ou deslegitimação de certas práticas, valores e hábitos, bem como os processos de politização que acentuam determinadas vozes enquanto silenciam outras. É sensível, portanto, a relevância das abordagens estéticas para uma melhor compreensão das dinâmicas que sustentam a vida política internacional. Contudo, o estudo da estética e das artes ainda ocupa, na disciplina, um lugar secundário.



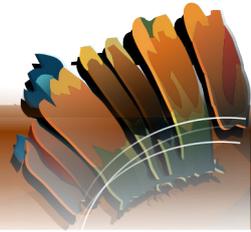
O objetivo deste artigo é examinar os fatores que levaram à marginalização do estudo da estética na área de Relações Internacionais antes da década de 2000 e as contribuições que a “virada estética” pode trazer a um novo entendimento sobre as relações internacionais contemporâneas. O argumento central indica que os empreendimentos teórico-analíticos do *mainstream* da área de Relações Internacionais foram desenvolvidos com base em uma forma mimética de representação, na qual a representação da política internacional foi tida como um processo de replicação que idealmente apagou os traços de interferência humana e haveria uma perfeita semelhança entre significante e significado. O efeito da construção desse “senso comum” foi a possibilidade da razão instrumental de coordenar e sincronizar outras formas de conhecimento, reduzindo a capacidade de localização e de exploração de outros insights sobre o fenômeno político e silenciando ou mesmo apagando o local da luta política. Em face disso, a chegada da estética nos estudos de Relações Internacionais promove mudanças na sensibilidade por meio de abstrações e de figurações e desafia a construção do “senso comum”. Nesse contexto, expressa-se uma relação estética não somente com um objeto específico, mas com a “história de seu efeito” por meio da sensibilidade e da imaginação, e se reorienta o pensamento humano: a estética gera fluxos produtivos entre sensibilidade, razão, memória e imaginação e traz *insights* alternativos que dão voz e destaque a perspectivas e atores marginalizados nas abordagens dominantes e à natureza e às conseqüências emocionais dos eventos político-sociais mundiais. Na próxima seção, examinaremos a relevância da estética no estudo das Relações Internacionais. A seguir, investigaremos os fatores que levaram à sua marginalização na área antes da década de 2000. Antes de tecermos as considerações finais, examinaremos mais especificamente algumas contribuições da “virada estética” no desenvolvimento de novos entendimentos sobre as relações internacionais contemporâneas em diversas modalidades de produção artística.



## A (IN)VISIBILIDADE DA ESTÉTICA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

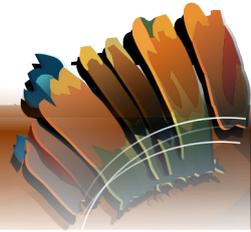
Com sua habilidade de refletir sobre dilemas políticos de maneiras inovadoras, a estética pode ser relevante para o repertório interpretativo ao oferecer, por meio da criatividade e da imaginação, *insights* alternativos sobre as Relações Internacionais e entendimentos reflexivos que tangenciam as técnicas analíticas predominantes nas ciências sociais e que permitem deslocar a atenção para perspectivas e atores excluídos nas perspectivas dominantes e para a natureza e as conseqüências emocionais dos fenômenos políticos. Nesse contexto, a própria linguagem assume um sentido mais denso: mais do que um meio de comunicação, ela é um processo no qual os indivíduos representam eles mesmos e os outros, bem como o seu entorno, no qual se manifestam valores que definem o significado cultural do mundo a partir de múltiplos pontos de vista. A partir da estética, é possível repensar fenômenos políticos concebidos como dados e não-problemáticos e identificar sua origem, natureza e implicações, engajando-se em práticas de representação de formas criativas que permitem desafiar as formas de pensamento e de representação do político e focar como elas são internalizadas em nossas mentes, hábitos e consciência coletiva (Bleiker, 2009, p.2-4, 8).

Segundo Jacques Rancière, a estética assume um significado político na medida em que interfere e interrompe a demarcação típica do senso comum daquilo que pode ser visto, dito e pensado e configura diferentes formas de percepção em relação àquelas que tipicamente aceitamos. Assim, ela viabilizara observar que conceitos com os quais estamos familiarizados nas Relações Internacionais – como ‘interesse nacional’, “equilíbrio de poder” ou “anarquia” – não são inteligíveis a partir de algum referencial objetivo, mas são, na verdade, performáticos, partes de um sistema de significados compartilhados que orientam o pensamento em direções específicas e carregam consigo julgamentos e suposições subjetivos. Torna-se possível, dessa forma, desestabilizar o senso comum e remover tais conceitos de uma zona de conforto, o que nos permite vê-los como interpretações historicamente contingentes e espaço-temporalmente constituídas em circunstâncias específicas. Todavia, muitas perspectivas analíticas como o realismo ou o liberalismo na área de Relações Internacionais procuram colocar seus argumentos e conclusões acima de qualquer contestação, dificultando a identificação do local onde tais valores criaram os problemas e os conflitos que elas buscam analisar e resolver (Bleiker, 2009, p.5-6, 9). Como sinaliza



Bartelson (2001), o próprio conceito de Estado reificado por tais abordagens exerce função constitutiva dos discursos político e científico modernos e se torna parte não-problematizada da reflexão política. Para se fortalecer como fonte de autoridade, revigoram-se os silêncios sobre as fundações do Estado e do sistema de Estados ao expor sua superfície às críticas, de forma que esse Estado é compreendido não apenas como objeto focal da pesquisa científica, mas como condicionante do conhecimento. A partir disso, tais teorias – construídas em circunstâncias históricas particulares – naturalizaram conceitos como Estado e soberania e os reificaram ao recorrer a uma suposta universalidade desses conceitos, típico fundamento de teorias que procuram “conhecer a realidade” e traduzir o conhecimento que produzem como “verdade”. Porém, de acordo com Walker (1993), o efeito de tais regimes sobre a “verdade” acabou sendo a reprodução de binômios que constituem relações hierárquicas e cristalizam formas de poder. Esse artigo explora como a estética pode permitir a problematização de tais regimes e a desestabilização das relações de poder existentes nesses discursos políticos.

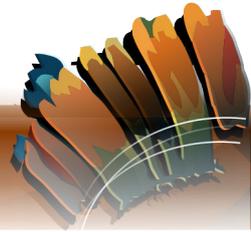
A estética desvela que o significado de conceitos como o poder ou a soberania foi fixo e estabilizado historicamente por meio das práticas discursivas de teóricos das Relações Internacionais e de líderes políticos ao tratar das variações espaço-temporais que esses conceitos assumem e desestabilizar uma conceituação única para todos os lugares e tempos. O exame do processo de criação e de recriação de práticas discursivas que legitimem tais conceitos evidencia que não há uma fundação “natural” desses fenômenos, mas um processo de criação de símbolos, valores e mitos. A reprodução de instituições como o próprio Estado soberano dá-se por meio de estratégias discursivas refinadas a fim de convencer os indivíduos, de forma que tal conceito não é estável por não possuir uma significação ontológica pré-estabelecida. São construções intersubjetivas, efeitos de práticas simbólicas e discursivas (Weber, 1995). Mais do que apenas sinalizar a forma como conceitos e perspectivas culturais particulares adquirem performativamente sua autoridade e impõem ordens de significado às custas de outras, uma consideração mais precisa da estética no estudo das Relações Internacionais elucidada que discursos de conhecimento sobre “razão” ou “verdade” não remetem a noções subjacentes ou fundacionais, mas são gerados como exercícios de controle em circunstâncias históricas específicas. O poder nesses sistemas de conhecimento constitui novos objetos discursivos e locações privilegiadas que viabilizam a expressão legítima e inteligível. A estética pode oferecer uma interpretação que capta processos contenciosos historicamente específicos, os quais garantem a permanência simbólica de conceitos a partir de práticas institucionalizadas, e desafia a autoridade do local



de enunciação dominante. Ela traz à tona incoerências e alteridades nas práticas de inteligibilidade, como, por exemplo, projetos silenciadores de múltiplas vozes numa política totalizante forjada por um sistema único de significado e a instabilidade desse processo de construção de fronteiras e hierarquias. Essas delimitações não são dadas ou estagnadas, mas artifícios flexíveis que preenchem uma ambição reguladora, de forma que o conhecimento é fruto da dinâmica interação de perspectivas em constante transformação, não de circunstâncias essencializadas nas fronteiras reificadas (Shapiro, 2004, p. XI-XVII).

A atitude interpretativa na “virada estética” não somente identifica como as práticas de poder são criadas, mas desconstrói as concepções deterministas de sociedade e evidencia quão arbitrárias são as estruturas reificadoras que marcam o pensamento. Rompe, assim, com a crença num transcendentalismo do conhecimento, que somente representa os objetos do “mundo real” de forma neutra ou desprovida de valores, que não afeta a natureza e a significação desses objetos. Obras de arte sobre fenômenos político-sociais são elaboradas a partir de escolhas e decisões subjetivas dos artistas e podem assim ser exercícios políticos. Ademais, o sentido conotativo da obra de arte indica que ela pode ser interpretada e que ela pode ser enquadrada nas práticas de conhecimento e de comunicação, ou seja, interpretar a obra é compreender as relações complexas entre ela e os seus observadores, cujas experiências prévias, valores e tradições artísticas constituirão essa interpretação. Há, assim, sempre uma tentativa de se contar uma história por meio de uma obra de arte, e essa história é contada, na perspectiva adotada neste artigo, a partir de uma posição particular politicamente informada. Indo além do conhecimento obtido a partir da razão instrumental e reificado como forma ideal de entendimento político pelo *mainstream* da área de Relações Internacionais, a arte no contexto da “virada estética” nas Relações Internacionais pode criar alertas mentais e emocionais, encorajar a reflexão sobre elementos e fenômenos antes concebidos como dados, promover o debate sobre questões antes silenciadas ou negligenciadas, desestabilizar o que se estabelece como “senso comum” e desafiar a tendência moderna de reduzir o “político” ao que é “racional”. Mais do que funcionar como instrumento de propaganda ou de manobra política no curto prazo, a arte pode definir a forma como são entendidos eventos passados e como serão enfrentados os problemas futuros (Bleiker, 2009, p.7, 11-13).

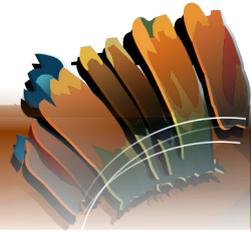
Apesar de as reflexões sobre a arte e o conceito de belo existirem, no pensamento ocidental, desde a antiguidade clássica, a estética como disciplina filosófica estabeleceu-se principalmente nos séculos XVIII e



XIX, através das obras de autores tais como Kant, Hegel e Schelling, entre outros. No contexto do desenvolvimento da estética no âmbito da filosofia, é pertinente destacar o papel desempenhado por Immanuel Kant, que investigou as ligações existentes entre o mundo natural externo e o mundo interno da autoconsciência, chamando assim a atenção para o lugar da subjetividade no exercício filosófico (Bowie, 2003, p. 1-2). O pensamento de Kant insere-se em um momento crucial da modernidade, caracterizado pela expansão do capitalismo, o estabelecimento da ideia de Estado-nação e a consolidação do sujeito individual moderno.

A obra crítica de Kant compreende três grandes momentos: a Crítica da Razão Pura (1781), a Crítica da Razão Prática (1787) e a Crítica da Faculdade do Juízo (1790). Enquanto grande parte da obra de Kant foi produzida no apogeu do classicismo europeu, um momento caracterizado pela busca do rigor formal e do equilíbrio, é pertinente notar que a terceira crítica de Kant surgiu em um momento histórico marcado por transformações significativas. No contexto da Revolução Francesa, a estabilidade e o racionalismo, característicos do período clássico, começaram a dar lugar ao *ethos* romântico do período seguinte, marcado por uma exacerbação do subjetivo e pela progressiva afirmação do nacionalismo na Europa. A relação entre o desenvolvimento do pensamento de Kant com as transformações históricas do período e a passagem do classicismo para o romantismo ultrapassa os objetivos deste artigo. Contudo, cabe observar, aqui, que tais mudanças e transformações impactaram na sensibilidade e nas percepções do sujeito europeu moderno acerca do mundo social e político. O próprio termo “estética” vem do grego, “aisthánesthai” (perceber com os sentidos), portanto é possível sugerir uma conexão entre o desenvolvimento da filosofia estética e a afirmação da subjetividade moderna (Bowie, 2003, p. 2).

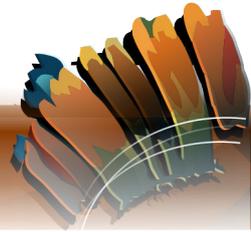
Na Crítica da Faculdade do Juízo, Kant explora como o sujeito moderno entende-se como autônomo no mundo, a partir da busca de um fundamento para a subjetividade que não parta do pressuposto de uma objetividade pré-existente do mundo natural (Bowie, 2003, p. 17). Dessa maneira, Kant investiga a relação entre a razão e os sentidos, a partir da relação estética entre o homem e a natureza, desenvolvendo assim uma analítica do juízo estético, que contempla tanto o belo quanto o sublime (entende-se, por sublime, aquilo que provoca espanto diante do grandioso ou incomensurável). Em uma obra anterior, *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*, de 1764, Kant sugere que, enquanto o belo proporciona um prazer agradável e comovente, o sublime, por sua vez, provoca prazer a partir de um sentimento de comoção profunda. Assim, o belo encanta enquanto o sublime move (Kant, 2003, p. 46-48). Em sua terceira crítica, Kant retoma esses conceitos, porém à luz



da atividade de julgar, buscando algum princípio a priori que permita caracterizar os seres humanos como sendo, ao mesmo tempo, racionais e sensíveis. Assim, ele busca conectar, a partir da faculdade apriorística do sentir (prazer ou desprazer), as faculdades cognitivas com a faculdade de desejar (Kant, 2007, p. 3-4).

A questão do sensível, além de sintetizar a filosofia crítica de Kant, também ocupa um lugar de destaque na relação entre estética e política. De acordo com Davide Panagia, a experiência estética possui um potencial político na medida em que a sensação apresenta-se como uma experiência de não-representabilidade que interrompe as maneiras convencionais de perceber e valorizar o mundo, permitindo assim a possibilidade (política) de reconfigurar as relações associativas entre os indivíduos (Panagia, 2009, p. 2-3). Panagia parte da concepção de que a política ocorre a partir da formação de uma relação de conexão ou afastamento entre elementos heterológicos. A experiência do sensível produz, portanto, as interrupções que possibilitam questionar as autoridades estabelecidas e reconfigurar a ordem política. Dessa forma, Panagia postula que o primeiro ato político é um ato estético, a partir da ideia de que a sensação é uma interrupção do sentido.

A partir dos desenvolvimentos teóricos iniciados por Kant, autores como Davide Panagia (2009) e Jacques Rancière (2005) e têm explorado a relação entre estética e política através da afirmação da ideia de que o político tem lugar na apreensão, na interrupção das percepções e no compartilhamento da experiência comum do sensível. O pensamento estético proporciona, portanto, uma nova perspectiva para teorizar acerca do político. É nesse sentido que Rancière identifica, na partilha do sensível, uma estética primeira que conforma a subjetividade política a partir da fixação, a um só tempo, do que é partilhado e do que é disputado (Rancière, 2005, p. 15-16). Para Rancière, a política encontra seu fundamento no dissenso (Rancière, 1996), isto é, a comunidade política apresenta-se, ao mesmo tempo, como o espaço da igualdade e como o lugar de encontro das percepções individuais discordantes. A possibilidade de agir politicamente, portanto, depende do nosso posicionamento diante dos regimes de percepção que conformam os limites do nosso juízo ético e estético.



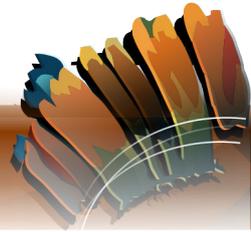
## A MIMESE E A POÉTICA DO SILÊNCIO: A MARGINALIZAÇÃO DA ARTE E DA ESTÉTICA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A** maior parte dos estudos das correntes teóricas dominantes na área de Relações Internacionais baseou-se na definição de leis assentadas nas regularidades observadas de eventos e à menor importância atribuída à especulação metafísica. Ao longo da segunda metade do século XX, a explicação causal veio cada vez mais a ser entendida como a busca de regularidades ou generalizações falseáveis<sup>22</sup>, preditivas e baseadas na observação. Tais suposições ofereceram principalmente um guia sistemático para os behavioristas no segundo grande debate da área de Teoria de Relações Internacionais com os realistas tradicionais nas décadas de 1950 e 1960<sup>23</sup>. Na visão daqueles autores, a análise causal no estudo das Relações Internacionais tornou-se equacionada à busca de associações entre modelos de comportamento observável. Atualmente, a perspectiva adotada por grande parte da corrente dominante racionalista da área continua sendo informada por tais suposições, mesmo que não as defenda na forma tão intensa como os behavioristas (Kurki, 2006, p.191-196).

---

22 O conceito de falseamento ganha análise substantiva, nos debates das ciências sociais, com Popper (1978). O autor compartilha com os filósofos empiristas a valorização da observação, mas prescreve métodos distintos, de modo que seu conceito não deve ser livremente associado ao positivismo lógico, melhor definido adiante. Como lembram Alves-Mazzotti & Gewandsznajder (1998, p.1-10), Popper aceita a conclusão de Hume de que, a partir da observação, não podemos verificar verdade; porém, a observação e a lógica podem ser usadas para refutar esses enunciados gerais.

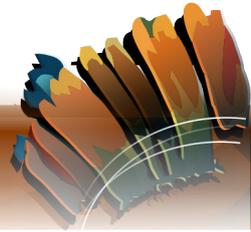
23 O behaviorismo acreditava que era possível haver ciência cumulativa de Relações Internacionais parcimoniosa, precisa, sofisticada e com poderes explicativos e de previsão maiores. Defendendo a unidade metodológica da ciência, tal vertente no segundo debate acreditava que a base da ciência social não é diferente da ciência natural e que métodos analíticos poderiam ser aplicados a ambas. O estudo científico do comportamento político requeria projetos de pesquisa rigorosos, métodos de análise precisos, instrumentos de análise confiáveis e critérios de validação adequados. Já o realismo tradicional buscava desenvolver uma teorização com base na filosofia, na história e no direito, caracterizada pela confiança explícita no exercício do julgamento e pela suposição de que, se nos limitarmos a padrões explícitos de verificação, pouco pode ser dito sobre as Relações Internacionais. As proposições gerais sobre o assunto deveriam, na sua visão, originar-se em um processo cientificamente imperfeito de percepção e intuição (Kahler, 1997; Jackson & Sorensen, 2007).



Muitas dessas abordagens da corrente dominante nas Relações Internacionais – embora longe de constituir um bloco homogêneo – foram classificadas por teóricos como Neufeld (1995) como “positivistas”. Na visão desse autor, o “positivismo” está associado à busca da verdade como correspondência, à unidade metodológica da ciência e à natureza livre de valores do conhecimento científico<sup>24</sup>. As suposições básicas do “positivismo” apontam, segundo Neufeld (1995), para a separação de sujeito e objeto do conhecimento, o naturalismo e a separação de fato e valor. Essa perspectiva embasaria a maior parte das abordagens racionalistas dominantes nas Relações Internacionais, que concebem que os interesses dos atores políticos são dados e logicamente anteriores a quaisquer crenças mantidas e assumem que tais atores são auto-interessados e maximizam sua utilidade (Neufeld, 1995). Tal uso do termo “positivismo” é, contudo, resultado de uma extensão indevida de sentido da filosofia criada por Augusto Comte, cujo conteúdo não se sobrepõe a um empirismo grosseiro que nega a importância de arcabouços teóricos na prática científica<sup>25</sup> nem é sinônimo de naturalismo ou quantitativismo. Além de conjecturar uma suposta homogeneidade entre empreendimentos teóricos diversos numa única categoria e simplificar a definição de toda uma filosofia, esse entendimento descaracteriza as idéias comtianas sobre o positivismo e marginaliza o entendimento do positivismo como uma teoria do conhecimento na qual tal conhecimento disponível à humanidade é o da ciência baseada na observação. Ele se aproxima mais da noção do positivismo como uma teoria do significado, que reúne as metodologias fenomenológicas e lógicas. O significado de determinada proposição consistiria no próprio método de verificação, sendo essa uma das definições possíveis do termo “positivismo” apresentadas por Halfpenny (1982). Aproxima-se, assim, muito mais do “positivismo lógico”, que difere do comtiano por demonstrar sua maior afinidade à correspondência empírica das afirmações e a maior aplicação da lógica (Halfpenny, 1982). Ainda assim, essa concepção reducionista de positivismo foi aceita acriticamente por correntes teóricas dominantes das

24 Nas Ciências Sociais, foram feitas considerações semelhantes por Giddens (1998, p.173-182). O autor destaca que o positivismo baseia-se na dualidade entre fato e valor, de forma que o conhecimento empírico é tratado como logicamente distinto de objetivos morais ou padrões éticos (Giddens, 1998, p.169-170). Além disso, Giddens sinaliza como característica fundamental do positivismo a noção de “unidade da ciência”, num momento em que, segundo o autor, as ciências naturais e as sociais teriam uma lógica comum e operariam em bases metodológicas semelhantes (Giddens, 1998, p. 168-170).

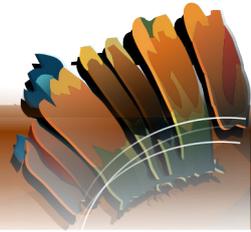
25 Nos debates nas Ciências Sociais, Habermas (1982, p.89-91) coloca que o conhecimento é definido a partir das realizações da ciência, de forma que o conhecimento possível aparece como uma inquirição metodológica das regras da criação e da elaboração de teorias científicas. Assim, na visão do autor, o positivismo põe um fim a uma teoria de conhecimento e a substitui por uma “teoria das ciências” (Habermas, 1982, p.89).



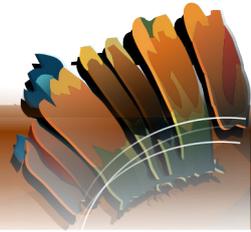
Relações Internacionais – em particular por teóricos racionalistas como Martin & Simmons (1998) – e ofereceu as bases filosóficas e teórico-metodológicas para diversos empreendimentos racionalistas na área.

Esses empreendimentos foram, na visão de Bleiker (2009, p.20-23, 28), conduzidos por uma forma mimética de representação, na qual a representação da política internacional é concebida como um processo de replicação que idealmente apaga os traços de interferência humana e há uma perfeita semelhança entre significante e significado, de forma ao produto original se assemelhar demais ao original. Teorias como o realismo e o liberalismo fizeram da “realidade” seu objeto de desejo e de estudo e assumiram que ele se mantém inalterado independentemente da forma como é percebido por formas racionais ou sensitivas. Constroem, assim, o “senso comum”, sobrepondo pensamento e conhecimento e supondo que o conhecimento é baseado no reconhecimento das aparições externas. O efeito disso é a oferta, aos insights vindos da razão, do poder de coordenar e sincronizar outras formas de conhecimento, limitando a capacidade de localização e de exploração de outros insights sobre o fenômeno político. A razão instrumental é elevada a um status superior a outras faculdades, e lhe foi conferido o poder de ordenar as demais, silenciando ou mesmo apagando o local da luta política – o domínio da multiplicidade de representações – da nossa perspectiva. O que a estética propõe de forma alternativa é a idéia de que o esforço de entendimento de um fenômeno não pode ser reduzido ao evento propriamente dito, aceitando-se a inevitabilidade da lacuna entre a forma de representação e o objeto que ela busca representar e vendo nela o local da política. A estética traz interações produtivas, de forma que *insights* não são mais sobrepostos a reconhecimento, mas vistos como um processo que vai da sensibilidade ao pensamento e que desestabiliza o congelamento do pensamento e da imaginação com a multiplicação dos diversos significados.

Tendo a concepção de que a representação é sempre um ato de poder e de que ela pode mascarar suas origens e valores, é possível perceber como teorias como o realismo tolheram os elementos subjetivos na representação de seu objeto, suprimiram a qualidade estética da política e transformaram uma interpretação historicamente contingente e motivada politicamente numa forma de representação aceita como “realística”, objetiva e supostamente “essencial”. A visão política não mais aparece como metáfora, e os valores contrários à pluralidade de interpretações – vistos em abordagens como o realismo – definiram a percepção sobre os limites entre o racional e o irracional, trazendo a sensação de “estabilidade” e “conforto” na ilusão de que sua represen-



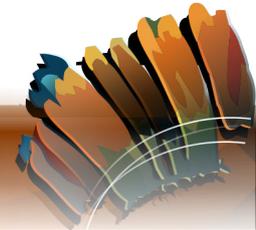
tação capturou seu objeto “como ele realmente é”. Assim, tais abordagens não conseguem reconhecer sua estética, e a mimese contém poucos elementos que permitam uma autorreflexão. A ciência não aparece, dessa forma, apresentada como uma forma de interpretação, e se fecha ou se ignora a lacuna entre uma representação e aquilo que é representado, reafirmando valores centrais e propósitos em relações de poder (Bleiker, 2009, p.24, 28). Assim, o realismo, por exemplo, reificou um entendimento da política internacional em que os Estados, concebidos como unidades fundamentais de organização política, são dotados de autonomia relativa quanto a suas sociedades para perseguir racionalmente interesses nacionais, bem como de unidade e capacidade de ação coerente na resposta às pressões sistêmicas. Com ênfase no contexto da ação, realistas estruturais como Waltz (1979) enfatizam que, diante da falta de autoridade central no sistema anárquico, a característica fundamental do comportamento das unidades é a auto-ajuda, sendo que tais unidades funcionalmente semelhantes diferem na distribuição de capacidades. Elas agem com base no equilíbrio de poder, procurando tomar ações que impeçam o crescimento de poder dos adversários e adotando uma política de equilíbrio sistemicamente induzida, que pode reduzir a violência, mas não eliminar totalmente a incidência de guerra. As transformações no comportamento desses atores e seus resultados sistêmicos são examinados a partir da mudança na distribuição de capacidades, podendo-se assim explicar padrões de comportamento estatais. As unidades determinam estratégias a partir de cálculos de suas posições no sistema. Com base na suposição da racionalidade, é possível antever que os estadistas responderão às restrições impostas pela anarquia (Grieco, 1997, p. 165-177). Todavia, ao promoverem a segmentação entre as relações internacionais e o contexto em que se desenvolvem, abordagens como o realismo postulam generalizações sobre uma lógica supostamente uniforme da ordem internacional, e sua abstração com relação aos desenvolvimentos espaço-temporais específicos impede a consideração de dinâmicas contingentes. Produzindo um regime sobre a “verdade” e invocando a universalidade da ordem política internacional baseada na soberania a fim de cristalizar a separação entre os níveis doméstico e internacional, os realistas, por exemplo, legitimam a inevitabilidade das relações internacionais como zona de conflito (Lebow, 2007, p.415-435). O Estado é compreendido como fato bruto e inteligível por sua existência como parte irreduzível da realidade internacional, e se busca confirmar suposições sobre a essência desse Estado com base numa autoridade supostamente primordial ou fundacional, que torna uma realidade política supostamente dada acessível ao conhecimento (Bartelson, 1998, p.298-302).



Grande parte das abordagens do *mainstream* como as realistas, por exemplo, aponta predominantemente para a pura racionalização de ações estatais conduzidas com base em interesses materiais não-problematizados num vácuo identitário e ideacional ou, no máximo, apropriam-se de elementos culturais – como a própria arte –, relegando-os à condição de legitimadores de interesses pré-existentes ou dados de grupos dominantes auto-interessados. Os realistas postulam generalizações sobre uma “política de poder” uniforme (Jahn, 2000, p.7-19), e sua abstração com relação aos desenvolvimentos espaço-temporais específicos na constituição dos Estados e do sistema internacional obstrui o exame de dinâmicas historicamente contingentes e variáveis de estigmatização da diferença. Como aponta Bleiker (2009, p.26-28), a tentativa de Waltz de se distanciar de uma simples “imitação” da realidade desemboca num processo científico de abstração que isola algumas características do sistema internacional e produz generalizações sobre ele numa obsessão por dedução, categorização e legitimidade científica. Além do realismo, até mesmo abordagens construtivistas moderadas como a de Wendt (1992, 1999) utilizam instrumentos analíticos que estão circunscritos aos princípios miméticos. Porém, a estética permite desestabilizar a tentativa de se criar uma representação realística que dê a ilusão de que a realidade é a própria representação. Ela engaja e captura as “realidades” exteriores e as relações humanas com o objeto, oferecendo uma interpretação que é distinta da realidade propriamente dita e permitindo superar o estreitamento do escopo das pesquisas sobre política internacional e mundial e os instrumentos para buscá-las (Bleiker, 2009, p.26-28).

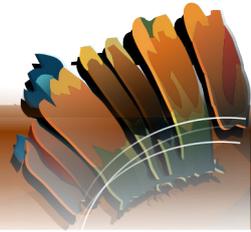
## A BELEZA IMPERFEITA: IMAGINAÇÃO E SENSIBILIDADE NO ESTUDO DAS ARTES E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A** estética promove mudanças na sensibilidade por meio de abstrações e de figurações e desafia a construção do senso comum, um ato último de poder político que ofereceu à razão instrumental o poder de sincronizar sentidos e se estabelecer no topo de uma hierarquia de interpretação da política mundial. Nesse contexto, a arte expressa uma relação estética não somente com um objeto específico, mas com a “história de seu efeito” por meio da sensibilidade e da imaginação, e reorienta o pensamento humano de uma forma que o processo mimético de reconhecimento não consegue: ela gera fluxos produtivos entre sensibilidade, razão, memória e imaginação. Assim, em



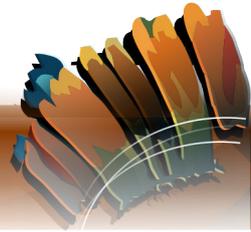
vez de simplesmente representar uma alternativa à razão instrumental, a estética viabiliza o desenvolvimento de relações não-coercitivas entre as diferentes faculdades humanas. Ademais, seu valor político está ligado ao desafio de sua própria internacionalização, tendo em vista que aponta para insights culturais diversos que foram marginalizados em face da obsessão da área de Relações Internacionais com a perspectiva ocidental (Bleiker, 2009, p.29, 45-46). A abordagem crítica de Darby (1998), por exemplo, supera a marginalização da cultura e a despersonalização da área de Relações Internacionais a partir do questionamento de sua limitação ao formalmente político. A ênfase da literatura na dimensão pessoal e a relevância da narrativa ficcional no engajamento cultural entre o local, o civilizacional e o global podem, na sua visão, encorajar novos corpos de conhecimento que transcendam a rigidez das linhas de demarcação e problematizar os pressupostos mecanicistas da teorização dominante nas Relações Internacionais, que concede privilégios ao centro e subestima a agência de povos subordinados. Ao apontar que a literatura ficcional sobre os encontros entre colonizador e colonizado envolvem a ambivalência de ambos e que podem existir momentos de cumplicidade com a diferença localizada dentro e fora, a orientação pessoal e cultural da literatura desestabiliza segmentações internas e externas que reificam hierarquias e viabiliza a contínua redefinição do entendimento do político. Tendo em vista que a política adquire seu sentido a partir da cultura, a obra artística torna-se um repositório desse entendimento e, numa perspectiva inclusiva das múltiplas facetas da vida humana, contextualiza à vida cotidiana a política, em vez de concebê-la como uma esfera autônoma de ação e pensamento. As experiências dos indivíduos são contadas ao longo das do seu grupo, e, como os sistemas de troca são mediados pela experiência vivida, o mundo exterior – por exemplo, a dimensão da interação internacional – é concebido em relação ao interior sociocultural, pessoal e subjetivo, que abarca formas de comportamento e emoções. A personalização das questões direciona a atenção para condições mutáveis que estabelecem padrões de interação social, e a literatura viabiliza a integração entre o moral e o político, promovendo a reavaliação de sensibilidades e valores. A sensibilidade moral pode estimular a reconfiguração do pensamento, dirigindo-se o foco do Estado para a subjetividade da experiência vivida por indivíduos situados em contextos de intercâmbio cultural e de negociação com a diferença, os quais se relacionam a aspectos das relações intersociais e da política internacional, e, com isso, a questões morais integradas à política (Darby, 1998, p.9-19, 39-42).

Porém, as possibilidades transformadoras do estudo da literatura e das demais artes nas Relações Internacionais vão além das sinalizadas por Darby (1998). A elaboração de narrativas e contranarrativas



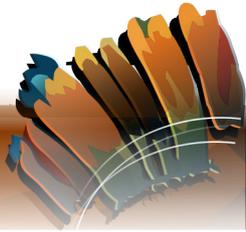
em seus diversos gêneros pode trazer à tona a dinâmica de definição espaço-temporal da cultura nacional, inserida num embate entre projetos de construção e consolidação “nacional” do Estado e seus modos de resistência. Segundo Shapiro (2004), romances e peças teatrais visaram a mapear o território estatal e reificar narrativas de exclusão de grupos em orientações étnico-raciais e de gênero, ao passo que obras literárias alternativas denunciaram práticas violentas de homogeneização cultural inseridas no projeto biopolítico dos Estados. Enquanto músicas como a de Irving Berlin apontam para um espaço nacional idealmente indiferenciado, a absorção de gêneros musicais dominantes por gêneros como o blues, o jazz e o hip-hop funciona como resistência a tendências homogeneizantes. Como modos de ação simbólica que transformam territórios em “paisagens” dotadas de enquadramento e elementos narrativos definidos, artes visuais auxiliaram projetos políticos de identificação nacional – como na celebração pictórica do imperialismo cultural e da apropriação de terras indígenas –, enquanto produções locais reforçavam a participação de nativos nas discussões sobre identidade nacional. Por meio da reprodução de símbolos e mitos fundacionais, o cinema difundiu representações de coesão nacional – por exemplo, filmes de faroeste mitificavam a Euro-América e enfatizavam a “domesticação” do nativo –, mas, conforme se tornam gradualmente críticos, diversos filmes desafiam as práticas biopolíticas de identificação promovidas pelo Estado-nação, reforçando a presença de elementos que questionam a idéia de nação culturalmente unificada. Atualmente, a mídia e a indústria do entretenimento desenvolvem produções que visam a garantir a coesão necessária ao enfrentamento de novas ameaças e revigorar o patriotismo (Shapiro, 2004).

A relação entre estética e política, em uma perspectiva mais teórica que contribui para o tratamento de diversos temas pertinentes para a disciplina de Relações Internacionais, também tem sido explorada por Costas Constantinou. Em um artigo publicado em 2006, Constantinou baseia-se em uma análise da estética do Helenismo para investigar a politização do conceito de belo e sua relação com a ideia de nacionalidade. No Helenismo, segundo Constantinou, o belo funciona como um mediador ontológico entre o real e o ideal, com implicações para diversos projetos políticos na modernidade (Constantinou, 2006). Já em seu livro *States of Political Discourse*, no quarto capítulo Constantinou realiza uma exploração literária do tema da segurança, chamando a atenção para formas de resistência a determinados regimes dominantes de representação. Dessa maneira, o autor realiza uma exploração poética de diversas narrativas e termina por elucidar a segurança como internarracional, na mediação entre a rivalidade das metáforas de segurança oficiais e subalternas (Constantinou, 2004, p. 85).



Ao lado da literatura, o cinema também tem fornecido diversos *insight* para pensar a política internacional. Em um artigo de 2006, Shapiro baseia-se na analítica do sublime de Kant e na política da estética de Rancière para realizar uma leitura do filme *Dirty Pretty Things*, de Stephen Frears. As implicações éticas da análise de Shapiro permitem repensar o espaço da política no sentido de reconfigurá-lo para tornar o reconhecimento ético mais abrangente (Shapiro, 2006). Esse artigo também foi publicado no livro *Cinematic Geopolitics* (2009), no qual Shapiro explora, em diversos textos, a relação entre cinema e filosofia, a partir de autores tais como Gilles Deleuze e Jacques Rancière, para analisar a estética geopolítica da contemporaneidade, caracterizando a produção cinematográfica e os festivais de cinema como espaços de resistência política (Shapiro, 2009).

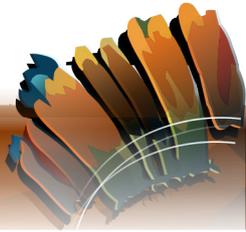
Enquanto o cinema e a literatura têm sido mais explorados, as artes visuais e a música têm recebido menos atenção por parte da disciplina. Sylvester oferece, contudo, em um artigo publicado em uma edição especial da revista *Millennium* dedicada à “virada estética” na disciplina de Relações Internacionais, uma caracterização de diversas perspectivas teóricas em Relações Internacionais como sendo orientadas para proporcionar representações abstratas do internacional. Para realizar a sua análise, Sylvester parte da interpretação dos entendimentos de autores tais como Waltz e Wendt sobre a anarquia a partir de obras abstratas de artistas tais como Cy Twombly, Jackson Pollock e Louise Bourgeois (Sylvester, 2001). No que diz respeito à música, um livro de 2005 editado por Marianne Franklin aborda o tema da relação entre música, cultura e política nas relações internacionais (Franklin, 2005). Os capítulos que compõem o livro colocam sob escrutínio crítico, a partir de uma perspectiva estética, as abordagens teóricas tradicionais da disciplina de Relações Internacionais, permitindo dessa forma repensar diversos aspectos da política internacional a partir da interseção entre a música, a cultura e a política. Ao invés de manter o foco somente nos elementos textuais da música, o livro editado por Franklin incorpora à análise elementos característicos da própria linguagem musical, tais como a harmonia, o contraponto, a dissonância e o ritmo, entre outros. Assim, apesar da literatura ocupar, ainda, um lugar de destaque nas reflexões estéticas em Relações Internacionais, observamos que outras artes, tais como a pintura e a música, vêm ganhando mais espaço nas discussões teóricas disciplinares.



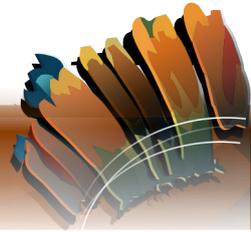
## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o lugar da sensação na vida política, Panagia atenta para o potencial político presente na experiência estética e observa que a estética está na origem de toda possibilidade de ação política, a partir do momento em que a sensação provoca interrupções no senso comum (Panagia, 2009, p. 2). Panagia abre o horizonte da análise teórica para a política da sensação, que incorpora as impressões sensíveis provocadas por diversas manifestações artísticas. Dessa forma, a arte, mais do que compreender expressões culturais de várias naturezas, também evidencia-se como elemento constitutivo da própria vida política. A partir da identificação de formas poéticas de representação através de conceitos tais como metáfora, mimese, o belo e o sublime, é possível, portanto, investigar o desenvolvimento de imagens do pensamento político, que não apenas exprimem posicionamentos e argumentos, mas também emitem impressões e exprimem interseções entre concepções estéticas e morais acerca de valores (Panagia, 2006, p. 2-5). Pensar a política, nesse sentido, envolve a conciliação analítica de considerações tanto éticas quanto estéticas.

Nosso objetivo com este trabalho foi elucidar o lugar que a “virada estética” ocupa nas reflexões teóricas sobre o internacional. Assim, examinamos os fatores e razões que conduziram ao posicionamento da estética em um lugar marginal na disciplina antes da década de 2000 e discutimos como o estudo da estética pode contribuir para fornecer diversos insights sobre as relações internacionais na contemporaneidade. Diante desse propósito, avançamos o argumento de que o mainstream na disciplina de Relações Internacionais baseia-se em formas miméticas de representação que, a partir de um pressuposto de racionalidade substantiva, produzem e reproduzem o entendimento comum de que existe uma correspondência objetiva entre o representado e a representação, permitindo assim a produção e a acumulação de conhecimento científico. Uma implicação dessa postura é o silenciamento de possibilidades de luta e resistência política, em prol da afirmação de uma razão instrumental. Ao resgatar o lugar da estética nas reflexões disciplinares, chamamos a atenção para a possibilidade de desafiar a construção desse senso comum, produzindo assim uma reorientação do pensamento que permite reincorporar as perspectivas de atores que encontram-se marginalizados nas práticas da política internacional e silenciados nos discursos analíticos sobre a vida internacional. Para ilustrar nosso ponto de vista, além de examinarmos a relevância da estética para o estudo das Relações Internacionais, apresentamos também algumas contribuições da “virada estética” para o desenvolvimento teórico-analítico disciplinar.



Entre as implicações de nossa análise, pode-se destacar um redimensionamento dos fundamentos epistemológicos e metodológicos da disciplina de Relações Internacionais, de modo a incorporar insights proporcionados pelo estudo da estética para a produção de conhecimento sobre a política mundial. Ao mesmo tempo, o posicionamento ontológico e axiológico das concepções racionalistas dominantes é colocado sob perspectiva crítica, permitindo assim uma reflexão substantiva que abre a possibilidade de dar voz a atores que compartilham de outras visões de mundo e que se posicionam em outros lugares do espectro normativo que orienta as ações políticas no ambiente internacional. Através da incorporação do estudo da estética e de diversas expressões e manifestações artísticas, portanto, é possível realizar uma análise crítica da própria situação da disciplina de Relações Internacionais na contemporaneidade.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES-MAZZOTTI, A.J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**. São Paulo: Pioneira, 1998.

BARTELSON, J. **The critique of the state**. Cambridge; Nova York: Cambridge University Press, 2001.

BLEIKER, R. The Aesthetic Turn in International Political Theory. **Millennium**, v. 30, n. 3, p. 509-533, 2001.

BLEIKER, R. **Aesthetics and World Politics**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009.

BOWIE, A. **Aesthetics and subjectivity**: from Kant to Nietzsche. New York: Manchester University Press, 2003.

CONSTANTINOU, C. M. **States of Political Discourse**: Words, Regimes, Seditious. London and New York: Routledge, 2004.

CONSTANTINOU, C. M. The Beautiful Nation: Reflections on the Aesthetics of Hellenism. **Alternatives**, v. 31, p. 53-75.

DARBY, P. **The fiction of imperialism**: reading between international relations and postcolonialism. Londres; Washington, D.C.: Cassell, 1998.

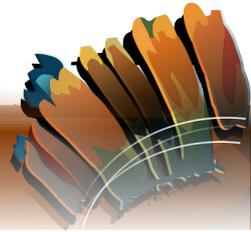
FRANKLIN, M. I. (Ed.). **Resounding International Relations**: On Music, Culture, and Politics. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

GEORGE, J. **International Relations and the Search for Thinking Space**: Another View of the Third Debate. *International Studies Quarterly*, v. 33, n. 3, p. 269-279, 1989.

GIDDENS, A. Comte, Popper e o positivismo. In: \_\_\_\_\_. **Política, sociologia e teoria social**: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: Unesp, 1998, p. 169-239.

GRIECO, J. Realist International Theory and the Study of World Politics. In : DOYLE, M. W.; IKENBERRY, G. J. (Ed.). **New Thinking in International Relations Theory**. Boulder: Westview, 1997.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse: com um novo posfácio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.



\_\_\_\_. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HALFPENNY, P. **Positivism and Sociology: explaining social life**. Londres: G. Allen & Unwin, 1982.

JACKSON, R.; SORENSEN, G. **Introdução às relações internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

JAHN, B. **The cultural construction of international relations: the invention of the state of nature**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire, Nova York: Palgrave, 2000.

KAHLER, M. **Inventing International Relations: International Relations Theory after 1945**. In: DOYLE, M.W.; IKENBERRY, G.J. (Ed). **New thinking in International Relations Theory**. Boulder, CO: Westview Press, 1997. p.20-53.

KANT, I. **Observations on the Feeling of the Beautiful and Sublime**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2003.

KANT, I. **Critique of Judgement**. New York: Oxford University Press, 2007.

KEOHANE, R. **International Institutions: Two Approaches**. **International Studies Quarterly**, v. 32, n. 4, p. 379-396, 1988.

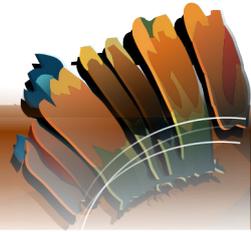
KING, G. et al. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

KURKI, M. **Causes of a divided discipline: rethinking the concept of cause in International Relations theory**. **Review of International Studies**, v.32, p.189-216, 2006.

LAPID, Y. **The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era**. **International Studies Quarterly**, v. 33, n. 3, p. 235-254, 1989.

LEBOW, R. N. **Coercion, Cooperation and Ethics in International Relations**. Nova York: Routledge, 2007.

MARTIN, L.L., SIMMONS, B.A. **Theories and Empirical Studies of International Institutions**. **International Organization**, v.52, n.4, p.729-757, 1998.



NEUFELD, M. **The restructuring of International Relations Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

PANAGIA, D. **The Poetics of Political Thinking**. Durham and London: Duke University Press, 2006.

PANAGIA, D. **The Political Life of Sensation**. Durham and London: Duke University Press, 2009.

POPPER, K. **Conjecturas e refutações**. Brasília: Editora UnB, 1978.

RANCIÈRE, J. **O Desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2005.

SHAPIRO, M. **Methods and nations: cultural governance and the indigenous subject**. Nova York: Routledge, 2004.

SHAPIRO, M. J. The Sublime Today: Re-partitioning the Global Sensible. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 34, n. 3, p. 657-681, 2006.

SHAPIRO, M. J. **Cinematic Geopolitics**. London and New York: Routledge, 2009.

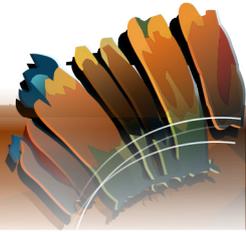
SYLVESTER, C. Art, Abstraction, and International Relations. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 30, n. 3, p. 535-554, 2001.

WALKER, R.B.J. **Inside/Outside: International Relations as political theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

\_\_. The doubled outsides of the Modern International. **5th International Conference on Diversity in Organizations, Communities and Nations**. C.a.N. Fifth International Conference on Diversity in Organizations. Beijing, 2005.

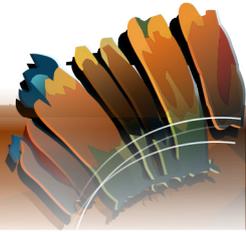
WALTZ, K.N. **Theory of international politics**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1979.

WEBER, C. **Simulating Sovereignty: Intervention, the state and symbolic exchange**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.



WENDT, A. Anarchy is what states make of it. **International Organization**, v.46, n.2, p.391-425, 1992.

\_\_\_\_\_. **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.



## O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO LAICO E A “NEUTRALIDADE” ANTE A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

*Antonio Baptista Gonçalves<sup>26</sup>*

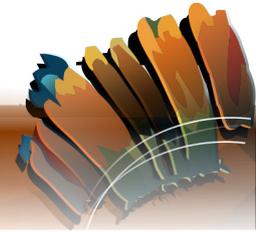
### RESUMO

Os Estados laicos são os responsáveis por implementarem a tolerância e as liberdades no âmbito interno do Estado Democrático de Direito. Contudo, o que se percebe, na prática é que o Estado somente é laico na proporção de sua própria intolerância. Assim, se questiona a neutralidade do Estado laico e, principalmente, o papel do Estado no cenário internacional da proteção das liberdades em conformidade com o sistema internacional de Direitos Humanos desenvolvido pela Organização das Nações Unidas ao qual os Estados Laicos são signatários.

**Palavras-chaves:** intolerância; neutralidade; Estado Laico.

---

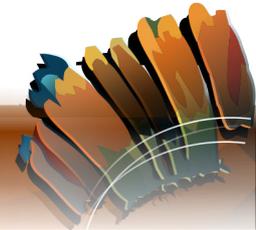
26 Advogado / Membro da Associação Brasileira dos Constitucionalistas / Membro da Association Internationale de Droit Pénal / Doutor e Mestre em Filosofia do Direito – PUC/SP / Especialista em International Criminal Law: Terrorism’s New Wars and ICL’S Responses - Istituto Superiore Internazionale di Scienze Criminali / Especialista em Direitos Fundamentais pela Universidade de Coimbra / Especialista em Direito Penal Econômico Europeu pela Universidade de Coimbra / Pós Graduado em Direito Penal – Teoria dos Delitos – Universidade de Salamanca / Pós Graduado em Direito Penal Econômico da Fundação Getúlio Vargas - FGV / Bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie



## ABSTRACT

The secular states are responsible for implementing tolerance and freedoms within the internal democratic state. However, what is perceived in practice is that the state is secular only in proportion to its own intolerance. Thus, one questions the neutrality of the secular state, and especially the state's role in the international protection of freedoms in accordance with international human rights system developed by the United Nations to which the secular states are signatories.

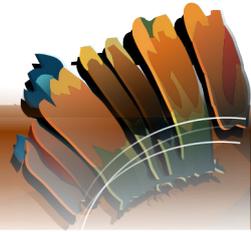
**Keywords:** intolerance; neutrality; Secular State.



## INTRODUÇÃO

O tema neutralidade na relação com a tolerância religiosa ganha cada vez mais importância na agenda do dia das discussões globais dados aos eventos recentes de demonstrações de intolerância dos Estados Democráticos de Direito, supostamente laicos.

De tal sorte que será necessária uma incursão do que vem a ser neutralidade e como esta se processa nos Estados, em especial os Democráticos, para, enfim, analisar o impacto da intolerância ante ao Estado Moderno e a neutralidade.



## CONCEITO PRELIMINAR DE NEUTRALIDADE

**A**qui oferecemos uma definição preliminar do que vem a ser neutralidade e levantaremos alguns aspectos a serem discutidos acerca da neutralidade, em especial, após a Segunda Guerra Mundial. Importante destacar que a discussão ainda será deveras incipiente e tem o condão apenas de suscitar mais questionamentos do que dirimi-los, tarefa que faremos ao longo do próprio texto.

Neutralidade é definida como a condição daquele que permanece neutro; condição de um país que não participa de uma guerra<sup>27</sup>. Neutralidade. Na acepção do Direito Internacional Público exprime a posição de *imparcialidade*, imposta pela neutralidade declarada, o *país neutro* fica na obrigação de não intervir no conflito, de qualquer forma, *devendo*, por isso, abster-se da prática de qual ato que possa aproveitar um dos beligerantes em prejuízo do outro. Assim, a neutralidade, no sentido do Direito Internacional, não se presume mera *indiferença*. Revela-se a obrigação de não *intervenção* ou *auxílio*, sob qualquer pretexto, salvo para a paz, a favor ou contra quaisquer dos beligerantes<sup>28</sup>.

Neutralidade, portanto, significa a não tomada de posição de uma Nação sobre um tema em específico. No entanto, a grande reflexão a ser feita é: em tempos de globalização é possível um Estado se manter completamente neutro sobre qualquer outro assunto que reverbere em outra Nação?

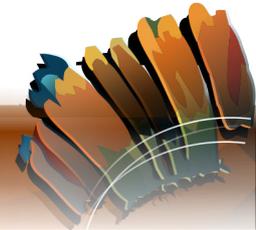
Assim, temos alguns exemplos: os eventos recentes da Primavera árabe: a queda do governo do Egito, a revolta popular na Líbia, os problemas enfrentados na Síria e no Iêmen, apenas para citar alguns exemplos que envolvem a democracia e o povo.

Pode-se afirmar que a Europa, os Estados Unidos, o Brasil ou qualquer outro Estado-nação se manteve neutro, de fato, nestes assuntos, ou o correto é afirmar que os Estados, em verdade, deixaram o próprio povo resolver o conflito no âmbito interno? Em um restaurar dos próprios princípios conformadores da Democracia? Ou, o objetivo foi não adquirir o espólio de um Estado em crise e sem governo? A neutralidade

---

27 DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 2014.

28 Neutralidade. Derivado do latim *neutralis*, de *neuter* (que fica indiferente), em sentido genérico quer significar o estado de neutro, ou seja, a situação daquele que se coloca indiferente ou fica imparcial diante da questão ou luta referida entre outros. Assim, é a situação de quem não tem ou não mostra qualquer interesse a respeito do que outros estão fazendo. SILVA, De Plácido e. Vocabulário jurídico. 28 ed. Atualizado por Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 950.



foi para legitimar o processo democrático ou para proteger a si próprio de um eventual dispêndio econômico?

Ainda no tocante à neutralidade, se aliarmos os acontecimentos da última década em conflitos armados e terrorismo, como fica a questão da neutralidade com as medidas adotadas pelos países laicos em torno da intolerância religiosa?

Esse tema nos parece ser o emblemático na análise acerca do primado fundamental da neutralidade: a laicidade<sup>29</sup> do Estado Democrático de Direito<sup>30</sup>.

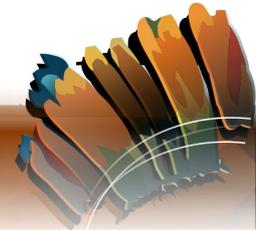
Se um Estado é laico<sup>31</sup>, este não poderá ser mais ou menos into-

29 A laicidade foi formada no século XIX a partir do adjetivo laïc (leigo, aquele que não pertence ao clero). O termo deriva do grego Laos, que significa povo. Este termo vai aparecer em 1871, quando será associado ao ensino público francês e seu surgimento será assinalado pelo Novo Dicionário de Pedagogia e de instrução primária, de autoria de Ferdinand Buisson, publicado em 1887. No verbete laicidade, contido nesse dicionário, Buisson nos informa que: a Revolução Francesa fez aparecer pela primeira vez com clareza a ideia de Estado laico, de Estado Neutro entre todos os cultos, independente de todos os clérigos, liberado de toda concepção teológica. (...) a grande ideia, a noção fundamental do Estado laico, quer dizer, a delimitação profunda entre o temporal e o espiritual entrou nos costumes de maneira a não o mais sair. DOMINGOS, Marília de Franceschi Neto. **Escola e laicidade: o modelo Francês. Interações – Cultura e Comunidade**, v. 3, n° 4, p. 153-170, 2008, p. 3.

Ainda sobre o tema: A laicidade é um dos princípios dos Estados Modernos, como por exemplo, o Brasil. Mas o tema carrega significados bem mais fortes do que o mero fato de ser um preceito. Atribui-se ao início das discussões sob o assunto ao Estado Francês, que em 1880 notadamente com leis escolares institucionaliza este princípio... A laicidade francesa deu-se através de uma construção histórica de mais de um século e hoje encontra-se difundida em diversos países, sem jamais ter suscitado tantos debates como naquele país, em especial no campo da Educação. DOMINGOS, Marília de Franceschi Neto. **Escola e laicidade: o modelo Francês. Interações – Cultura e Comunidade**, v. 3, n° 4, p. 153-170, 2008, p. 2.

30 Carlos Ari Sundfeld identifica os elementos que determinam um Estado Democrático de Direito: a) criado e regulado por uma Constituição; b) os agentes públicos fundamentais são eleitos e renovados periodicamente pelo povo e respondem pelo cumprimento de seus deveres; c) o poder político é exercido, em parte diretamente pelo povo, em parte por órgãos estatais independentes e harmônicos, que controlam uns aos outros; d) a lei produzida pelo Legislativo é necessariamente observada pelos demais Poderes; e) os cidadãos, sendo titulares de direitos, inclusive políticos e sociais, podem opô-los ao próprio Estado; f) o Estado tem o dever de atuar positivamente para gerar desenvolvimento e justiça social. SUNDFELD, Carlos Ari. **Fundamentos de direito público**. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 1997, págs. 56 e 57.

31 Sobre laico e laicidade: Significa a separação entre Estado e as religiões. Tal sentido encontra a sua origem no contraste entre as palavras laico e religioso – é laico o que independe da religião. Logo, o Estado laico é o Estado separado das religiões. Isto é, é o Estado que decide, governa e promove interesses com base em critérios religiosos. Embora esta concepção mais específica se apresente a partir de um contraste, ela não se revela, essencialmente, um conflito, mas tão somente uma distinção, assinalando a fronteira que existe, ou que deveria existir entre o Estado e a religião. CASSAMANO, Marco Aurélio. **Política e Religião: O Estado laico e a liberdade religiosa à luz do constitucionalismo brasileiro**. Tese de Doutorado na área de concentração de Di-



lerante na medida de seus interesses. A liberdade é do povo e cabe ao Estado assegurá-la e efetivá-la. Se os Estados pregam e preconizam a tolerância não podem, na prática, serem intolerantes.

O Estado que não adota a religião de forma oficial deve ser neutro no que tange a questão religiosa, isto é, ser tolerante e professar e instituir as liberdades de acordo com os direitos fundamentais em consonância com o sistema internacional de Direitos Humanos desenvolvidos pós Segunda Guerra Mundial.

O Estado Democrático de Direito ao ser intolerante promove e ocasiona o entrave de uma série de direitos que deveria ser por ele instituídos, tais como: o desenvolvimento das liberdades, o neoconstitucionalismo, a laicidade, o pluralismo e a defesa da vida humana através da defesa da dignidade da pessoa humana.

Um Estado não pode ser um pouco neutro, assim como não pode ser igualmente um pouco laico. A laicidade não pode ser condicionada à proporção da própria intolerância do Estado. Isso não se coaduna com a neutralidade religiosa.

Ademais, a proteção da dignidade da pessoa humana também passa pela defesa das liberdades individuais<sup>32</sup>.

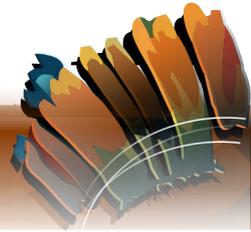
E sobre liberdades<sup>33</sup> podemos elencar, dentre outras: a religiosa, expressão, consciência, circulação, opinião, sexo e raça.

De tal sorte que o mote fundamental, o fio condutor para o pleno exercício dessas liberdades<sup>34</sup>, inclusive da dignidade da pessoa humana, reito, Estado e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006, p. 133.

32 (...) A liberdade, ao contrário, é colocada junto a outros direitos, tais como o direito à vida e à felicidade. (...) “Liberdade” e “igualdade” hoje não significam o mesmo que significavam nas páginas de Locke ou nas declarações do século XVIII: o seu conteúdo ampliou-se, tornou-se cada vez mais rico e denso; o seu significado fez-se cada vez mais pleno. BOBBIO, Norberto. **O Terceiro Ausente**. Trad. Daniela Versiani. Barueri: Manole, 2009, p. 82 e 87.

33 O conteúdo moderno da liberdade compreende os direitos de todos os homens de exercer suas atividades civis, intelectuais e morais; o direito de ir e vir; de não ser detido arbitrariamente; a inviolabilidade do domicílio; o direito de praticar qualquer religião; o direito de associar-se; o direito de petição; o direito de tomar parte na organização e no exercício do poder político; o direito de votar e ser votado; direito à independência econômica etc. SILVA, José da. **Liberdade, realidade política e eficácia da constituição**. In ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira e MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. **Lições de Direito Constitucional em homenagem ao Professor Jorge Miranda**. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 137.

34 O significado tradicional de liberdade – pelo qual se falava de uma liberdade religiosa, ou de pensamento, ou de reunião, ou de associação, em sentido geral e específico, de uma liberdade pessoal – era aquele relacionado à faculdade de fazer ou não fazer determinadas coisas não impedidas por normas vinculantes; era a liberdade enten-



é a execução, pelos indivíduos e, principalmente pelo Estado, da tolerância. Pois, se não for respeitado o direito da pluralidade de opiniões, crenças, ideias e posições políticas, as liberdades, por conseguinte, estarão comprometidas.

Assim, o grande desafio continua sendo a neutralidade do Estado Democrático de Direito e a sua função primordial: efetivar e garantir as liberdades sem limitá-las ou relativizá-las.

No entanto, para a compreensão da neutralidade do Estado Democrático de Direito, entendemos ser necessário analisar uma etapa ainda anterior: a criação do Estado, enquanto Nação, pois, a transição do período dos Impérios para o que temos e conhecemos hoje como Estado e Nação nos propiciará analisar como que a neutralidade se forma em conformidade com o conceito do próprio Estado.

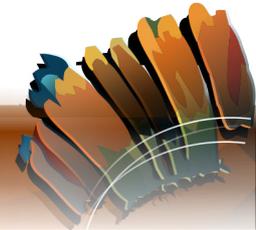
## A IDENTIFICAÇÃO DE UM CONCEITO DE ESTADO NA ÉPOCA DOS IMPÉRIOS – UM COMPARATIVO COM A CONCEPÇÃO DE ESTADO-NAÇÃO E A CONTROVÉRSIA ACERCA DO CONCEITO DO QUE VEM A SER ESTADO

**N**ão é correto afirmar que não existiam Estados no período dos Impérios e nem mesmo anterior a eles, pois, ainda que de forma mais simples ou rudimentar, o Estado em sua concepção já existia<sup>35</sup>.

No entanto, para a análise de nosso trabalho é necessário um corte epistemológico, portanto, o período a qual devemos nos ater é o da formação do Estado-nação e, por conseguinte, o surgimento do nacionalismo.

dida como não-impedimento, ou liberdade negativa. A esfera da liberdade coincidia com a esfera dos comportamentos não regulados, e portanto lícitos ou indiferentes. Montesquieu expressou muito bem o conceito quando afirmou que a liberdade consiste em fazer tudo o que as leis permitem. BOBBIO, Norberto. **O Terceiro Ausente**. Trad. Daniela Versiani. Barueri: Manole, 2009, p. 88.

35 É comum, entre os teóricos da política, o reconhecimento de que o Estado é uma figura teórica da Era Moderna. Os grupos arcaicos constituíam sistemas simples, identificados, em geral, por fatores totêmicos, cujo exemplo típico é a tribo. Os agrupamentos antigos que veem aumentada a sua complexidade estrutural pelo desenvolvimento da agricultura e pelo aparecimento dos mercados passam a ser identificados por outros fatores, o que nos permite falar em polis, regnum, respublica. A expressão “Estado” só adquire um estatuto teórico na Era Moderna e é utilizada para designar formações bastante peculiares que, não obstante, parecem reproduzir caracteres comuns aos grupos políticos em geral. Essa aparência é que nos faz falar, às vezes e impropriamente, do “Estado” grego, do “Estado” romano, dos “Estados” orientais. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. **Direito Constitucional: Liberdade de fumar, privacidade, Estado, Direitos Humanos e outros temas**. São Paulo: Manole, 2007, p. 413.



Contudo, não podemos desenvolver o conceito de Estado-nação sem perpassar pela definição de Estado e, antes disso, por um período de transição entre o Império ao conceito de nação-Estado, portanto, um momento ainda anterior ao de Estado-nação.

Então, o conceito moderno de Estado<sup>36</sup>, apesar de ainda que rudimentarmente similar, é diferente daquele que poderíamos aplicar, em seu substrato, ao modelo de Estado da época do Império e, ainda, anterior a ele<sup>37</sup>.

#### Tercio Sampaio Ferraz Jr. acerca do surgimento do Estado:

Não se pode precisar exatamente quando nasce a forma Estado. É certo que as guerras do fim do séc. XV conduzem Espanha, França e Inglaterra a constituir-se em Estados. A Itália conhece uma transição, a dos principados, mas no séc. XVII, aí incluída a República de Veneza, já são constituídos como Estados. Portugal, por causa de sua luta com os árabes e de sua afirmação política diante dos reinos espanhóis, assume precocemente o caráter estatal<sup>38</sup>.

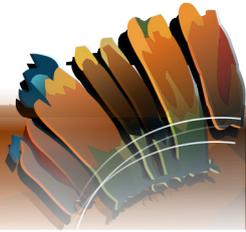
#### Dalmo de Abreu Dallari:

A denominação Estado (do latim status = estar firme), significando situação permanente de convivência e ligada à sociedade política, aparece pela primeira vez em “O Príncipe” de MAQUIAVEL, escrito em 1513, passando a ser usada pelos italianos sempre ligada ao nome de uma cidade independente, como, por exemplo, stato di Firenze. Durante os séculos XVI e XVII a expressão foi sendo admitida em escritos franceses, ingleses e alemães. Na Espanha, até o século

36 Nem todos entendem por Estado o mesmo conjunto de fatos. Para sermos exatos, precisemos o que denominamos como tal. A palavra Status, stato, estat (état), Estado, apareceu para marcar a passagem da organização política medieval para as formas estatais transcendentais à Land, à terra, à terre. Maquiavel e Jean Bodin usaram dela. Nela couberam todas as repúblicas e principados (tutti gli Stati). Compreende-se pois que houvessem adotado termo tão expressivo – lembrando “estabilidade”, “peso” – e já o empregassem os Ingleses desde o século XIV, inclusive Shakespeare, e tardassem a precisar dele os alemães (século XVII). MIRANDA, Pontes de. **Democracia, Liberdade, Igualdade Os três caminhos**. Atualizado por Wilson Rodrigues Alves. Campinas: Book-seller, 2002, p. 28 e 29.

37 De maneira geral, pode-se dizer que as organizações políticas da Antiguidade não chegam a se caracterizar como Estado, na medida em que as suas administrações eram dominadas pela indistinção da organização constitucional pela ausência de nomeação própria, pelo fato de ser a organização administrativa referida ao officia singularmente tomada. A presença do trabalho escravo permitia que boa parte dos serviços ditos hoje públicos fosse desempenhada por servos, libertos ou escravos. Estes não estavam a serviço da respublica, mas dos officia publicae (o senado, os cônsules, que tinham, cada qual, os seus servidores), regulados ou por normas comuns ou por regras sociais e religiosas. Em suma, em tempos modernos, dir-se-ia que as organizações antigas não conheciam a distinção entre administrar e governar. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Direito Constitucional: Liberdade de fumar, privacidade, Estado, Direitos Humanos e outros temas*. São Paulo: Manole, 2007, p. 413 e 414.

38 FERRAZ JR., Tercio Sampaio. **Direito Constitucional: Liberdade de fumar, privacidade, Estado, Direitos Humanos e outros temas**. São Paulo: Manole, 2007, p. 414.



XVII, aplicava-se também a denominação de estados a grandes propriedades rurais de domínio particular, cujos proprietários tinham poder jurisdicional. De qualquer forma, é certo que o nome Estado, indicando uma sociedade política, só aparece no século XVI, e este é um dos argumentos para alguns autores não admitirem a existência do Estado antes do século XVII<sup>39</sup>.

Em suma, após essa incursão do que vem a ser Estado, no Império é possível notar um modelo de Estado ainda um pouco diferente do que conhecemos hoje. No entanto, ainda não se pode atrelar esse modelo ao de Estado-nação, por uma questão simples: ainda não havia a consonância entre a nação com o Estado. Como o Império anexava uma série de povos e cidades não existia, portanto, uma uniformização da cultura, escrita, língua, uma única ideologia, em suma, uma identidade.

Anthony Giddens conceitua Estado:

Um Estado pode ser definido como uma organização política cujo domínio é territorialmente organizado e capaz de acionar os meios de violência para sustentar esse domínio<sup>40</sup>.

Assim, é possível se desenvolver o conceito de Estado:

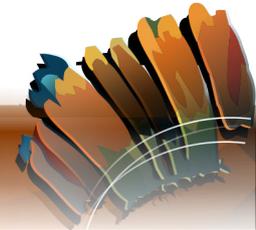
Há uma grande concordância entre os cientistas quanto e como o estado deve ser definido. Uma definição composta incluiria três elementos. Primeiro, um estado é um conjunto de instituições; estas são definidas pelos próprios agentes do estado. A instituição mais importante do estado é os meios de violência e coerção. Segundo, essas instituições encontram-se no centro do território geográfico limitado a que geralmente nos referimos como sociedade. De modo crucial, o estado olha para dentro de si mesmo, no caso de sua sociedade nacional, e para fora, no caso de sociedades mais amplas entre as quais ele precisa abrir seu caminho; seu comportamento em uma área, em geral, só pode ser explicado pelas atividades na outra. Terceiro, o estado monopoliza a criação das regras dentro do seu território. Isso tende à criação das regras dentro do seu território. Isso tende à criação de uma cultura política comum, partilhada para todos os cidadãos<sup>41</sup>.

Porém, apesar desta definição de Estado se aplicar aos Impérios, ainda que não em sua integralidade, existe uma justificativa para o estudo da neutralidade a partir do Estado-nação.

39 DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 43.

40 GIDDENS, Anthony. *O estado-nação e a violência*. Trad. Beatriz Guimarães. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001, p. 45.

41 **DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 257.



A razão de tal análise se calca no cenário político de uma pluralidade de Estados, o que não se observa quando da dominação dos povos por um único Império, como fora o caso dos Persas, dos Gregos, dos Romanos e, mesmo no lado Oriental, com os Otomanos, mais recentemente.

Assim, a pluralidade de Estados, com os conflitos e disputas por seus próprios interesses em um cenário mais plural é o tema central que propiciará o estudo da neutralidade.

## QUANDO A NAÇÃO AINDA NÃO SE MISTURA COM O ESTADO E O MOMENTO POSTERIOR: DA NAÇÃO-ESTADO AO SURGIMENTO DO ESTADO-NAÇÃO

**E**ric J. Hobsbawm traça o perfil do mundo em um comparativo de 1800 com o que temos atualmente:

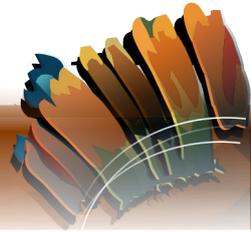
Não só o “mundo conhecido” era menor, mas também o mundo real, pelo menos em termos humanos. Já que para fins práticos não se dispunha de recenseamentos, todas as estimativas demográficas eram pura especulação, mas é evidente que a terra abrigava somente uma fração da população de hoje; provavelmente não muito mais que um terço. Se as suposições mais comumente citadas não estiverem muito longe da realidade, a Ásia e a África tinham uma proporção um tanto maior de população mundial do que hoje; a Europa, com aproximadamente 187 milhões de habitantes em 1800 (contra cerca de 600 milhões hoje), tinha uma proporção um tanto menor, e as Américas tinham obviamente uma proporção muito menor ainda. Aproximadamente, dois de cada três seres humanos eram asiáticos em 1800; um de cada cinco, europeu, um de cada dez, africano, e um de cada 33, americano ou da Oceania<sup>42</sup>.

A Revolução Francesa<sup>43</sup> teve o condão de modificar o cenário mundial em termos do conceito do Estado<sup>44</sup>. Porém, como se tratou de uma

42 HOBBSAWM, Eric. J. *A era das revoluções 1789-1848*. Trad. Maria Tereza Teixeira e Marcos Pimentel. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 28.

43 Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa. (...) A Revolução Francesa é assim a revolução do seu tempo, e não apenas uma, embora a mais proeminente, do seu tipo. HOBBSAWM, Eric. J. *A era das revoluções 1789-1848*. Trad. Maria Tereza Teixeira e Marcos Pimentel. 25. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 97 e 100.

44 O mundo em 1789 era essencialmente rural e é impossível entendê-lo sem assimilar este fato fundamental. Em países como a Rússia, a Escandinávia ou os Bálcans, onde a cidade jamais se desenvolvera de forma acentuada, cerca de 90% a 97% da população era rural. (...) A palavra “urbano” é certamente ambígua. Ela inclui as duas cidades europeias que por volta de 1789 podem ser chamadas de genuinamente grandes segundo os nossos padrões – Londres, com cerca de 1 milhão de habitantes, e Paris, com meio milhão – e umas 20 outras com uma população de 100 mil ou mais. HOBBSAWM,



revolução de um único País, ainda não era possível o desenvolvimento de um cenário plural e, quiçá do modelo de Estado-nação que conhecemos modernamente.

A modificação do cenário ocorreu no período entre 1848 e 1871, nos dizeres de Eric J. Hobsbawm:

Entre 1848 e 1871, ou mais precisamente durante a década de 1860, três fatos ocorreram. Primeiro, a expansão da industrialização produziu outras potências essencialmente industriais e capitalistas além da Inglaterra: os Estados Unidos, a Prússia (Alemanha) e, muito antes disso, a França, tendo o Japão se somado mais tarde. Segundo, o progresso da industrialização fez que, de forma crescente, a riqueza e a capacidade viessem a ser os fatores decisivos no poderio internacional, diminuindo, assim, a posição relativa da Rússia e da França e aumentando a da Prússia (Alemanha). Terceiro, a emergência como potências independentes de dois Estados extraeuropeus, os Estados Unidos (unidos sob o norte na Guerra Civil) e o Japão (sistematicamente embarcando na “modernização” da Restauração Meiji de 1868), criava pela primeira vez a possibilidade de um conflito global entre potências<sup>45</sup>.

Assumia-se, portanto, um caráter mais mundial, um cenário plural com a disputa econômica entre as potências<sup>46</sup>.

E Philip Bobbitt aponta o surgimento das nações-Estado:

Dos Estados territoriais, aqueles que, como a Inglaterra, conseguiram sobreviver acabaram transformando-se em nações-Estado no século XIX<sup>47</sup>.

E o que seria nação-Estado? A resposta é trazida por Philip Bobbitt:

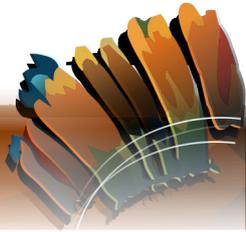
---

Eric. J. *A era das revoluções 1789-1848*. Trad. Maria Tereza Teixeira e Marcos Pimentel. 25. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 32 e 33.

45 HOBBSAWM, Eric. J. *A era do Capital 1848-1875*. Trad. Luciano Costa Neto. 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 133.

46 A estrutura formal internacional passou a divergir da estrutura real. A política internacional tornou-se política mundial, na qual pelo menos duas potências não europeias interviram de fato, embora isso não fosse evidente até o século XX. Mais ainda, esses países tornaram-se uma espécie de oligopólio de potências capitalistas industriais, exercendo um monopólio sobre o mundo, mas competindo entre si, embora isso não fosse evidente até a era do imperialismo”, depois do fim do nosso período. HOBBSAWM, Eric. J. *A era do Capital 1848-1875*. Trad. Luciano Costa Neto. 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 134.

47 BOBBITT, Philip. *A Guerra e a Paz na História Moderna: o impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações*. Trad. Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 135.



A nação-Estado<sup>48</sup> é um Estado que mobiliza uma nação – um grupo nacional étnico-cultural – para agir em benefício do Estado. Assim, pode contar com as receitas de toda a sociedade e o talento humano de toda a população<sup>49</sup>.

A nação-Estado se traduz em uma união, ainda que não tão sólida entre o povo e o Estado, porque, em verdade, o segundo usa do primeiro para o seu desenvolvimento. Ainda não há uma uniformidade de ideias, mas sim, o uso do Estado do próprio povo.

O que temos de novo é a presença de uma unidade, de uma uniformização de cultura, escrita e linguagem dentro de um território ao qual se reconhece a figura de um ente superior, no caso, o Estado.

Nesse sentido John G. Stoessinger:

O que constitui uma nação-estado em nosso tempo pode ser caracterizado do seguinte modo. Em primeiro lugar, é uma unidade política soberana. Em segundo lugar, é uma população que, entregue a uma dada identidade coletiva através de uma imagem comum do passado e do futuro, comunga de um maior ou menor grau de nacionalismo. E, finalmente, é uma população que habita um território definido, que reconhece um governo comum e que usualmente – conquanto nem sempre – exhibe padrões linguísticos e culturais comuns<sup>50</sup>.

Logo, se percebe uma evolução em um comparativo com o modelo dos Impérios em que os territórios eram agregados e as culturas miscigenadas, sem nenhuma unidade e a impossibilidade de se criar um território único em termos linguísticos, culturais, de idioma, etc.

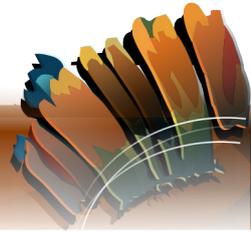
Contudo, ainda não se pode vislumbrar uma unidade entre o Estado e o povo. Essa construção, iniciada na Revolução Francesa teve o seu desenvolvimento definitivo com Napoleão Bonaparte no final do século XVIII e começo do XIX.

---

48 A nação –Estado não visa ao bem-estar do povo; pelo contrário, é legitimada pela criação de uma consciência nacional, pela fundição da nação ao Estado. BOBBITT, Philip. *A Guerra e a Paz na História Moderna: o impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações*. Trad. Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 163.

49 BOBBITT, Philip. *A Guerra e a Paz na História Moderna: o impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações*. Trad. Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 136.

50 STOESSINGER, John G. *O poder das nações A política internacional de nosso tempo*. Trad. Jamir Martins. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 31.



Assim, o que temos até o momento é a nação-Estado, logo, para chegarmos ao conceito de Estado-nação e suas implicações cremos ser importante definir, primeiramente o que vem a ser nação, para depois, analisar o conceito em relação ao Estado.

De Plácido e Silva:

Nação. Por sua origem etimológica, do latim natio, de natus (nascido), já se tem a ideia de que nação significa a reunião de pessoas, nascidas em um território dado, procedentes da mesma raça, falando o mesmo idioma, tendo os mesmos costumes e adotando a mesma religião, formando, assim, um povo, cujos elementos e características raciais e se mantêm unidos pelos hábitos, tradições, religião e língua<sup>51</sup>.

A nação<sup>52</sup> é o substrato espiritual ou cultural em que se forma o Estado. Por isso no mundo moderno tendem a coincidir em múltiplos aspectos o Estado e a nação com o chamado Estado nacional. O Estado é considerado como a nação politicamente organizada, visto que tende a assumir limites nacionais<sup>53</sup>.

John G. Stoessinger:

A nação continua sendo a última instância no que se refere à vida do cidadão, não lhe restando nenhum outro recurso a autoridade superior<sup>54</sup>.

Eric J. Hobsbawm sinaliza a dificuldade de harmonia entre a nação e o Estado:

(...) continua intrigante o problema da relação dessa “nação” vernácula, mesmo tão alargada, com o Estado, pois parece evidente que, em termos étnicos, linguísticos e outros, na maioria, os Estados, qualquer que fosse seu tamanho, não eram homogêneos e portanto não poderiam ser simplesmente equalizados com as nações<sup>55</sup>.

Então é possível perceber que haviam nações e Estados, porém, ainda não se concebia em sua maioria a união entre os dois. E, essa

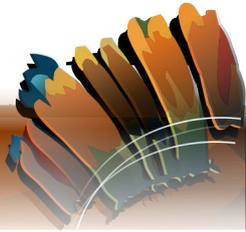
51 SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 28 ed. Atualizado por Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 937.

52 Eric J. Hobsbawm cita a tradicional definição de nação proposta por Josef Stalin: Uma nação é uma comunidade desenvolvida e estável, com linguagem, território, vida econômica e caracterização psicológica manifestos em uma comunidade cultural. HOBBSAWM, Eric. J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 15.

53 FRANÇA, R. Limongi. **ENCICLOPÉDIA SARAIVA DE DIREITO**. São Paulo: Saraiva, 1977, vol. 53, p. 497.

54 STOEßINGER, John G. **O poder das nações A política internacional de nosso tempo**. Trad. Jamir Martins. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 23.

55 HOBBSAWM, Eric. J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 29 e 30.



união somente foi percebida pouco mais tarde com Napoleão Bonaparte que agregou o povo<sup>56</sup> para seus ideais em defesa de um Estado francês, isto é, o Estado-nação França, que seria o governo feito para, e em conformidade com o povo, eis o que mais tarde se conheceria como o nacionalismo<sup>57</sup>.

No entanto, Napoleão Bonaparte não teve o mérito exclusivo do nacionalismo, pois a grande mudança paradigmática foi a modernização e, principalmente a alfabetização da população, para que fosse possível disseminar as ideias pretendidas e assimilar a língua, os costumes e a identidade do Estado francês, para então, usar do sentimento nacional para unir a nação com o Estado.

Eric J. Hobsbawm destaca a importância da proliferação das escolas para o Estado-nação:

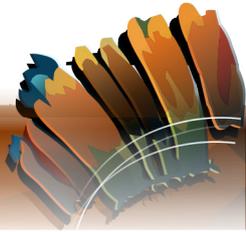
---

56 Na prática, havia apenas três critérios que permitiam a um povo ser firmemente classificado como nação, sempre que fosse suficientemente grande para passar da entrada. O primeiro destes critérios era sua associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente razoavelmente durável. Havia pouca controvérsia sobre a existência de um povo-nação inglês ou francês ou de um povo russo ou polonês, e também pouca controvérsia fora da Espanha sobre a existência de uma nação espanhola com características nacionais bem compreendidas. Pois uma vez dada a identificação da nação com o Estado, era natural que estrangeiros pressupusessem que o único povo em um país fosse aquele pertencente ao povo-Estado, um hábito que ainda irrita os escoceses.

O segundo critério era dado pela existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito. Isso era a base da exigência italiana e alemã para a existência de nações, embora os seus respectivos “povos” não tivessem um Estado único com o qual pudessem se identificar. Em ambos os casos, a identificação nacional era, em consequência, fortemente linguística, mesmo que (em nenhum dos dois casos) a língua nacional fosse falada diariamente por mais do que uma pequena minoria – na Itália foi estimado que esta era 2,5% da população no momento da unificação – e que o resto falasse vários idiomas, com frequência incompreensíveis mutuamente.

O terceiro critério, que infelizmente precisa ser dito, era dado por uma provada capacidade para a conquista. Não há nada como um povo imperial para tornar uma população consciente de sua existência coletiva como povo. HOBBSAWM, Eric. J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 49 e 50.

57 De forma mais específica e concreta, o nacionalismo sustenta que o estado nacional, identificado como uma cultura nacional e comprometido com a sua proteção, é a unidade política natural. (...) O nacionalismo é um subproduto de condições predominantes no mundo moderno, quando a maioria das pessoas não mais vive em comunidades aldeãs fechadas, quando o trabalho é semântico, e não físico, e exige a capacidade de se comunicar em um idioma e uma escrita comuns, razoavelmente livres de contexto, quando a estrutura empregatícia muda rapidamente e não pode tolerar com facilidade uma divisão étnica do trabalho, e quando o contrato com grandes burocracias, tanto políticas quanto econômicas, e a dependência em relação a elas permeiam todos os aspectos da vida. **DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 508 a 510.



De fato, para os novos Estados-nação, essas instituições eram de importância crucial, pois apenas através delas a “língua nacional” (geralmente construída antes por esforços privados) podia transformar-se na língua escrita e falada do povo, pelo menos para algumas finalidades<sup>58</sup>.

E a consequência direta do Estado-nação e da cultura penetrando nas camadas do povo foi a modernização e a urbanização, como demonstra Eric J. Hobsbawm:

Na medida em que os Estados-nação eram formados, postos públicos e profissões da civilização progressista se multiplicavam, a educação escolar se tornava mais geral e, acima de tudo, a migração urbanizava populações rurais<sup>59</sup>.

Assim, com o uso do nacionalismo e da uniformização houve uma aproximação maior entre o povo e os governantes, portanto, a outrora distância entre o povo e a nobreza deixava de existir. De tal sorte que a população, melhor instruída participava do desenvolvimento do próprio Estado o que gerava um sentimento de inclusão, formando, por conseguinte, uma unidade, uma união entre a nação e o Estado.

Anthony D. Smith:

No mundo moderno, somente uma forma de unidade política é reconhecida e permitida. Nós chamamos esta forma de “Estado-nação”. É fácil descobrir de que se trata. Estados-nação têm fronteiras, capitais, bandeiras, hinos, passaportes, moedas, paradas militares, museus nacionais, embaixadas e usualmente uma representação nas Nações Unidas. Eles também têm um governo para o território do Estado-nação, um sistema educacional único, um único sistema econômico e ocupacional, e usualmente um conjunto de direitos para todos os cidadãos, embora existam exceções<sup>60</sup>.

Como finaliza Eric J. Hobsbawm, o nacionalismo, portanto, parecia facilmente manejável dentro da estrutura do liberalismo burguês e compatível com ele. Um mundo de nações viria a ser, acreditava-se, um mundo liberal, e um mundo liberal seria feito de nações<sup>61</sup>.

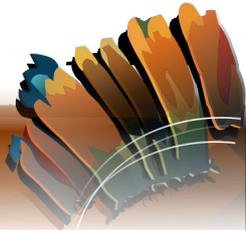
---

58 HOBBSAWM, Eric. J. *A era do Capital 1848-1875*. Trad. Luciano Costa Neto. 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 157.

59 HOBBSAWM, Eric. J. *A era do Capital 1848-1875*. Trad. Luciano Costa Neto. 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 158.

60 SMITH, Anthony D. *Criação do Estado e Construção da Nação*. IN HALL, John A. (org.). *Os Estados na História*. Trad. Paulo Vaz, Almir Nascimento e Roberto Brandão. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992, p. 334.

61 HOBBSAWM, Eric. J. *A era do Capital 1848-1875*. Trad. Luciano Costa Neto. 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 160.



O nacionalismo<sup>62</sup> propiciava, portanto, a inclusão do povo nas questões estatais, o que ocasionava um elo entre a nação e o Estado<sup>63</sup>, como já foi dito, no entanto, essa crescente participação popular é o que mais tarde se denominou de democracia.

No entanto, não podemos perder de vista o fato de que os Estados democráticos ainda não eram uma realidade, uma vez que ainda predomina a monarquia na realidade global.

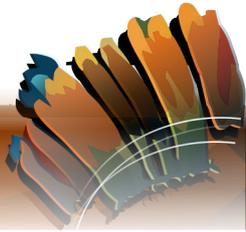
## DO ESTADO-NAÇÃO AO PERÍODO EXPANSIONISTA: AS I E II GUERRAS MUNDIAIS

**N**esse novo cenário de Estado-nação com interesses econômicos e o aparecimento das potências em termos globais, os Estados de menor tamanho e com limitações, em termos de desenvolvimento, também almejavam ingressar neste novo momento global.

---

62 Não confundir este conceito de nacionalismo com o que foi amplamente utilizado no final do século XIX. A própria palavra “nacionalismo” apareceu pela primeira vez em fins do século XIX, para descrever grupos ideólogos de direita na França e na Itália, que brandiam entusiasticamente a bandeira nacional contra os estrangeiros, os liberais e os socialistas, e a favor daquela expansão agressiva de seus próprios Estados, que viria a ser tão característica de tais movimentos. HOBBSAWM, Eric. J. *A era dos impérios 1875-1914*. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 228.

63 Os termos “Estado-nação”, “Nação” e “Nacionalismo” são, muitas vezes, caracteristicamente nivelados, usados na literatura das ciências sociais e da história como se fossem sinônimos. Mas devo fazer uma distinção entre eles. Por “Nacionalismo” quero dizer um fenômeno que é basicamente psicológico – a adesão de indivíduos a um conjunto de símbolos e crenças enfatizado comunalmente entre membros de uma ordem política. Embora os sentimentos de nacionalismo frequentemente coincidam com a distribuição real da população dos Estados, e, enquanto aqueles que governam os Estados modernos normalmente procuram promover tais sentimentos sempre que possível há, sem dúvida, uma clara correspondência entre eles. Por “Nação” refiro-me a uma coletividade existente dentro de um território claramente demarcado, sujeito a uma unidade administrativa, reflexivamente monitorada tanto pelo aparato de Estado interno como por aqueles de outros Estados. Tanto a nação quanto o nacionalismo são propriedades distintas dos Estados modernos, e no contexto de sua emergência original, assim como em outros locais, há mais do que uma conexão fortuita entre eles. Não pode haver nacionalismo, ao menos em sua forma moderna, sem a formação de nações. (...) O Estado-nação, que existe em um complexo de outros Estado-nação, é um conjunto de formas institucionais de governo, mantendo um monopólio administrativo sobre um território com fronteiras (limites) demarcados, seu domínio sendo sancionado por lei e por um controle direto dos meios internos e externos de violência. GIDDENS, Anthony. *O estado-nação e a violência*. Trad. Beatriz Guimarães. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001, p. 140 a 145.



Como consequência disso, o que se viu foi um período expansionista com o surgimento de novos Estados<sup>64</sup> e com uma nítida disputa por territórios.

Nesse cenário temos o surgimento do período expansionista e que culminou com o que viria ser a Alemanha, a Itália, a Áustria e alguns outros Estados que se tornariam as potências do século XX.

E, após as Revoluções do final do século XVIII já era possível vislumbrar o conceito moderno de Estado, como mostra Eric J. Hobsbawm<sup>65</sup>:

O Estado moderno típico, que recebeu sua forma sistemática na era das revoluções francesas – embora, de vários modos, ele tivesse sido antecipado pelos principados europeus que evoluíram a partir dos séculos XVI e XVII –, era uma novidade em muitos aspectos. Era definido como um território (de preferência, contínuo e inteiro) dominando a totalidade de seus habitantes; e estava separado de outros territórios semelhantes por fronteiras e limites claramente definidos. Politicamente, seu domínio e sua administração sobre os habitantes eram exercidos diretamente e não através de sistemas intermediários de dominação e de corporações autônomas<sup>66</sup>.

E o que permeou a realidade do final do século XIX para o princípio do século XX foi a expansão, as alianças em busca de uma maior representatividade no cenário global, logo, agora, a disputa passava a ser por poder.

Com essa sede expansionista e a busca desenfreada pelo controle dos territórios não fica difícil imaginar que um conflito bélico era apenas uma questão de tempo.

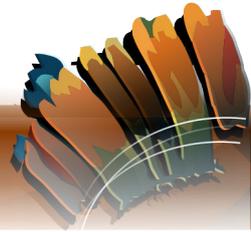
De tal sorte, a humanidade presenciou, portanto, em um período de 31 anos, de 1914 a 1945, a Primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra Mundial, com a disputa clara por poder, influência e territórios.

---

64 A construção de nações foi inevitavelmente um processo de expansão. HOBBSAWM, Eric. J. ***Nações e Nacionalismo desde 1780***. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 44.

65 Procurava, o mais possível, impor as mesmas leis e arranjos administrativos instituídos por todo o território, embora, depois da era das revoluções, estes não fossem mais as ideologias religiosas ou seculares. Crescentemente, esse Estado era obrigado a ouvir as opiniões dos indivíduos ou cidadãos, porque seu arranjo político lhes havia dado voz – geralmente através de várias espécies de representação eleita – e/ou porque o Estado precisava do seu consentimento prático ou de sua atividade em outras coisas, como, por exemplo, contribuintes ou soldados potencialmente convocáveis. HOBBSAWM, Eric. J. ***Nações e Nacionalismo desde 1780***. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 101.

66 HOBBSAWM, Eric. J. ***Nações e Nacionalismo desde 1780***. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p.101.



As Guerras, não que se trate de um enredo inédito<sup>67</sup>, porém, mostraram o viés do terror. O como que o homem pode ser altamente destrutivo e que se não fosse criado algum instrumento de controle a própria espécie humana poderia padecer<sup>68</sup>.

## A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E A BUSCA PELA TOLERÂNCIA E A ASSUNÇÃO DAS LIBERDADES

**D**esde o final da Segunda Guerra Mundial, as Nações se preocuparam em desenvolver instrumentos que protegessem a vida humana, pois, a quantidade de vidas que foram perdidas em virtude das Guerras de 1914 a 1918 – I Guerra Mundial<sup>69</sup> e de 1939 a 1945 – II Guerra Mundial<sup>70</sup> ultrapassaram os 50 milhões.

Um número expressivo de vidas perdidas em um espólio sem sentido decorrente de disputas por poder, exercício de dominação, busca por territórios e expansão forçada.

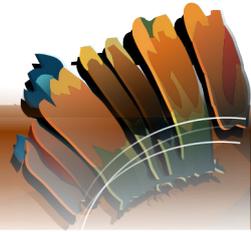
---

67 Antes das Guerras Mundiais as disputas nos períodos dos Impérios já se destacavam pela crueldade e pela violência exacerbada.

68 Eric Hobsbawm: (...) As décadas que vão da eclosão da Primeira Guerra Mundial aos resultados da Segunda foram uma Era de Catástrofe. Durante quarenta anos, ela foi de calamidade em calamidade. Houve ocasiões em que mesmo conservadores inteligentes não apostariam em sua sobrevivência. Ela foi abalada por duas guerras mundiais, seguidas por duas ondas de rebelião e revoluções globais que levaram ao poder um sistema que se dizia a alternativa historicamente predestinada para a sociedade capitalista e burguesa e que foi adotado, primeiro, em um sexto da superfície da Terra, e, após a Segunda Guerra Mundial, por um terço da população do globo. Os imensos impérios coloniais erguidos a Era do Império foram abalados e ruíram em pó. Toda a história do imperialismo moderno, tão firme e autoconfiante quando da morte da rainha Vitória, da Grã-Bretanha, não durara mais que o tempo de uma vida humana – digamos, a de Winston Churchill (1874-1965). HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos O breve século XX 1914-1991**. Trad. Marcos Santarrita. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 16.

69 Calcula-se que morreram cerca de 9 milhões de civis e militares na I Guerra Mundial. A França teve 1,4 milhões de mortos, isto é, correspondente a 27% dos homens de 18 a 27 anos, ou 10% de sua população ativa masculina. A Alemanha teve 1,8 milhão de mortos, isto é, 9,8% de sua população ativa masculina; a Áustria-Hungria, 1 milhão, ou 9,5%, respectivamente; a Itália, 530 mil, ou 6,2%; a Inglaterra, 780 mil, ou 5,1%; a Rússia, 1,7 milhão, ou 4,5%; a Bélgica, 44 mil, ou 1,9%; os EUA, 114 mil, ou 0,2%; a Romênia contou com 600 mil mortos, a Sérvia, 400 mil e a Turquia, 400 mil. **GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL**. São Paulo: Nova Cultural, 1998, vol. 12, p. 2859.

70 As estimativas avaliam entre 40 a 52 milhões os mortos, entre os quais 7 milhões de deportados para a Alemanha, por motivos raciais e políticos. **GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL**. São Paulo: Nova Cultural, 1998, vol. 12, p. 2863.



Eric J. Hobsbawm:

A Primeira Guerra Mundial reduziu a cacos o império dos Habsburgo e completou a desintegração do Império Otomano. Não fosse pela Revolução de Outubro, esse também teria sido o destino do império czar da Rússia, já muito enfraquecido, como foi o do império alemão, que perdeu tanto a Coroa quanto as colônias. A Segunda Guerra Mundial destruiu o potencial imperial da Alemanha, que alcançara breve realização com Adolf Hitler, e destruiu também os impérios coloniais da era imperial, grandes e pequenos: o britânico, francês, o japonês, o holandês, o português e o belga, assim como o que restava do espanhol<sup>71</sup>.

De tal sorte que a banalização da vida humana, em especial, com a Segunda Guerra Mundial, fez com que as Nações criassem um elemento, um organismo transnacional que seria responsável por criar diretrizes de condutas positivas e protetivas a serem seguidas pelas Nações signatárias. Nascia, em 26 de junho de 1945, em São Francisco a Organização das Nações Unidas – ONU. Um órgão que iria representar os cinquenta e um países signatários e proteger os cidadãos, suas relações, liberdades, etc.

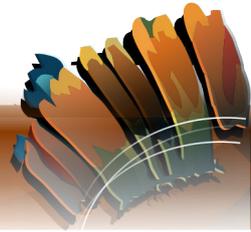
O foco, isto é, o objetivo central já fora estabelecido no Preâmbulo da carta das Organizações Unidas<sup>72</sup>.

O marco fundamental dos direitos humanos, sem dúvida é a Declaração Universal dos Direitos do Homem, cuja aprovação ocorreu em 10 de dezembro de 1948, na Assembleia Geral das Nações Unidas. Contudo, não podemos renegar o passado que impulsionou e motivou o surgimento dos Direitos Humanos que se concretizaram, de fato, pós Segunda Guerra Mundial.

---

71 HOBBSAWN, Eric. *Globalização, Democracia e terrorismo*. Trad. José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 78.

72 Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes no espaço de nossa vida trouxe sofrimentos indizíveis a humanidade, e resolvidos a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, resolvidos também a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes de direito internacional possam ser mantidos e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla. DALLARI, Dalmo. In VIEIRA, Oscar Vilhena (coord.). *Direitos Humanos Estados de Direito e a Construção da Paz*. São Paulo: Quartier Latin, 2005, p. 42.



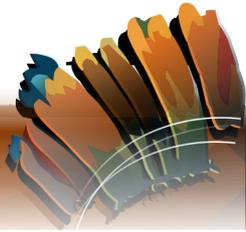
Para tanto, uma série de Tratados, Convenções e Pactos<sup>73</sup> foram desenvolvidos a fim de compromissar seus signatários a assegurar no âmbito interno e externo as liberdades entre os povos.

Ademais, após ratificarem as Convenções, Tratados ou Pactos, os Estados deveriam desenvolver em seu ordenamento jurídico instrumentos compatíveis com as premissas dos Direitos Humanos. Assim, os Estados criaram um sistema que privilegiava uma sociedade pluralista, aberta, que tem por objetivo assegurar a liberdade de pensamento, religião, crença, credo, expressão e consciência.

Então, neste novo cenário os Estados desenvolveram importantes mecanismos de combate contra a intolerância e a violência, física, moral ou psicológica dela advinda.

---

73 Declaração Francesa de Direitos do Homem, através do seu artigo 10; A Carta das Nações Unidas, de 26 de junho de 1945; O preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos do Homem, bem como o seu artigo 2º; A Convenção Europeia dos Direitos do Homem, firmada em Roma, em 4 de novembro de 1950, através dos artigos 14, 18 e 26; Declaração sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio; A Carta Encíclica *PACEM IN TERRIS* editada pelo Vaticano, em 11 de abril de 1963; Na sequência, o Vaticano emitiu, em 1965, a Declaração *DIGNITATIS HUMANAE*; O artigo 4º da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados; No mesmo sentido, a proteção a prática religiosa em relação aos apátridas, conforme os artigos 3º e 4º da Convenção relativa aos Apátridas; Em 1965, um novo marco histórico com a criação da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; Na mesma esteira temos o Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos, de 1966; Ainda em 1966 tivemos o Pacto Internacional Sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a questão da liberdade religiosa está presente no artigo 13; Em 1979, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres; Em 1980, o então Papa João Paulo II emitiu uma mensagem aos países signatários do Ato final de Helsinque; E, em 1981, a ONU emitiu a mais importante Declaração sobre o assunto religião: A Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Baseadas em Religião ou Crença; Em 1º de janeiro de 1988, o Papa João Paulo II emite uma mensagem por ocasião da celebração do XXI dia mundial da paz; Em 1989, a ONU edita a Convenção Sobre os Direitos da Criança e sobre liberdade religiosa é importante destacar o artigo 14; Em 1992 tivemos a importante Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas; Em 1994, foi editado o Conselho da Liga dos Estados Árabes, isto é, a Carta Árabe de Direitos Humanos; Em 1993 um novo passo para a ratificação dos direitos humanos, com a Declaração e Programa de Ação de Viena através da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em Viena entre os dias 14 e 25 de junho; em 2005, a Declaração universal da laicidade no século XXI; E, recentemente, a União Europeia, em 30 de março de 2010, criou seu próprio regramento de direitos humanos através da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. A liberdade religiosa também foi mencionada no capítulo Liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Além de uma menção expressa ao respeito à diversidade religiosa no artigo 22.



## A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E A QUESTÃO DA SOBERANIA DOS ESTADOS

**C**om a criação da Organização das Nações Unidas, em 1945, o que se viu foi a edificação de um sistema de Direitos Humanos no qual o que se valoriza era a proteção da dignidade da pessoa humana.

Assim, se firmou um conjunto amplo de proteções que passam pela garantia das liberdades, inclusive a religiosa.

De tal sorte que, portanto, se criou, em consonância com a vontade e livre manifestação dos Estados aderentes, um Estado representativo aos quais os demais deveriam, em ratificando seus Pactos, Convenções, Tratados e demais instrumentos respeitar e implementar tais medidas em seu cenário nacional.

Com a criação da Organização das Nações Unidas a questão das potências e das disputas entre Estados ganhou novo capítulo, pois, agora, havia além das disputas econômicas, as pressões para a consolidação da proteção ao ser humano.

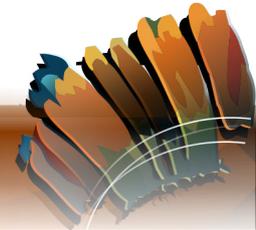
O resultado foi o debate se, com a criação da Organização das Nações Unidas, os Estados teriam seus “poderes” limitados. Instaurava-se, portanto, uma discussão em torno de soberania.

E, uma vez mais o desenvolvimento de um instrumento tão importante e debatido no cenário global atual foi construído e desenvolvido em decorrência direta da Revolução Francesa, pois, a ideia moderna de soberania do Estado é desenvolvida no art. 3º da declaração dos direitos do homem e do cidadão de 1789<sup>74</sup>.

No entanto, o próprio diploma gerou consequências na própria França, em relação à monarquia. Assim, a questão da soberania também deve ser entendida em torno do contexto histórico da própria Revolução como relata Fábio Konder Comparato<sup>75</sup>:

74 Art. 3º. O princípio de toda soberania reside essencialmente na Nação. Nenhuma corporação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente. COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos Direitos Humanos*. 3 Ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 154.

75 A ideia de monarquia absoluta, combatida por todos os pensadores do “século das luzes”, tornou-se inaceitável para a nova classe ascendente a burguesia. Tinha esta, de fato, sólidos argumentos para retomar o movimento histórico em favor da limitação de poderes dos governantes, iniciados na Baixa Idade Média com a Magna Carta , e



O grande problema político do movimento revolucionário francês foi, exatamente, o de encontrar um outro titular da soberania, ou poder supremo, em substituição ao monarca<sup>76</sup>.

Christopher W. Morris destaca a soberania no Estado moderno:

Os Estados são “soberanos” em seus territórios e reivindicam o monopólio do uso de força legítima dentro desse espaço. Isso é sustentado para diferenciar os Estados da Máfia ou de corporações multinacionais. Dados o seu poder e autoridade, as instituições estatais oferecem a muitos os meios de realizarem suas maiores ambições e sonhos. Não é de se estranhar a enormidade dos crimes associados aos Estados modernos<sup>77</sup>.

Exatamente na pretensão de limitar esse poder de concretizar o dano ao ser humano que os próprios Estados decidiram limitar, no plano internacional, sua soberania em favor da Organização das Nações Unidas, um órgão supranacional com efetividade garantida pelos Estados membros.

No entanto para compreender como se relaciona a Organização das Nações Unidas com o combate à intolerância, e como que esta se processa nos Estados laicos, importante aprofundar um pouco mais o tema da soberania.

### **Conceito de Soberania**

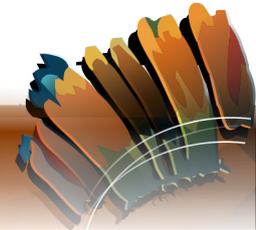
A França se notabilizou por desenvolver importantes construtos para o conceito de Estado e, sobre soberania não foi diferente.

---

seguido na Inglaterra pela Petition of Rights de 1628, o Habeas Corpus Act e o Bill of Rights. Não foi, aliás, por outra razão que Voltaire e Montesquieu sempre apresentaram a Inglaterra como o exemplo a ser seguido na França. Acontece que essa sequência histórica de atos de limitação de poder supunha, logicamente, a manutenção de um centro de poder a ser limitado, o qual, no caso da França, era tradicionalmente o rei. A partir do momento em que este centro de poder político desaparecia, ou se encontrava seriamente enfraquecido, desequilibrava-se todo o edifício político. Dos três estamentos que compunham oficialmente a sociedade francesa, o clero e a nobreza não tinham, naquele momento histórico, a menor legitimidade para reivindicar para si a soberania, porque continuavam apegados a privilégios que oprimiam o povo humilde e restringiam a liberdade econômica dos burgueses. COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. 3 Ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 137.

76 COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. 3 Ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 137.

77 MORRIS, Christopher W. **Um Ensaio sobre o Estado Moderno**. Trad. Sylmara Beletti. São Paulo: Landy Editora, 2005, p. 33 e 34.



Afinal, foi um francês, Jean Bodin<sup>78</sup> a ser o primeiro autor<sup>79</sup> a sistematizar o tema<sup>80</sup> através de sua obra “Os Seis Livros da República”, datada de 1576 e, assim, conceituar soberania<sup>81</sup>:

Soberania é o poder perpétuo de um Estado, que os latinos denominam *maiestas*; os gregos *akra exousi*, *kurion arché* e *kurion politeuma*; e os italianos *segnioria*, um termo usado tanto por pessoas privadas quanto por aqueles que tem poder total do Estado, enquanto os hebreus chamam de *tomechet shévet* – que é o poder mais alto de comando<sup>82</sup>.

John G. Stoessinger acerca da visão de soberania desenvolvida no século XVI:

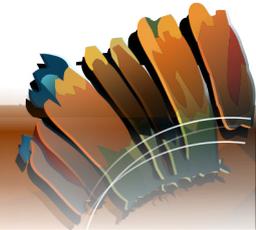
78 A primeira obra teórica a desenvolver o conceito de soberania foi “Les Six Livres de la République”, de JEAN BODIN, havendo inúmeras fontes que apontam o ano de 1576 como o do aparecimento dessa obra. A leitura dos seis livros, que contêm apreciações e conclusões de caráter teórico, ao lado de fartas referências a ocorrências históricas citadas em apoio da teoria, deixa entrever que BODIN tomou como padrão, sobretudo, a situação da França, fazendo a constatação e a justificação dos costumes e complementando-as com apreciações que não são mais do que a revelação de sua própria concepção do que haveria de ser a autoridade real. Inicia-se o Livro I com a conceituação da República, como um direito de governo de muitas famílias e do que lhes é comum, com um poder soberano. E o Capítulo VIII do Livro I é totalmente dedicado ao esclarecimento do conceito de soberania. Diz BODIN: “É necessário formular a definição de soberania, porque não há qualquer jurisconsulto, nem filósofo político, que a tenha definido e, no entanto, é o ponto principal e o mais necessário de ser entendido no Trabalho da República”. Esclarece então que a soberania é o poder absoluto e perpétuo de uma República, palavra que se usa tanto em relação aos particulares quanto em relação aos que manipulam todos os negócios de estado de uma República. DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 67.

79 Temos, também contribuição igualmente preciosa de F. H. Hinsley acerca da visão de Jean Bodin ao inaugurar a visão de Direito Internacional: En la obra de Bodin, De la republique (1577) por fin lós dos cabos se unen, produciendo la doctrina de la soberania en relación con la estructura interna de la comunidad política y, por lo que toca a las relaciones entre comunidades, el reconocimiento de que la largamente establecida división romana del derecho en *ius naturale*, *ius gentium* y *ius civile* no pudiendo proporcionar un derecho público para las relaciones entre Estados independientes, era menester una nueva categoría de derecho: el derecho internacional. HINSLEY, F. H. **El concepto de soberania**. Trad. Fernando Morera e Angel Alandí. Barcelona: Editorial Labor, 1972, p. 154 e 155.

80 Maquiavel e Bodin, por certo ângulo, viam na soberania um poder absoluto, de aparência ilimitada. BONAVIDES, Paulo. **Teoria Geral do Estado**. 8 ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 38.

81 Não podemos deixar de ressaltar que a obra de Jean Bodin data do final do século XVI, logo, todo o modelo de Estado moderno ainda não existia, logo, sua visão de soberania se aplicava aos principados e, em especial, a Monarquia, o poder soberano do Rei. Sobre o tema: A ideia de grandeza, majestade e sacralidade da soberania coroava a cabeça do príncipe e levantava as colunas de sustentação do Estado Moderno, que era o Estado da soberania ou do soberano, antes de ser Estado da Nação ou do povo. BONAVIDES, Paulo. **Teoria Geral do Estado**. 8 ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 36.

82 Definição em BERARDO, Telma. **Soberania e Direitos Humanos Reconceituação com base na dignidade da pessoa humana**. Tese de mestrado na área de concentração de Direito Constitucional. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2003, p. 30.



Essa imagem política universal tem dois aspectos principais. Em primeiro lugar, o homem dotou a nação-estado de uma qualidade que ela não partilha com nenhuma outra associação humana – o atributo de *soberania*. Aliás, não é mera coincidência que a teoria da soberania fosse primeiro formulada no século dezesseis, numa ocasião em que o sistema das nações-estado estava em vias de emergir do universalismo do mundo medieval<sup>83</sup>.

Tercio Sampaio Ferraz Jr. afirma que a soberania já era conhecida na Idade Média:

A Soberania – como poder/direito do soberano, já existia desde a Idade Média. Sua raiz social estava na relação direta e concreta entre o soberano e o súdito por meio dos mecanismos de apossamento da terra.

Por isso, até hoje soberania e territorialidade são conceitos próximos. Ora, a partir do Renascimento, o crescimento da atividade mercantil, o intercâmbio com o Oriente, as Cruzadas, as grandes descobertas afetam essa relação extremamente concreta do senhor sobre a terra e sobre os que nela vivem<sup>84</sup>.

Thomas Hobbes<sup>85</sup>, no século XVII, em sua obra *Leviatã* menciona, na introdução, seu conceito de soberania:

(...) pela arte é criado aquele grande Leviatã a que se chama Estado, ou Cidade (em latim Civitas), que não é senão um homem artificial, embora de maior estrutura e força que o homem natural, para cuja proteção e defesa foi projetado. E no qual a soberania é uma alma artificial, pois dá vida e movimento ao corpo inteiro<sup>86</sup>.

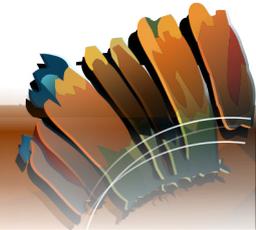
O que se pode perceber é o desenvolvimento de um importante instrumento em nossos dias: a instituição das primeiras linhas do que vem a ser hoje o Direito Internacional, pois, nesta seara, igualmente, temos a relação dos Estados no âmbito interno e externo, bem como as questões modernas envolvendo a soberania.

83 STOESSINGER, John G. **O poder das nações A política internacional de nosso tempo**. Trad. Jamir Martins. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 23.

84 FERRAZ JR., Tercio Sampaio. **Direito Constitucional: Liberdade de fumar, privacidade, Estado, Direitos Humanos e outros temas**. São Paulo: Manole, 2007, p. 421.

85 (...) O poder soberano como algo que constitui a comunidade política e garante as relações sociais da propriedade. Foi isso que Hobbes percebeu e expôs com genialidade. É a clássica figura do Leviathan. Ao descrevê-lo Hobbes fala dele como um homem artificial, que faz todas as leis, mas não se submete a nenhuma delas, que não é igual nem desigual em relação aos súditos, apenas é diferente, é um outro, caracterizado pelo direito de ditar as leis e pela força de fazê-las cumprir. FERRAZ JR., Tercio Sampaio. **Direito Constitucional: Liberdade de fumar, privacidade, Estado, Direitos Humanos e outros temas**. São Paulo: Manole, 2007, 421.

86 HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Coleção Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 4.



Dalmo de Abreu Dallari destaca a importância do tema para o Estado Moderno:

O que se verifica é que o conceito de soberania é uma das bases da ideia de Estado Moderno, tendo sido de excepcional importância para que este se definisse, exercendo grande influência prática nos últimos séculos, sendo ainda uma característica fundamental do Estado<sup>87</sup>.

Assim, ofertamos o nosso conceito de soberania: soberania, portanto, significa a fortificação do Estado como um ente soberano, isto é, que nas questões atinentes a seu povo e ao modo de resolver os problemas internos, nenhum outro Estado poderá se intrometer, criticar ou intervir, pois, o poder decisório cabe, exclusivamente ao Estado, pois este é soberano.

Este conceito se aplica no âmbito interno em relação aos demais Estados.

Lucas E. Barreiros:

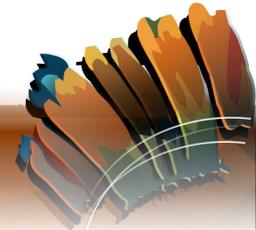
Cada Nación que se gobierna a si misma, bajo cualquier forma, y que no depende de ninguna otra, es un *Estado soberano*. (...) La libertad de una Nación no resultaría completa si otras naciones se tomaran la libertad de inspeccionar y controlar su conducta; una presunción que sería contraria al derecho natural, que declara a cada Nación libre e Independiente de todas las otras naciones<sup>88</sup>.

Agora, no cenário externo, se todos os Estados são soberanos e ninguém pode intervir em sua soberania, logo, podemos afirmar que todos são iguais entre si e que, portanto, existe uma paridade de relações<sup>89</sup>.

87 DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 63.

88 BARREIROS, Lucas E. *El Derecho Internacional contemporáneo y el problema de la soberania. Un intento de reconciliación*. IN PINTO, Mónica (org.). *Las fuentes del Derecho Internacional en la era de la globalización*. Buenos Aires: Eudeba, 2009, p. 41.

89 En la medida en que las naciones son libres, independientes e iguales, y en la medida en que cada una de ellas tiene el derecho de decidir en su conciencia lo que debe hacer para satisfacer sus obligaciones, el efecto de esto es producir, al menos ante el mundo, una perfecta igualdad de derechos entre las Naciones en la conducción de sus asuntos y en las prosecución de sus políticas. BARREIROS, Lucas E. *El Derecho Internacional contemporáneo y el problema de la soberania. Un intento de reconciliación*. IN PINTO, Mónica (org.). *Las fuentes del Derecho Internacional en la era de la globalización*. Buenos Aires: Eudeba, 2009, p. 42.



Então, podemos concluir que o Estado moderno tem duas soberanias: uma interna, absoluta e outra externa, reativa, uma vez que todos os Estados tem uma paridade no plano internacional, os Estados somente se obrigam entre si por mútuo consentimento.

E aos conceitos desenvolvidos acerca da soberania, sua ilimitabilidade, incondicionalidade e independência<sup>90</sup> é que, em grande parte, ocasionarão os problemas no século XX – leiam-se Guerras Mundiais – e, enseja-se, assim, uma reformulação do conceito.

## A FORTIFICAÇÃO DO PAPEL DO ESTADO X A CONTENÇÃO DAS MAZELAS OCACIONADAS PELO EXCESSO DE PODER

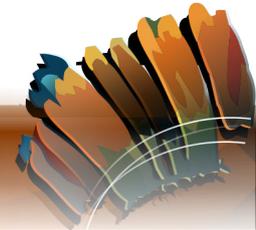
O Estado, em sua concepção moderna ganhou força, representatividade e independência. Como mostramos, essa evolução foi decorrente do avanço do próprio papel do Estado na História.

E, a Revolução Francesa pavimentou o caminho para a consolidação do Estado, pois se até então o que se via eram monarquias e a Igreja atuando em benefício próprio e a nobreza extraindo o máximo possível de riquezas, tudo começou a mudar com a Revolução e com a Independência dos Estados Unidos.

Somado a isso temos de crescer o nacionalismo e as revoluções industriais que fizeram os Estados prosperarem e se desenvolverem em um cenário mais globalizado, assim, tornando-se potências.

---

90 Dalmo de Abreu Dallari complementa: Quanto às características da soberania, praticamente a totalidade dos estudiosos a reconhece como uma, indivisível, inalienável e imprescritível. Ela é uma porque não se admite num mesmo Estado a convivência de duas soberanias. Seja ela poder incontrastável, ou poder de decisão em última instância sobre a atributividade das normas, é sempre poder superior a todos os demais que existam no Estado, não sendo concebível a convivência de mais de um poder superior no mesmo âmbito. É indivisível porque, além das razões que impõem sua unidade, ela se aplica à universalidade dos fatos ocorridos no Estado, sendo inadmissível, por isso mesmo, a existência de várias partes separadas da mesma soberania. Não se deve confundir a teoria da divisão do poder, de que mais adiante se tratará pormenorizadamente, com uma forma de divisão da soberania, pois a chamada divisão do poder é, na verdade, uma distribuição de funções. A soberania é inalienável, pois aquele que a detém desaparece quando ficar sem ela, seja o povo, a nação, ou o Estado. Finalmente, é imprescritível porque jamais seria verdadeiramente superior se tivesse prazo certo de duração. Todo poder soberano aspira a existir permanentemente e só desaparece quando forçado por uma vontade superior. DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 69.



O resultado foi a união de interesses entre o Estado e seus governantes com o povo que passou a ser incluído no processo de governo. Com a expansão dos territórios e a busca por influência o que se viu de 1848 até 1914 foi a busca dos Estados por poder e influência e, ao mesmo tempo, consolidarem uma independência de seu território e de seu povo em relação aos demais Estados, vale dizer, os Estados começaram a ser plenos em suas atividades internas não partilhando suas decisões com os demais.

A busca pela ampliação e fortificação de suas fronteiras, nos dizeres de Christopher W. Morris:

A territorialidade do preceito moderno significa que todos os que se encontram dentro das fronteiras da organização política são, por esse fato, governados. O território se torna um domínio jurisdicional. Em certo sentido, o exercício do poder se torna direto. Nos impérios o governo é tipicamente indireto e considerável poder é legado às autoridades e administradores locais. (...) No mundo moderno o governo se torna *direto*; cada cidadão e todos os cidadãos são governados pelo soberano ou o Estado, sem mediação<sup>91</sup>.

Esse processo fortificou os Estados e permitiu a seus governantes acumular poder. De tal sorte que os Estados ganharam tamanha importância que seus governantes acharam-se acima dos demais a ponto de criar uma expansão desenfreada e deflagrar uma guerra entre eles, como forma de determinar e quantificar a força de um eventual protagonista.

Como afirma John G. Stoessinger:

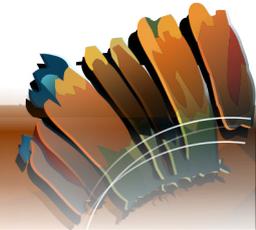
Nosso mundo se compõe de mais de uma centena de unidades políticas chamadas nações-estado. Quase não há lugar algum neste planeta que alguma nação-estado não considere propriedade sua. Há apenas um século, o mundo ainda tinha muitas fronteiras e terras que permaneciam sem dono. Em nosso tempo, porém, o homem não pode mais escapar ao sistema de nações-estado – a ao ser que emigre para as relegadas zonas polares ou para as estrelas<sup>92</sup>.

O problema é que a humanidade não suportou essa disputa insana por poder e os Estados perceberam, ainda que tardiamente, que não é possível existir Estado sem o povo. Logo, após a Segunda Guerra Mundial ou se limitava o jogo do poder para, assim, se defender o humano, ou uma nova guerra, novos derramamentos de sangue poderiam ocorrer, inclusive com a própria extinção da raça humana<sup>93</sup>.

91 MORRIS, Christopher W. **Um Ensaio sobre o Estado Moderno**. Trad. Sylmara Beletti. São Paulo: Landy Editora, 2005, p. 66 e 67.

92 STOESSINGER, John G. **O poder das nações A política internacional de nosso tempo**. Trad. Jamir Martins. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 22.

93 Todos experimentam hoje e todos falam de grande crise dentro da qual vivemos, se



E, portanto, a solução encontrada foi criar uma entidade que estivesse em um nível hierárquico superior aos dos Estados, uma entidade supranacional, que fosse plena em relação aos demais, para que não houvesse uma disputa, mas sim um consenso. Nascia, assim, a Organização das Nações Unidas<sup>94</sup>.

Além de toda a desgraça e banalização da vida humana as guerras trouxeram outro prejuízo para os Estados: no nível externo/internacional sua soberania, agora, seria limitada na questão dos Direitos do ser humano.

## A GLOBALIZAÇÃO E O QUESTIONAMENTO ACERCA DA SOBERANIA

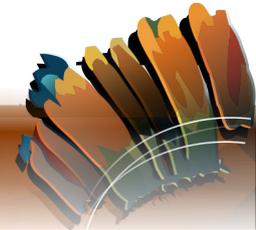
**A**pós toda essa incursão histórica acerca do Estado, primeiramente, e depois, acerca da soberania, estamos aptos a tratar do tema central: a neutralidade.

Não foi apenas com a criação da Organização das Nações Unidas que a soberania dos Estados ficou em xeque, pois, outros organismos foram criados, como a Organização mundial do Comércio, a Organização Internacional do Trabalho e, mais recentemente, o Tribunal Penal Internacional.

---

bem sabermos as curvas que descreverá. A sucessão de guerras, cada vez mais próximas, seguidas do rápido destroçamento de algumas instituições, - que se criam permanentes - faz de interesse imediato e capital o problema de hoje. As próprias populações que só veem o lado material (os edifícios, as cidades, as estradas milenares ou recentes), param hoje diante de ruínas nunca vistas. O espírito destrutivo, na sua faina diabólica, desperta-as com o estourar dos bombardeios e o avançar dos tanques. MIRANDA, Pontes de. **Democracia, Liberdade, Igualdade Os três caminhos**. Atualizado por Vilson Rodrigues Alves. Campinas: Bookseller, 2002, p. 27.

94 As Nações Unidas representam o mais ambicioso experimento relativo ao estabelecimento da ordem política no mundo. Num sentido realmente básico, sua concepção se enraíza no passado. Seu edifício foi erigido em tempos de guerra, durante um período de esforço conjunto para derrotar as potências do Eixo. A Organização devia ser criada “para aniquilar, na fonte, outro Hitler, antes que ele se tornasse grande demais. As nações deviam ser “unidas” contra esse tipo de criminoso. Nesse sentido, a ONU tencionava evitar outra Guerra Mundial como a Segunda, tal como a Liga das Nações, antes, tinha sido criada para prevenir outra guerra mundial como a primeira. (...) A rocha sobre a qual a ONU se firmaria era a unidade das Grandes Potências, que assumiriam entre si a responsabilidade pela paz e pela ordem mundial. (...) Para capacitar-se a operar a implementação de seus fins, a Organização das Nações Unidas foi dotada de seis órgãos principais. A ambiciosas tarefa de promover a segurança coletiva foi legada ao Conselho de Segurança. Na fé de que a paz era indivisível e de que os Cinco Grandes - Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha, França e China - pudessem estabelecer unanimidade entre si, o Conselho de Segurança deveria ser o grande guardião internacional da paz. STOESSINGER, John G. **O poder das nações A política internacional de nosso tempo**. Trad. Jamir Martins. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 386 e 387.



Todos esses organismos limitaram, de alguma forma ou aspecto a soberania dos Estados. Contudo, nada foi mais paradigmático acerca da limitação da soberania do que a globalização e o desenvolvimento dos blocos econômicos.

A globalização<sup>95</sup> propiciou a queda das fronteiras, algo tão ferrenhamente defendido até 1914, pois, com o livre-comércio, a livre circulação dos povos dentro dos Estados-parte dos blocos econômicos se criava outro conceito de soberania: a soberania dos blocos econômicos<sup>96</sup>, logo, supranacional, porém distinta da soberania supranacional da ONU, do TPI e de outros<sup>97</sup>.

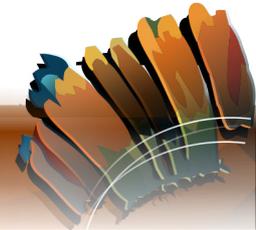
Shankar Vedantam:

Na medida em que Estados-nações se tornavam cada vez mais poderosos na segunda metade do século XX, constituições, judiciários e o sufrágio universal forneceram meios mais pacíficos para efetuar mudanças sociais, e o terrorismo passou de uma forma de violência patrocinada pelo Estado a técnica favorita de grupos subnacionais.

95 Globalização é, certamente, uma expressão ambígua e vaga. De um lado, admite sentidos conceituais distintos, de outro, aponta para distintos objetos. Na sua vagueza, refere-se ora a um entrelaçamento das economias nacionais em planos mundiais, ora para formas extensas de comunicação, ora para uma interpretação cultural etc. Na sua ambiguidade, ora revela a simultaneidade in praesentia dos eventos, ora uma generalização dos sentidos prevaletentes, inaugurando uma forma cultural diferente. Samuelson, em artigo publicado em periódicos norte-americanos, vê no encurtamento das distâncias o marco decisivo e inicial da globalização. *Direito Constitucional: Liberdade de fumar, privacidade, Estado, Direitos Humanos e outros temas*. São Paulo: Manole, 2007, p. 540.

96 Esta é supranacional, porém, ao contrário da soberania das organizações internacional como Organização das Nações Unidas ou do Tribunal Penal Internacional que possuem uma soberania que limita parcialmente a soberania dos Estados, a soberania do bloco econômico confere uma soberania plena, nos moldes de outrora: independência, é ilimitada e incondicional em relação aos outros blocos econômicos.

97 Desde o princípio da história, os seres humanos sofreram transformações. E, na medida em que sofriam essas transformações, resistiam a elas. Individualmente ou em grupos, as pessoas resistem a mudanças quando as vivenciam como ameaça, tanto às suas adaptações internas quanto às externas, aos seus ambientes e às suas vidas em geral. A globalização – um tópico bastante discutido nos últimos anos e um agente de mudança acompanhado de grande resistência – é um conceito difícil de descrever. Para o indivíduo, significa desenvolver um tipo de universalidade e um tipo de cidadania mundial. Em uma escala mais prática, o conceito de globalização, hoje, refere-se geralmente às normas culturais, econômicas e políticas da América do Norte e da Europa ocidental que se infiltram em outras populações por todo o globo terrestre. Enquanto no passado houve muitos grupos dominantes – como os Impérios Romano, Bizantino e Islâmico – que também influenciaram profundamente as pessoas que viviam em áreas vizinhas, hoje, por causa da tecnologia avançada, a “globalização” está mais generalizada. ÇEVİK, Abdülkadir. **Globalização e identidade**. IN VARVIN, Sverre e VOLKAN, Vamik D. (orgs.). **Violência ou diálogo? Reflexões psicanalíticas sobre terror e terrorismo**. Trad. Tânia Mara Zalberg. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 79.



Assim, o terrorismo tem sido descrito como “uma estratégia do fraco contra o forte” - em que nações avançadas com exércitos e forças aéreas não precisam recorrer à criação sistemática do medo para atingir seus fins<sup>98</sup>.

Assim, o que se vê é a mudança do conceito de Estado-Nação, como demonstra Anthony D. Smith<sup>99</sup>:

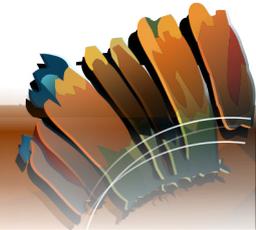
Se queremos dizer com o termo “Estado-nação” que as fronteiras do território do Estado e de uma comunidade étnica homogênea são coextensivas, e que todos os habitantes de um Estado possuem uma cultura idêntica, não conseguiremos reunir mais do que cerca de 10 por cento dos Estados hoje existentes como candidatos ao título de “Estado-nação”<sup>100</sup>.

Com a instituição do Estado Democrático de Direito e o compromisso dos Estados em combates às mazelas perpetradas contra a humanidade o que se viu desde a metade do século XX foi um esforço coletivo e globalizado no sentido da soberania ainda ser plena, porém, que o ser humano e mais ainda, a defesa da dignidade da pessoa humana seja o mote fundamental, e com ela não haveria possibilidade de questionamentos ou violações, nem em nome da defesa da soberania deste ou daquele Estado.

98 VEDANTAM, Shankar. *Quando a Violência se Disfarça de Virtude: uma breve história do terrorismo*. IN VARVIN, Sverre e VOLKAN, Vamik D. (orgs.). *Violência ou diálogo? Reflexões psicanalíticas sobre terror e terrorismo*. Trad. Tânia Mara Zalcberg. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 11.

99 Deixando de lado as minorias insignificantes, nós talvez consigamos incluir alguns poucos Estados além de Portugal, Grécia, Polônia e Somália; Holanda, Dinamarca e as duas Alemanhas têm pequenas minorias, mas, se deixarmos de lado os trabalhadores imigrantes, também são hoje bastante homogêneos. Em outros Estados – Suécia, Noruega e Finlândia, por exemplo – as minorias dos lapões e dos carelianos não ameaçam, talvez por não poderem, a unidade cultural do Estado. Mesmo assim ainda resta um número bastante considerável, talvez mais da metade, com sérias divisões étnicas que podem transformar em antagonismo, e em outro grande grupo, talvez mais de um quarto do total, onde a cultura ou comunidade dominante deve apaziguar as reivindicações de etnias “periféricas”, como na Grã-Bretanha, França e Canadá, Romênia e Bulgária. Nos 50 por cento com diferenças culturais profundas, nem sempre tem sido possível conter as reivindicações antagônicas ou atender às exigências de comunidades rivais. Na Índia, Sri Lanka, Birmânia, nas Filipinas, Indonésia, Laos, Irã, Iraque, Turquia, Chipre, Espanha, Iugoslávia, Córsega (França), Irlanda, Chade, Nigéria, Camarões, Zaire, Zâmbia, Zimbábue, África do Sul, Uganda, Quênia, Sudão e Etiópia, essas divisões já explodiram em violência aberta e mesmo em guerra posteriormente a 1914. SMITH, Anthony D. *Criação do Estado e Construção da Nação*. IN HALL, John A. (org.). *Os Estados na História*. Trad. Paulo Vaz, Almir Nascimento e Roberto Brandão. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992, p. 335.

100 SMITH, Anthony D. *Criação do Estado e Construção da Nação*. IN HALL, John A. (org.). *Os Estados na História*. Trad. Paulo Vaz, Almir Nascimento e Roberto Brandão. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992, p. 334 e 335.



Os Estados, então, manteriam de lado o anseio deliberado pelo poder, pela conquista e pela demonstração de força para, enfim, valorizar o ser humano.

O resultado é a assunção de uma posição neutra, isto é, a Organização das Nações Unidas criou o sistema de Direitos Humanos e uma série de instrumentos protetivos das liberdades e os Estados, em contrapartida, trariam para o âmbito interno, em que são soberanos, os mandamentos instaurados no plano externo.

Com isso, as Constituições nacionais tiveram de ser modificadas e um novo conceito se instituía: a defesa e proteção dos direitos fundamentais, através de um Estado Democrático de Direito cuja principal característica seria a neutralidade.

Assim, no plano religioso, mote desta obra, o Estado se declarava laico, isto é, não adotava, portanto, uma religião de forma oficial.

## A NEUTRALIDADE DOS ESTADOS X SOBERANIA EXTERNA E INTERNA

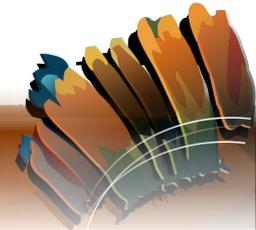
**C**om a edificação de um primado de Direitos Humanos os Estados Laicos adquiriram uma posição de neutralidade, isto é, não interfeririam no cenário externo no tocante à intolerância e o que prevalece é o entendimento protecional estabelecido pela Organização das Nações Unidas.

Já no âmbito interno, os Estados Laicos deveriam recepcionar a normatização internacional em seu ordenamento jurídico para efetivar as liberdades dentro do Estado Democrático de Direito.

No plano teórico tudo funciona perfeitamente, porém, o que se viu nesse princípio de século XXI foi uma realidade cindida do plano teórico.

Especialmente em decorrência dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 os Estados Laicos adotaram posturas ambíguas em relação à tolerância religiosa e uma série de medidas foram adotadas em contrariedade ao primado da neutralidade.

Os Estados Laicos se mostraram intolerantes e a postura neutra de



outrora ganha contornos de intolerância à medida que alguma ameaça se manifesta no plano internacional. Assim, o Estado Democrático de Direito é mais ou menos laico na exata proporção de sua intolerância.

A efetivação da proteção do ser humano e da conseguinte efetivação das liberdades e do exercício da tolerância perpassa definitivamente pela laicidade/tolerância do Estado Democrático de Direito.

Não há como ignorar leis que segregam direitos religiosos, limita e restringem as liberdades das minorias religiosas.

Se os Estados pregam e preconizam a tolerância não podem, na prática, serem intolerantes. Porém, é exatamente o que acontece com a França<sup>101</sup>, com a Turquia<sup>102</sup>, com a Austrália<sup>103</sup>, com a Dinamarca<sup>104</sup> e com os Estados Unidos da América<sup>105</sup>, apenas para citar alguns Estados laicos.

A neutralidade inexistente em matéria religiosa. Um Estado Democrático de Direito não pode criar uma lei que favorece esta ou aquela religião, seu primado fundamental é se manter neutro, seja no cenário externo ou no interno. Porém, sob o mote da segurança a neutralidade é ignorada.

Os Estados Unidos da América, um dos membros do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, portanto, um dos Estados responsáveis pela promoção da paz e da tolerância entre os Estados-nações em resposta aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 deflagraram uma guerra contra o terror, ao partir para um conflito bélico, primeiro contra o Afeganistão e, depois, contra o Iraque.

Um dos Estados que deveria lutar contra a Guerra e estabelecer os Direitos Humanos e a dignidade da pessoa humana foi o primeiro a abandonar a neutralidade ao adotar uma postura extremamente intolerante no que tange à religião, ao instituir um centro de torturas contra pessoas, em sua maioria islâmicas, localizado na Baía de Guantánamo.

---

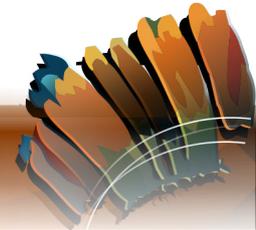
101 Aliás, sobre a questão francesa existem, ainda, alguns agravantes de intolerância com a introdução da Lei nº 228/2004<sup>76</sup>, que proíbe o uso de sinais e vestimentas religiosas ostensivas nas escolas públicas de primeiro e segundo grau em todo o território Francês.

102 Proibição do uso do véu islâmico nos colégios públicos.

103 A autorização de a polícia obrigar a mulher a tirar sua burca sem maiores justificativas.

104 Se uma pessoa se declarar muçulmana no controle de imigração ao preencher o formulário de ingresso no País, sua entrada será sumariamente rejeitada.

105 A caça às bruxas com o vilipêndio de direitos através da Baía de Guantánamo, nas quais um incontável número de muçulmanos foram levados de seus lares para serem torturados para indicar o paradeiro dos líderes de células terroristas.



Na Baía de Guantánamo não existem direitos e garantias e muito menos tolerância religiosa. A posição é salvar a segurança do Estado.

E como fica a neutralidade? A Organização das Nações Unidas? O Sistema de Direitos Humanos?

A resposta é simples: a soberania interna, como vimos, é intocável. E como os Estados Unidos da América não ratificaram o Estatuto de Roma que instituiu o Tribunal Penal Internacional não há como se julgar crimes contra a humanidade cometidos por aquele Estado.

Na mesma esteira temos uma série de medidas intolerantes praticadas pelos Estados Laicos que abandonaram a neutralidade para impingir a intolerância religiosa no cenário interno, portanto, ao qual detêm soberania plena.

De tal sorte que a neutralidade do Estado Laico se encontra prejudicada por conta de um instrumento que os organismos internacionais ainda não conseguiram encontrar um caminho para viabilizar uma igualdade e uma tolerância: a soberania interna dos Estados.

O limite dos organismos internacionais é o cenário externo. Ainda não é possível forçar um Estado a ser mais democrático, a respeitar a neutralidade e a garantir as liberdades no âmbito interno de um Estado, pois sua soberania ainda é inquestionável.

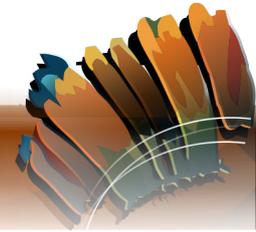
Por isso, o entrave para a questão da intolerância religiosa passa, diretamente, pela soberania interna do Estado Democrático de Direito. Enquanto os próprios Estados não implementarem modificações em seu cenário interno o âmbito externo ainda permanece em compasso de espera.

O efeito prático da adoção de medidas de tolerância, de assunção de liberdades não corresponde ao plano teórico por puro e completo desinteresse dos próprios Estados que se dizem democráticos e laicos.

De fato, os Estados ainda convivem com o mesmo problema que os corrompeu e deflagrou as Duas Grandes Guerras Mundiais: a busca por poder<sup>106</sup>.

Ives Gandra da Silva Martins:

106 Com efeito, o jogo político não deixa de lado qualquer Estado, por insignificante que seja, os afrontamentos mais remotos se refletem em toda parte, bem como os meios de guerra não deixam em segurança ponto algum do planeta. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Especulações sobre o futuro do Estado*. IN MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). *O Estado do Futuro*. São Paulo: Pioneira, 1998, p. 103.



O homem, que tem sua própria individualidade, mas que só sobrevive coletivamente, não dirige no Estado Moderno, como não dirigia, nas estruturas políticas passadas, seu destino, sendo este definido por aqueles que assumem o poder, legitimamente ou não, e que, na esmagadora maioria das vezes, ambicionam apenas ter o poder pelo poder, inclusive nas mais avançadas democracias do mundo<sup>107</sup>.

A solução para a intolerância dos Estados laicos e o regresso à neutralidade perpassa pela superação do Estado-nação e seus interesses internos. Enquanto os Estados não efetivarem sua postura neutra no que tange à tolerância religiosa os conflitos permanecerão.

Como salienta Celso Ribeiro Bastos e Samantha Meyer-Pflug:

(...) o Estado deve manter-se absolutamente neutro. Isso implica no fato de ele não poder discriminar entre as diversas igrejas e templos existentes, quer para beneficiá-los, quer para prejudicá-los. A separação entre Estado e religião vem prevista no inc. I do art. 19 da Constituição de 1988, que declara ser vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público<sup>108</sup>.

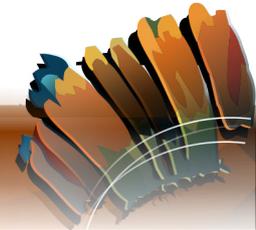
A paz tão almejada ainda não ser efetivará enquanto o cenário de “neutralidade” dos Estados Democráticos de Direito não for convertido para uma neutralidade efetiva e a palavra laico seja levado a cabo.

No modelo que temos hoje com a laicidade refém da intolerância do próprio Estado inviabilizada a neutralidade e a assunção das liberdades, tanto no plano interno quanto no cenário internacional.

---

107 MARTINS, Ives Gandra da Silva. O Estado do Futuro. IN MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). **O Estado do Futuro**. São Paulo: Pioneira, 1998, p.17 e 18.

108 BASTOS, Celso Ribeiro & MEYER-PFLUG, Samantha. **Do direito fundamental à liberdade de consciência e de crença**. Revista de Direito Constitucional e Internacional. São Paulo, n. 36, jul/set 2001.



## CONCLUSÃO

O modelo estatal parece ter alcançado uma incompatibilidade com o que se busca em termos de liberdade, igualdade e fraternidade na sociedade global do século XXI. Pois, o modelo de busca pelo poder ainda persiste e a mão controladora do Estado ainda obstaculiza a assunção das liberdades no cenário interno e, por conseguinte, promove a inaplicabilidade do próprio sistema de tolerâncias no cenário internacional.

Para que a neutralidade seja efetiva no plano internacional é necessário que os Estados modifiquem sua postura intolerante no cenário interno em que são soberanos.

Assim, ainda não há que se falar em um sistema plurinacional que convive de forma harmônica em busca da paz se os sistemas nacionais ainda buscam alternativas para, justamente, caminhar na direção oposta da paz.

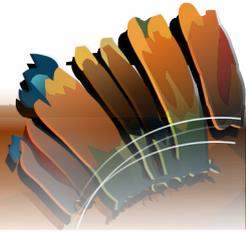
O Estado Democrático de Direito se mostra plural, em sua maioria com uma Constituição aberta, com a possibilidade de uma harmonia entre os povos, o respeito as diferenças e a tolerância como mote fundamental deste Estado. Porém, o que se vê nas Constituições democráticas não se aplica na realidade destes mesmos Estados.

Assim, a humanidade vive o entrave de buscar sua liberdade e depender do Estado para concedê-las, porém, na prática o primeiro não se vê satisfeito por ineficiência do segundo.

É preciso se efetivar o modelo teórico, uma vez que todos os primados, todas as liberdades pretendidas já estão estipuladas e estabelecidas, porém, ainda lhes falta efetivação. E, sobre isso, o problema perpassa pela carência da efetiva neutralidade do Estado Laico.

Toda a apresentação em torno do que vem a ser Estado e como que este adquiriu o contorno hoje conhecido de Estado-nação foi necessário para poder mostrar que o que se pretende enquanto sociedade plural não corresponde à realidade deste mesmo Estado-nação e, este, sim, representa o problema moderno a ser saneado para desanuviar o sentimento de uma nova Guerra, pois, a cada dia temos a impressão de que uma Guerra Mundial, uma vez mais se aproxima.

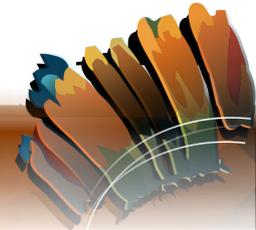
Uma Guerra ou, no mínimo, uma bipolarização entre o Ocidente e o Oriente no que tange a questão religiosa. E, assim, qualquer passo democrático não calculado pode eclodir uma beligerância mundial.



Essa visão parece ser uma antecipação do cataclisma e o suprasumo do pessimismo, todavia, foi com esse pensamento, o de se evitar a destruição do ser humano que desenvolveu e criou a organização das Nações Unidas e seu primado de Direitos Humanos.

No entanto, transcorridos pouco mais de sessenta anos o que se vê é um comprometimento parcial, com uma enorme relutância em se efetivar o que se assume no plano internacional no âmbito interno.

A humanidade ainda padece com essa relutância dos Estados. A neutralidade, efetiva, é o caminho a ser pavimentado para a consolidação do que busca a Organização das nações Unidas: a tolerância religiosa e a liberdade para pensar, agir, acreditar e expressar sua fé. Que não seja preciso, uma vez mais uma Guerra para os governantes perceberem que a disputa por poder é, de fato, o maior obstáculo a ser superado.



## REFERENCIAS

BARREIROS, Lucas E. *El Derecho Internacional contemporáneo y el problema de la soberanía. Un intento de reconciliación*. IN PINTO, Mónica (org.). *Las fuentes del Derecho Internacional en la era de la globalización*. Buenos Aires: Eudeba, 2009.

BERARDO, Telma. *Soberania e Direitos Humanos Reconceitu-ação com base na dignidade da pessoa humana*. Tese de mestrado na área de concentração de Direito Constitucional. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2003.

BOBBITT, Philip. *A Guerra e a Paz na História Moderna: o impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações*. Trad. Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BONAVIDES, Paulo. *Teoria Geral do Estado*. 8 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos Direitos Humanos*. 3 Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CASSAMANO, Marco Aurélio. *Política e Religião: O Estado laico e a liberdade religiosa à luz do constitucionalismo brasileiro*. Tese de Doutorado na área de concentração de Direito, Estado e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

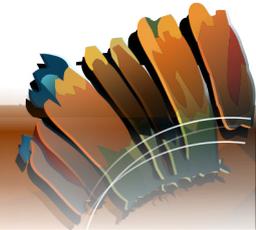
DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

\_\_\_\_\_. In VIEIRA, Oscar Vilhena (coord.). *Direitos Humanos Estados de Direito e a Construção da Paz*. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

**DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

**DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

DOMINGOS, Marília de Franceschi Neto. *Escola e laicidade: o modelo Francês. Interações – Cultura e Comunidade*, v. 3, nº 4, p. 153-170, 2008.



FERRAZ JR., Tercio Sampaio. ***Direito Constitucional: Liberdade de fumar, privacidade, Estado, Direitos Humanos e outros temas.*** São Paulo: Manole, 2007.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. ***Especulações sobre o futuro do Estado.*** IN MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). ***O Estado do Futuro.*** São Paulo: Pioneira, 1998.

FRANÇA, R. Limongi. **ENCICLOPÉDIA SARAIVA DE DIREITO.** São Paulo: Saraiva, 1977, vol. 53.

GIDDENS, Anthony. ***O estado-nação e a violência.*** Trad. Beatriz Guimarães. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

**GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL.** São Paulo: Nova Cultural, 1998, vol. 12.

HINSLEY, F. H. ***El concepto de soberania.*** Trad. Fernando Morera e Angel Alandí. Barcelona: Editorial Labor, 1972.

HOBBS, Thomas. ***Leviatã.*** Coleção Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

HOBBS, Eric. J. ***A era do Capital 1848-1875.*** Trad. Luciano Costa Neto. 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. ***Era dos extremos O breve século XX 1914-1991.*** Trad. Marcos Santarrita. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

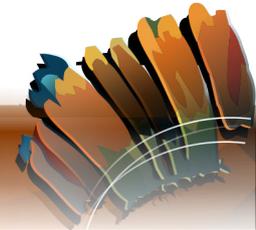
\_\_\_\_\_. ***A era dos impérios 1875-1914.*** Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. ***A era das revoluções 1789-1848.*** Trad. Maria Tereza Teixeira e Marcos Pimentel. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

\_\_\_\_\_. ***Globalização, Democracia e terrorismo.*** Trad. José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. ***Nações e Nacionalismo desde 1780.*** Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. ***O Estado do Futuro.*** IN MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). ***O Estado do Futuro.*** São Paulo: Pioneira, 1998.



MIRANDA, Pontes de. **Democracia, Liberdade, Igualdade Os três caminhos**. Atualizado por Wilson Rodrigues Alves. Campinas: Bookseller, 2002.

MORRIS, Christopher W. **Um Ensaio sobre o Estado Moderno**. Trad. Sylmara Beletti. São Paulo: Landy Editora, 2005.

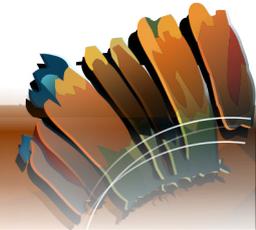
SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 28 ed. Atualizado por Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

SILVA, José da. **Liberdade, realidade política e eficácia da constituição**. In ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira e MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. **Lições de Direito Constitucional em homenagem ao Professor Jorge Miranda**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SMITH, Anthony D. **Criação do Estado e Construção da Nação**. IN HALL, John A. (org.). **Os Estados na História**. Trad. Paulo Vaz, Almir Nascimento e Roberto Brandão. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

STOESSINGER, John G. **O poder das nações A política internacional de nosso tempo**. Trad. Jamir Martins. São Paulo: Cultrix, 1978.

SUNDFELD, Carlos Ari. **Fundamentos de direito público**. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 1997.



## REGIONALIZAÇÃO DE RORAIMA

*Fábio Rodrigues Martinez*<sup>109</sup>

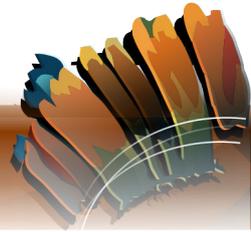
### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo examinar os conceitos de região e mostrar as possibilidades da regionalização enquanto processo de construção de territórios, conceito este de extrema utilidade quando entendido como o processo de transformação de espaços naturais ou geográficos em espaços historicamente construídos, enfeixando a multidimensionalidade característica do fenômeno humano nas suas interações sociais, econômicas, políticas, religiosas e socioambientais. O lócus da análise repousa em Roraima e seus municípios; para tanto foram considerados dez possíveis recortes regionais, a partir da utilização de dados estatísticos oficiais para definir suas fronteiras, determinando como menor unidade da região o território político-administrativo do município.

**Palavras-chave:** Região; Regionalização; Roraima.

---

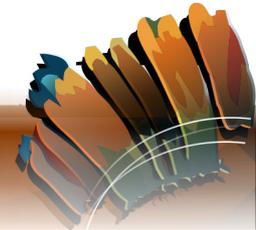
109 Economista (UFRR); Especialista em Controle da Gestão Pública (UFSC); Mestrando em Desenvolvimento Regional da Amazônia (UFRR/NECAR).



## ABSTRACT

This article aims to examine the concepts of area and show the possibilities of regionalization as a process of construction of territories, this concept extremely useful when understood as the process of transformation of natural areas or geographic in areas historically constructed, encompassing the multidimensional characteristic phenomenon of human interactions in their social, economic, political, religious, social and environmental. The locus of analysis rests on Roraima and its municipalities, for both were considered ten possible regional cuttings from the use of official statistics to define its boundaries, determining how the smallest unit of area political-administrative territory of the municipality.

**Keywords:** Region; Regionalization; Roraima.



## CONCEITO E ORIGEM DO TERMO REGIÃO

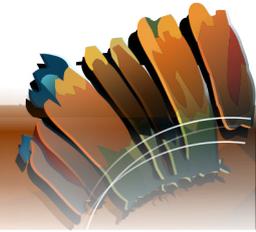
A denominação região é originária dos tempos do Império Romano, nesta época se utilizavam a palavra *regione* para designar áreas geográficas, independentes ou não, que estavam subordinadas ao Império. Segundo Gomes “alguns filósofos interpretam a emergência deste conceito como uma necessidade de um momento histórico em que, pela primeira vez, surge de forma ampla, a relação entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial” (CUNHA, 2000).

O império Romano passa a ser representado nos mapas dividido por diversas regiões representam a extensão espacial do poder central hegemônico do Império, mas, ainda assim, nessas regiões seus governadores dispunham de alguma autonomia, mas deviam obediência e impostos à cidade de Roma (CUNHA, 2000).

Gomes observa que a origem do entendimento de região refere-se à relação entre centralização, uniformização administrativa e a diversidade espacial, diversidade física, cultural, econômica e política, sobre a qual este poder centralizado deve ser exercido (CUNHA, 2000).

Segundo Cunha (2000), Gomes distinguiu três domínios nos quais a noção de região está presente:

O primeiro é a própria “linguagem cotidiana do senso comum”. Aqui os princípios fundamentais são o de localização e extensão. Emprega-se expressões como “a região mais pobre”, “a região montanhosa”, ou “a região da cidade X”. Percebe-se que os critérios são diversos, não há precisão nos limites e a escala espacial também varia bastante. O segundo domínio é o administrativo, ou seja, a região é vista como uma unidade administrativa. Sabe-se que desde o fim da Idade Média “as divisões administrativas foram as primeiras formas de divisão territorial presentes no desenho dos mapas”. Nesse caso, a divisão regional é a base para definição e exercício do controle na administração dos Estados e de suas sub-unidades, quando for o caso. É preciso destacar que muitas vezes empresas e instituições (como a Igreja Católica) utilizam os recortes regionais para delimitação de circunscrições hierárquicas administrativas. O terceiro domínio é o das “ciências em geral” nas quais o emprego da noção de região associa-se também a idéia de localização de determinados fenômenos. Aqui, o emprego resguarda a etimologia, pois região é vista como “área sob um certo domínio ou área definida por uma regularidade de propriedades que a definem”



Segundo Oliveira Junior (2009) não existe apenas um conceito de região, ele pode ser definido como uma área do espaço, constituído por um conjunto de lugares fronteiros e semelhantes entre si ou relacionados uns com os outros. Região também pode ser definida como um conjunto de lugares contínuos, semelhantes ou relacionados entre si, seguindo critérios previamente definidos. Outro conceito apresentado por Oliveira Junior, baseado na definição dada por Hartshorne, define região como um espaço que se diferencia de outros espaços, sendo sua área estendida até o alcance dessa diferença.

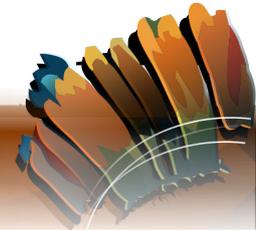
Enriquecendo o conceito sobre região, Haesbaert (1999) faz uma interlocução com os autores clássicos da geografia que tratam sobre região.

Devemos relembrar sobretudo nossos clássicos, responsáveis por uma “paternidade” da região em Geografia, especialmente Vidal de La Blache, Carl Sauer e Richard Hartshorne. Estes autores, em distintas perspectivas, enfatizaram a “diferenciação de áreas” como questão fundamental para o trabalho do geógrafo. Mas enquanto La Blache via a região como “algo vivo”, uma “individualidade” ou mesmo uma “personalidade geográfica”, Hartshorne a encarava como um constructo intelectual e que, como tal, poderia variar em sua delimitação de acordo com os objetivos do pesquisador. Já Sauer, com um grau de racionalismo que parece ficar a meio caminho entre La Blache e Hartshorne, buscava na Geografia regional uma “morfologia da paisagem” que não se preocupava apenas com o único, o singular, mas também com a comparação dessas “paisagens individuais”, num “sentido corológico pleno, isto é, a ordenação de paisagens culturais” (HAESBAERT, 1999)

Os autores clássicos analisados por Haesbaert, assim como os conceitos explanados por Oliveira Junior, demonstram a necessidade de que a região seja composta de territórios contíguos, todavia, Hartshorne, segundo Haesbaert (1999), admite a possibilidade de existir regiões fragmentadas ou descontínuas.

A necessidade de se ter regiões exclusivamente formada por territórios contíguos é criticada por Haesbaert (1999), principalmente devido as alterações provocadas pela globalização:

Se antes a região podia ser vista de forma contínua, como unidade espacial não fragmentada, hoje o caráter altamente seletivo e muitas vezes “pontual” da globalização faz com que tenhamos um mosaico tão fragmentado de unidades espaciais que ou a região muda de escala (focalizada muito mais sobre o nível local, onde ainda parece dotada de continuidade) ou se dissolve entre áreas descontínuas e redes globalmente articuladas. Nesse caso, uma proposta



interessante seria realizar uma “regionalização global em rede”, onde poderíamos distinguir territórios-rede de múltiplos agentes, como os que envolvem as grandes diásporas de imigrantes, os circuitos do narcotráfico, do contrabando, do sistema financeiro, do turismo internacional etc. Eles funcionam integrados ao sistema-mundo mas têm importantes especificidades que permitem uma leitura geográfica particular de suas atuações. Numa outra escala, enfatizando os mesmos processos sociais de nossa proposta conceitual de região (HAESBAERT, 1988), porém assimilando agora o caráter fragmentado dos espaços, elaboramos a noção de rede regional para apreender os múltiplos territórios desenhados pela “rede gaúcha” no interior do Brasil (HAESBAERT, 1999)

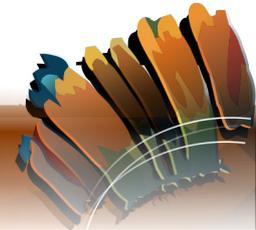
## REGIONALIZAÇÃO

**T**ão complexo quanto uma definição única do conceito de região, é o trabalho de determinação das fronteiras de cada região, ou o da regionalização. Segundo Lins (1993), regionalização é o procedimento técnico utilizado para identificar e delimitar regiões. No entanto, regionalização também pode ser entendida como um processo histórico, social, econômico e geográfico de produção do chamado espaço construído ou ainda, como estratégia de planejamento social e econômico.

Segundo Nali de Jesus de Souza (1981) os critérios para determinação das fronteiras entre as regiões são definidas de acordo com a noção de homogeneidade ou heterogeneidade. Nali cita três modos de regionalização segundo o tipo de região pretendida, a região homogênea, a polarizada e de plano.

As definições das fronteiras das regiões homogêneas se da pelo agrupamento de certo número de unidades locais que apresentem características próximas. Segundo Souza (1981) a variável utilizada para o agrupamento vai depender dos objetivos da regionalização e do tipo de região. “Se o território for ocupado predominantemente pela agricultura, podem ser usados índices indicando a natureza das produções, culturas e tipos de propriedades, ou pode-se usar a hidrografia, o clima e o solo em função de sua homogeneidade”.

A região polarizada, segundo Souza (1981), constitui uma noção mais realista de região, nesta região existe uma cidade central de certo porte, que influencia o seu espaço ao redor. A área de influencia da cidade central definirá o tamanho da região. A determinação das fronteiras desse tipo de região pode ser determinada: “pelo modelo gravitacional derivado da Lei de Reilly, segundo a qual as transações entre duas cidades variarão diretamente com sua masa (população, diversificação econômica) e inversamente com o quadrado da distância que as separa”.

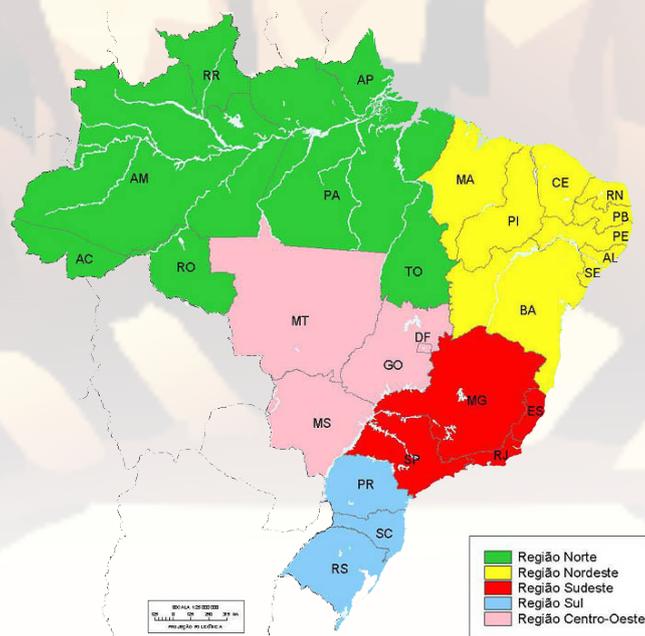


A última região apresentada por Souza (1981) é a Região Plano, neste caso, as fronteiras político-administrativas podem ser definidas por critérios de regionalização das regiões homogêneas ou polarizadas. Nali afirma que em alguns casos a delimitação precisa das fronteiras regionais é muito importante, por exemplo, “uma firma comercial que deseja distribuir no espaço suas filiais ou centrais de distribuição de produtos”.

No Brasil, o trabalho de regionalização oficial está a cargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que desde a década de 1940 ficou responsável, entre outras coisas, de determinar a criação de grandes regiões no Brasil.

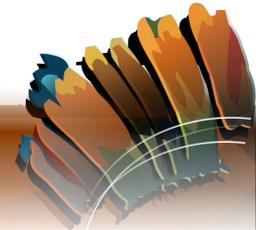
A divisão brasileira atual, em cinco grandes regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) foi elaborada em 1970. A única alteração relevante deste período até presente momento se dá com a criação do estado de Tocantins, se desmembrando do estado de Goiás, passando esse novo estado a pertencer a região Norte, mudando assim de região, pois anteriormente quando pertencia a Goiás, fazia parte da região Centro-Oeste.

Figura 1 – Regiões do Brasil



Fonte: IBGE, 2002.

Em 1990, o IBGE instituiu outras sub-regiões chamadas Mesorregiões Geográficas, estas foram definidas como conjuntos de municípios contíguos, pertencentes à mesma Unidade da Federação,



que apresentam formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou. (IBGE, 1990)

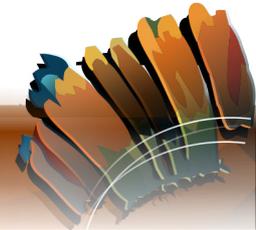
Atualmente existem 127 Mesorregiões Geográficas no Brasil, a unidade da federação com o menor número de Mesorregiões é o Distrito Federal, com apenas uma, e a que com maior número é São Paulo, com 15 Mesorregiões.

No mesmo de criação das Mesorregiões Geográficas, foram delimitadas as Microrregiões Geográficas, sendo elas conjunto de municípios contíguos e

(...) foram definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades, quanto à organização do espaço. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos, nem conferem às microrregiões auto-suficiência e tampouco o caráter de serem únicas, devido a sua articulação a espaços maiores, quer à mesorregião, à Unidade da Federação, ou à totalidade nacional. Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares (...).

A organização do espaço microrregional foi identificada, também, pela vida de relações ao nível local, isto é, pela possibilidade de atender às populações, através do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos. Assim, a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, constituindo-se pela produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais (IBGE, 1990).

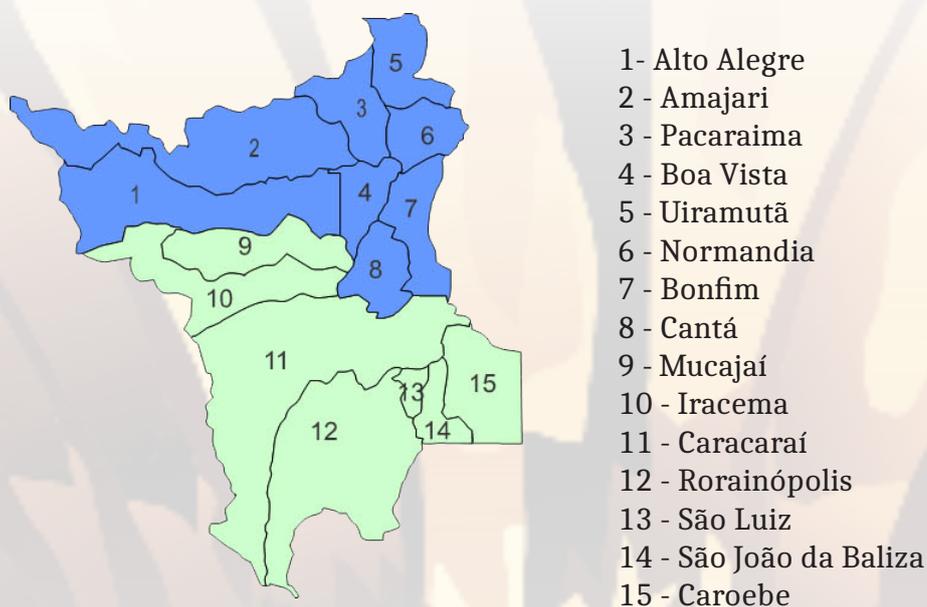
Atualmente existem 558 Microrregiões Geográficas, a unidade da federação com o menor número de Microrregiões é o Distrito Federal, com apenas uma, e a que com maior número é Minas Gerais, com 66 Microrregiões.



## REGIÕES DE RORAIMA

**E**m Roraima, segundo os critérios do IBGE, existem duas Mesorregiões Geográficas: Norte de Roraima e Sul de Roraima. A Mesorregião Norte de Roraima é composta pelos municípios localizados na parte norte do estado: Alto Alegre, Amajari, Boa Vista, Pacaraima, Bonfim, Cantá, Normandia e Uiramutã. Já a Mesorregião Sul de Roraima forma-se pelos municípios localizados ao sul do estado sendo eles: Caracarái, Iracema, Mucajaí, Caroebe, Rorainópolis, São João da Baliza e São Luiz.

Figura 2 – Mesorregiões Geográficas de Roraima



Fonte: Elaboração do autor.

A Mesorregião Geográfica Norte de Roraima se subdivide em duas Microrregiões Geográficas. A primeira microrregião localiza-se a oeste da mesorregião, denominada de Boa Vista, abrangendo os municípios de Alto Alegre, Amajari, Boa Vista e Pacaraima. A segunda microrregião, denomina-se Nordeste de Roraima, e é composta pelos municípios Bonfim, Cantá, Normandia e Uiramutã.

A segunda Mesorregião Geográfica de Roraima (Sul de Roraima) também enfeixa duas Microrregiões Geográficas, denominadas Caracarái e Sudeste de Roraima. A Microrregião Geográfica Caracarái se localiza a sudoeste do estado, sendo formada pelos municípios de Caracarái, Iracema e Mucajaí. A Microrregião Geográfica Sudeste de Roraima composta pelos municípios de Caroebe, Rorainópolis, São João da Baliza e São Luiz.

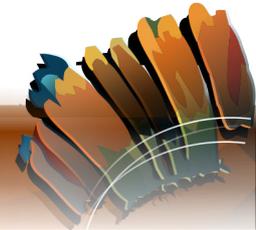
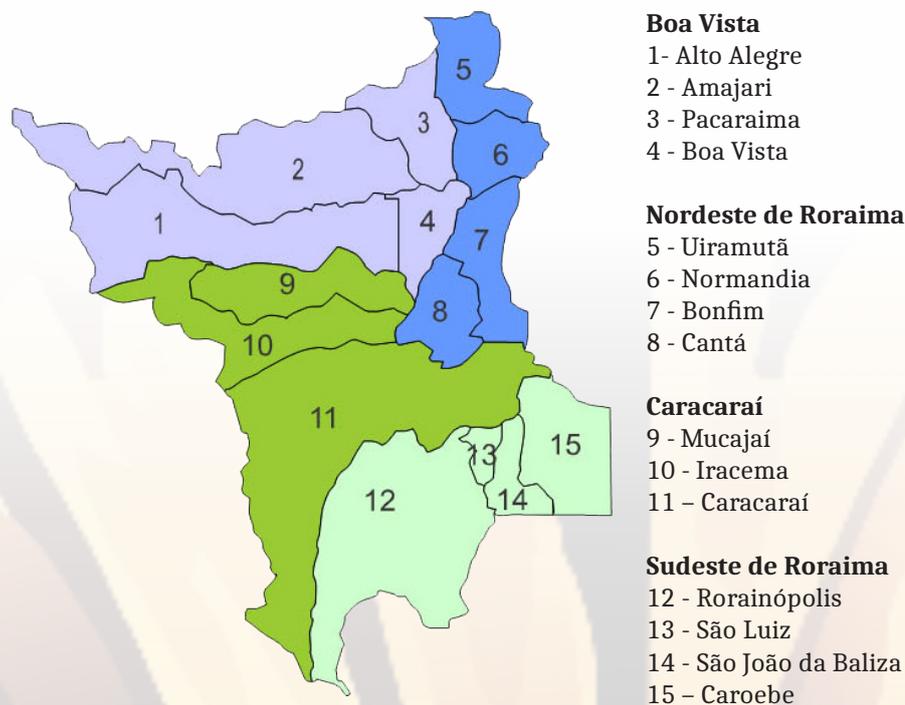


Figura 3 – Microrregiões Geográficas de Roraima



Fonte: Elaboração do autor.

Oficialmente estas são as regiões que compõe o estado de Roraima; no entanto, para a melhor compreensão da realidade socioeconômica de Roraima e de seus municípios pode-se criar regiões não oficiais, porém com caráter explicativo que possa assim ilustrar a realidade socioeconômica de Roraima.

Utilizando dados estatísticos oficiais dos quinze municípios de Roraima, referente a produção agropecuária, renda, tipo de vegetação, religião, raça e características dos domicílios, delimiti dez regiões em Roraima. Sendo que todas essas regiões estão limitadas ao território de Roraima, tendo sua menor parte a unidade administrativa do município, ou seja, não foi subdividido nenhum município.

A primeira região apresentada denomina-se Região do Arroz, para tanto foram utilizados dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) de 2010, elaborada pelo IBGE. Foram selecionados para compor esta região os municípios cuja produção de arroz no ano de 2010 fosse superior a 5 mil toneladas. Dentro deste parâmetro encontra-se sete municípios, sendo eles: Bonfim (26.752 t), Normandia (18.551 t), Mucajaí (9.629 t), Cantá (7.744 t), Pacaraima (6.832 t), Amajari (5.731 t) e Boa Vista (5.729 t). Estes sete municípios representam 95% da produção de arroz do estado de Roraima no ano de 2010.

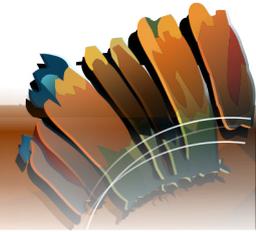
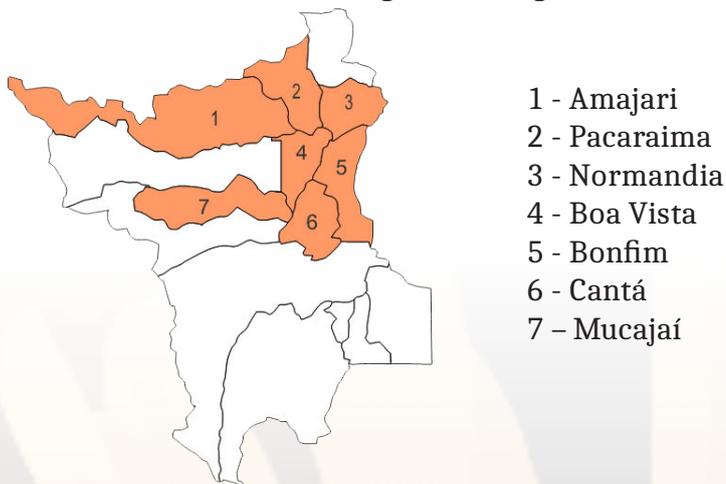


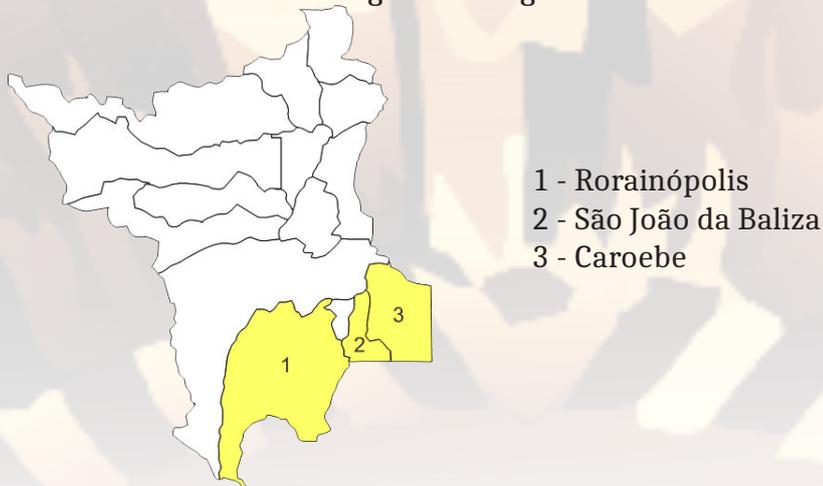
Figura 4 – Região do Arroz



Fonte: Elaboração do autor.

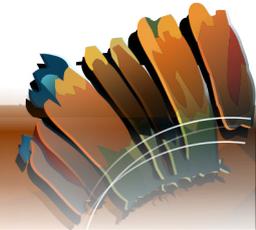
A segunda região também se delimita com base nos dados da PAM 2010, para tanto foram escolhidos os municípios cuja produção de bananas em 2010 fosse superior a 4 mil toneladas, ela foi denominada como Região da Banana e engloba três municípios, Caroebe (20.014 t), Rorainópolis (10.658 t) e São João da Baliza (4.736 t), todos eles localizados na porção sul do estado.

Figura 5 – Região da Banana



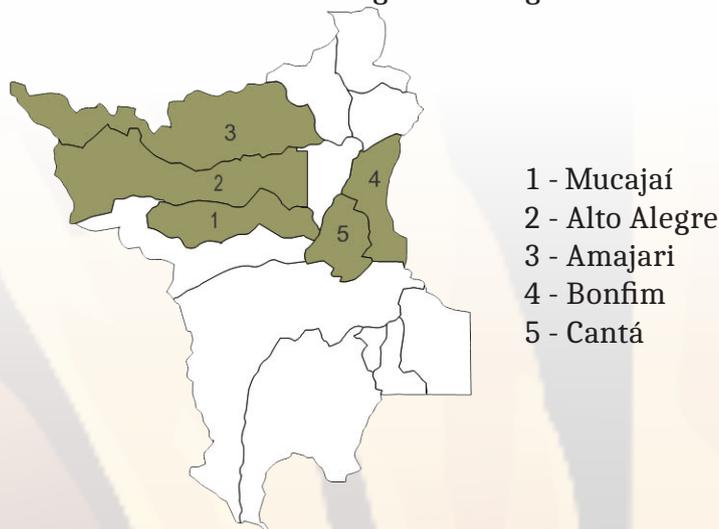
Fonte: Elaboração do autor.

Ainda analisando o setor primário da economia roraimense, delimito a Região Bovina, esta região é composta pelos municípios que possuem um rebanho bovino igual ou superior a 50 mil cabeças de gado, segundo os dados apurados junto a Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) de 2010, elaborada pelo IBGE.



Dentro deste critério encontra-se cinco municípios, sendo eles: Alto Alegre ( 79 mil cabeças), Amajari (65 mil cabeças), Cantá (60 mil cabeças), Mucajaí (54,1 mil cabeças) e Bonfim (50 mil cabeças). Os cinco municípios concentram 53% do rebanho bovino do Estado.

Figura 6 – Região Bovina



Fonte: Elaboração do autor.

A última região delimitada através da utilização de dados estatísticos referentes a produção diz respeito à Região da Madeira. Para delimitar esta região foram utilizados dados provenientes da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) referente ao ano de 2010, elaborados pelo IBGE.

Foram selecionados os municípios cuja extração de madeira no ano de 2010 fosse superior a 10 mil m<sup>3</sup>. Dentro deste critério enquadram-se três municípios, Rorainópolis (33 mil m<sup>3</sup>), Cantá (31,5 mil m<sup>3</sup>) e Mucajaí (11,5 mil m<sup>3</sup>).

Nota-se que os territórios destes municípios não são contíguos, pois Rorainópolis não faz fronteira com nenhum dos dois outros municípios, contudo, com base na teoria de Haesbaert (1999) que reconhece a existência de regiões com áreas descontínuas, revela-se viável delimitar a Região da Madeira com uma área descontínua. A propósito, neste trabalho serão apresentadas outras regiões com áreas descontínuas.

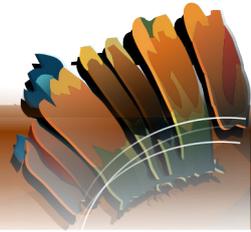
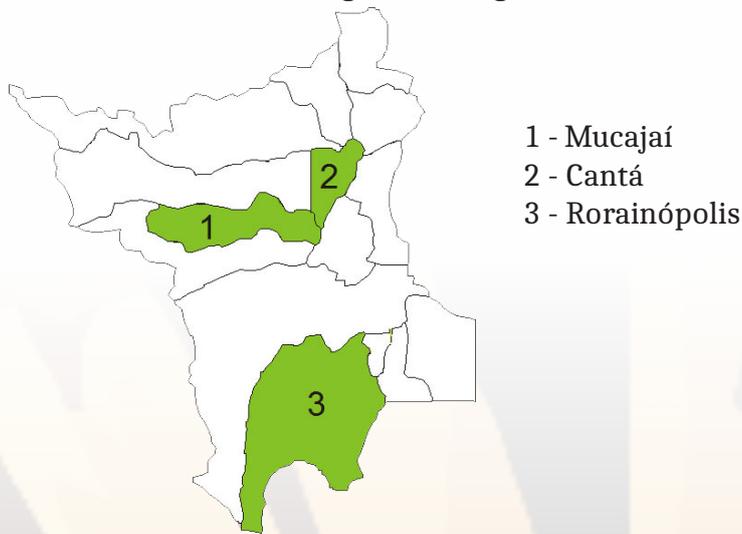


Figura 7 – Região da Madeira

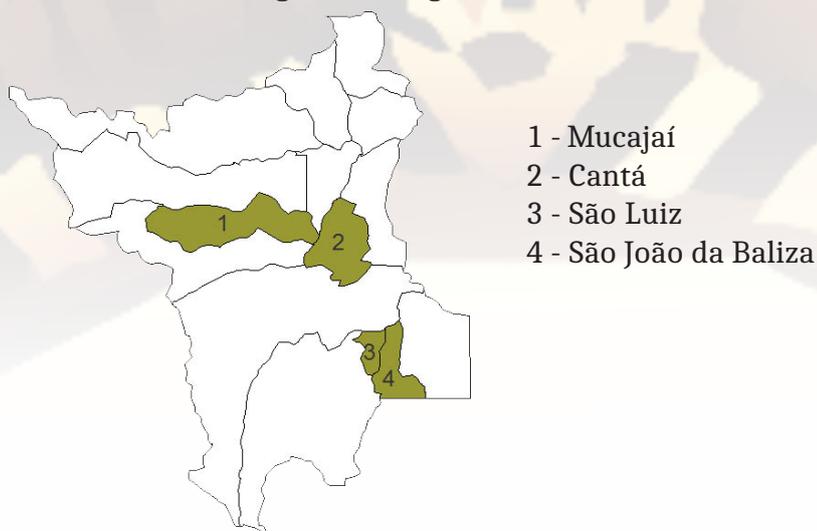


Fonte: Elaboração do autor.

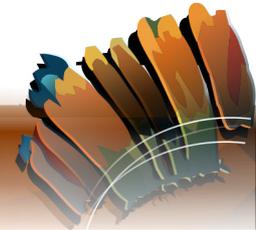
Intimamente ligada a Região da Madeira, esta a Região do Desflorestamento, que é formada pelos municípios cujo território apresenta, até o ano de 2011, uma área de desflorestamento maior que 10%, segundo dados coletados junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), através do Projeto PRODES.

Os municípios que formam esta região são: São Luiz (36%), Cantá (19%), Mucajaí (13%) e São João da Baliza (12%). Observa-se que dois dos municípios que compõem a Região do Desflorestamento (Mucajaí e Cantá), também integram a Região da Madeira.

Figura 8 – Região do Desflorestamento

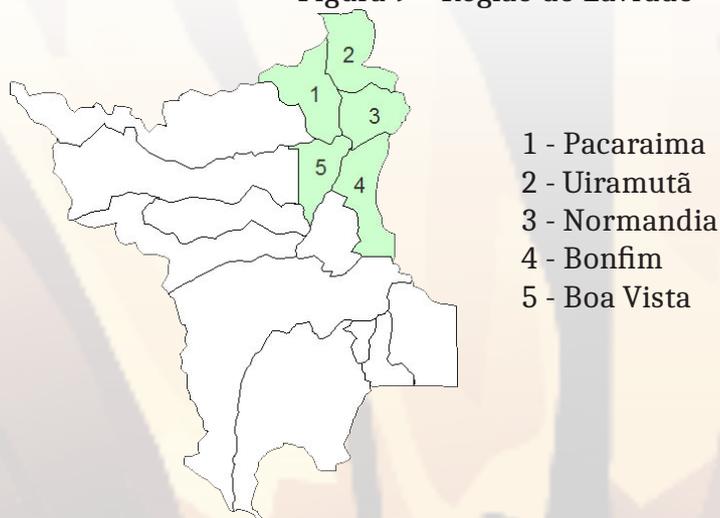


Fonte: Elaboração do autor.



A sexta região apresentada, também se utiliza de aspectos ambientais para elaborar os seus limites, sendo formada pelos municípios cujo tipo de vegetação predominante constitui-se pelo lavrado, para tanto foi utilizado os dados do Centro de Geotecnologia, Cartografia e Planejamento Territorial (CGPTERR) da Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Planejamento de Roraima (SEPLAN). Ela é nomeada como Região do Lavrado sendo composta pelos municípios de Boa Vista (85%), Normandia (81%), Pacaraima (75%), Uiramutã (69%) e Bonfim (65%), sendo que todos eles encontram-se na porção noroeste de Roraima.

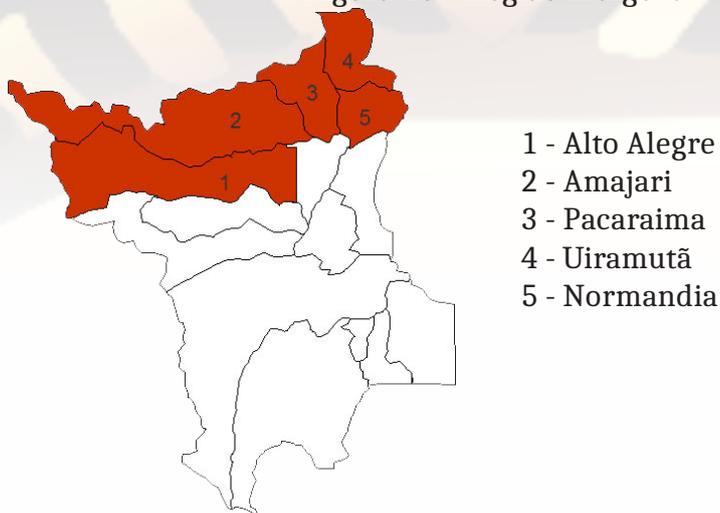
Figura 9 – Região do Lavrado



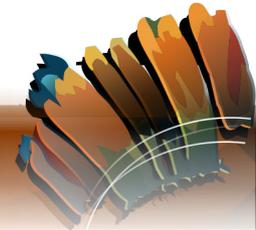
Fonte: Elaboração do autor.

A oitava região apresentada denomina-se Região Indígena, sendo formada pelos municípios que possuem uma população indígena, segundo informações do censo demográfico de 2010, igual ou superior a 46% da população total. Enquadram-se nesta região os municípios: Uiramutã (88%), Normandia (57%), Pacaraima (55%), Amajari (54%) e Alto Alegre (46%).

Figura 10 – Região Indígena

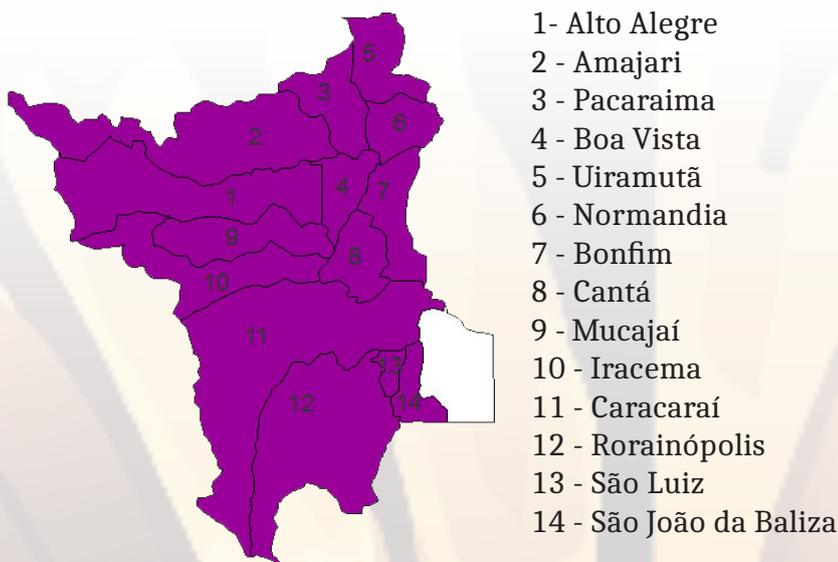


Fonte: Elaboração do autor.



A maior região criada neste trabalho constitui a Região Católica; esta região abrange quatorze dos quinze municípios de Roraima. O único município fora desta região é Caroebe, pois a religião com maior número de praticantes neste município não corresponde à religião católica e sim à evangélica, segundo dados do Censo 2010.

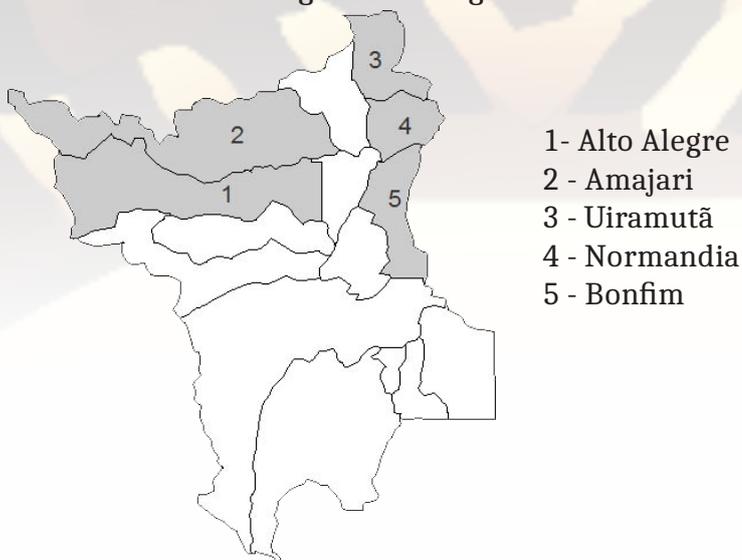
Figura 11 – Região Católica



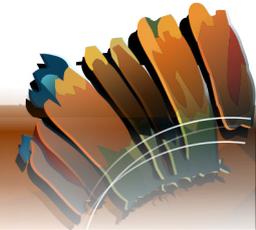
Fonte: Elaboração do autor.

Ainda utilizando dados do Censo 2010, torna-se também factível delimitar a Região da Exclusão Elétrica, nesta região encontra-se os municípios que possuem 25% ou mais de domicílios sem acesso a energia elétrica. Esta região é composta pelos municípios: Uiramutã (71%), Amajari (47%), Alto Alegre (42%), Normandia (38%) e Bonfim (26%).

Figura 12 – Região da Exclusão Elétrica



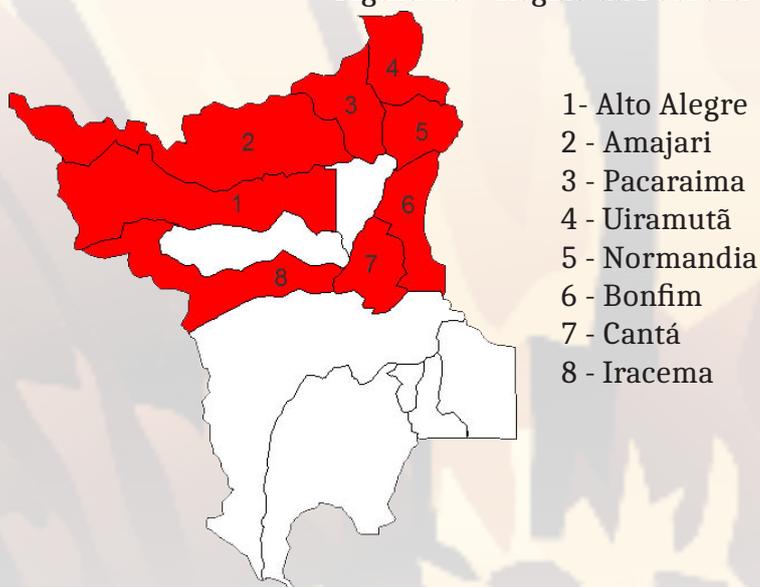
Fonte: Elaboração do autor.



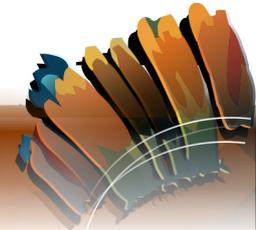
A última região sugerida neste trabalho corresponde à criação da Região da Pobreza. Nela estão inclusos os municípios que possuem 30% ou mais de seus domicílios com renda per capita mensal igual ou inferior a R\$ 70,00. Este valor foi utilizado seguindo a metodologia do IBGE que define que um domicílio encontra-se na condição de pobreza quando sua renda per capita é igual ou inferior a R\$ 70,00 por mês.

Engloba esta região oito municípios de Roraima, sendo a maioria localizada na porção norte do Estado, são eles: Uiramutã (63%), Amajari (49%), Alto Alegre (47%), Normandia (41%), Iracema (35%), Bonfim (35%), Cantá (32%) e Pacaraima (31%). Foram utilizados os dados do Censo 2010. Domicílios que declaram que não possuíam renda, também se enquadram dentro da linha de pobreza aqui apresentada.

Figura 13 – Região da Pobreza



Fonte: Elaboração do autor.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

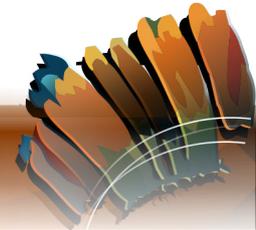
Observa-se que o processo de regionalização de um território, nos permite analisar e distinguir de forma mais clara as peculiaridades e semelhanças que fazem com que espaços sejam próximos ou distintos em alguns aspectos.

Em relação às semelhanças nota-se que os municípios do nordeste de Roraima se assemelham em vários aspectos, praticamente todos eles se enquadram nas regiões do Arroz, do Lavrado, Indígena, da Exclusão Elétrica e da Pobreza.

Outras semelhanças que se pode constatar, diz respeito à comparação entre a Região da Exclusão Elétrica e a Região da Pobreza. Nota-se que os cinco municípios que compõem a Região da Exclusão Elétrica, também fazem parte da Região da Pobreza, mostrando que há uma relação no estado de Roraima entre exclusão elétrica e pobreza.

Além de mostrar as semelhanças, as regiões criadas mostram as diferenças dentro do estado de Roraima. Observa-se que existe diferença, tanto na parte econômica quanto social, dos municípios localizados na parte sul do estado, tendo como limite o município de Caracarái, e dos municípios localizados ao norte.

São poucas as regiões que foram criadas com a presença de municípios de ambas as regiões (norte e sul), excetuando a Região Católica, constituída por praticamente todos os municípios de Roraima. Finalmente constata-se que apenas as regiões da Madeira e do Desflorestamento contam com a presença de municípios do sul e do centro de Roraima.



## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Sobre o Conceito de Região. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 39-56, inverno 2000.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **GEOgraphia**, Niterói, ano 1, n. 1, p. 15-39, 1999.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro, 1990, 132 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão territorial brasileira**. Rio de Janeiro, 2002, 35 p.

LINS, Carlos José Caldas. Região e Regionalização. **Notas e Comunicações de Geografia**, Recife, série B, Textos Didáticos, nº 12, 3ª edição. Recife: UFPE, 2003. 55 p.

OLIVEIRA JR, Antonio de. Amazônia: a gênese de uma região de planejamento. In: ARAGÓN, Luís E.; OLIVEIRA, José Aldemir de (Org.). **Amazônia no cenário sul-americano**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. P. 41-77.

SOUZA, Nali de Jesus de. Economia regional: conceito e fundamentos teóricos. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, ano 16, v. 11, n. 32, p. 67-102, 1981.